
DUBLIN – Sessão I de Trabalho do CCWG-Responsabilidade
Segunda-feira, 19 de outubro de 2015 – 14h às 18h30 IST
ICANN54 | Dublin, Irlanda

LEON SANCHEZ: Olá a todos, e bem-vindos à nossa sessão de trabalho 1 do CCWG-Responsabilidade. Temos muito trabalho pela frente. Temos tido um progresso muito bom nestes dias, e esperamos manter essa tendência. Lembrando, peço a vocês para indicarem seus nomes antes de falar. Temos participantes remotos e, para ajudá-los, seria bom se todos se lembrassem de dizer seus nomes antes de falar. Quero também lembrar a vocês das regras-padrão de comportamento. Nós -- nós pedimos a todos os participantes, seja física ou remotamente presentes, para obedecerem a estas regras de comportamento. E, bem, eu não vou levar mais muito tempo com as boas-vindas. A chamada, se ela precisar ocorrer, teremos a chamada regular na c.c. -- na sala do AC, e eu gostaria de passar ao Mathieu para continuar com nosso próximo ponto da agenda.

MATHIEU WEILL: Muito obrigado, Leon. Sejam todos bem-vindos. Quem fala é Mathieu Weill, co-presidente nomeado do CCWG. Já se

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

passaram 48 horas desde as nossas sessões no sábado. Uau! Uau! Pode ser que alguns tenham discutido sobre responsabilidade nesse meio tempo, como se já não houvesse sessões suficientes sobre isso. Mas isso é pura especulação. E, como consequência disso, pensamos que seria interessante e útil para os próximos debates do nosso grupo realizar uma pequena sessão de informações sobre o que trataram estas discussões e se elas trariam novas ideias para a mesa. E é por isso que gostaríamos de oferecer esta possibilidade. Vocês têm a sala do AC? Porque eu ainda não estou na sala do AC. Certo. Para quaisquer atualizações sobre os comentários recebidos da comunidade até o momento.

Para começar, gostaria de mencionar sobre a excelente sessão de envolvimento que foi realizada esta manhã. Acho que nós tivemos uma apresentação muito boa e ótima interação com a sala. Houve um número de pontos interessantes levantados com relação à remoção da diretoria que confirmou que algumas das discussões que tivemos já estão bem presentes na mente da comunidade. Tivemos algumas declarações sobre a necessidade de entregar isso o mais rápido possível, pois o cronograma está definitivamente no topo da agenda de uma parte significativa da nossa comunidade. E também ouvimos comentários que confirmaram o interesse em alguns dos itens da nossa Linha de Trabalho 2, como a responsabilidade das SOs e dos ACs e a

transparência. E acho que isso é bastante reconfortante e ao mesmo tempo nos mostrou que é preciso... ainda é preciso aprimorar alguns dos desenvolvimentos mais recentes das nossas discussões. E isso estará na nossa agenda mais tarde, logo após este ponto, na verdade.

Então, com isso, Alice, há uma fila se formando? Porque eu ainda não tenho minha sala do AC aqui. Alguém que queira nos dar uma atualização? Não? Bruce? Bruce?

BRUCE TONKIN:

Certo. Vou só pegar minhas anotações aqui. Obrigado, Mathieu. Eu só pensei que iria reportar sobre algumas das conversas e discussões que têm acontecido entre os membros da diretoria nos últimos dois dias, principalmente após as sessões de trabalho da CCWG na sexta-feira e no sábado pela manhã. E eu acho que, sabe, é justo que se diga que, em geral, a diretoria foi muito encorajada por essas discussões. Nós apoiamos os novos poderes da comunidade nas quais o CCWG vem trabalhando e estamos encorajados pelo progresso sobre como esses poderes devem ser executados em -- e o progresso que foi feito na manhã de sábado nestas discussões.

Também concordamos que estes poderes da comunidade devem ser legalmente executáveis. Seguimos apoiando abordagens que assegurem que esta exequibilidade legal possa

ser alcançada por meios simples sem grandes mudanças na nossa estrutura corporativa. Acreditamos que a maioria dos conflitos pode ser resolvida através de um painel de revisão independente da comunidade, ou “IRP”, mas no caso improvável de que uma futura diretoria não cumpra com o resultado do painel, a comunidade deve ter um alicerce firme para ser capaz de executar legalmente seus direitos.

No que diz respeito à execução legal das resoluções de um IRP em juízo, nós notamos que houve alguma discussão sobre qual entidade jurídica, ou mesmo, potencialmente várias entidades jurídicas deveriam ser adotadas para que a comunidade pudesse se apresentar perante um tribunal e, em além disso, qual seria o status jurídico que deveria ser dado a essa entidade dentro do nosso estatuto.

No que diz respeito à situação do estatuto, a diretoria apoia a consideração do modelo de designador, sendo o mais próximo do nosso modelo atual de governança. Então, basicamente, do nosso ponto de vista, o conselho de administração continuará participando ativamente no aprimoramento da melhor maneira de se aplicar os poderes da comunidade e no seguimento do trabalho que foi feito no sábado pela manhã. E a diretoria está disposta a participar no estudo de como um modelo de designador único poderia ser aplicado. Então esta é nossa posição atual, Mathieu.

MATHIEU WEILL: Muito obrigado, Bruce. E obrigado pela consideração e incentivos que você, na sua condição de intermediário da diretoria, está oferecendo ao nosso grupo. Vejo a mão do Kavouss levantada. Então Kavouss, você gostaria... seria uma declaração ou uma pergunta ao Bruce?

KAVOUSS ARASTEH: Uma declaração dada no bate-papo. Espero que vocês levem isso em consideração. Tenho duas grandes preocupações que eu posso colocar no bate-papo... para não tomar o seu tempo, mas que se aplica ao Bruce. Eu também vou colocar isso no bate-papo. Antes de falarmos sobre isso... espero que não nos refiramos ao designador. Estamos falando de designador único, mas não designador. “Designador” tem muitos significados.

Se a diretoria está a favor de buscar a discussão sobre o designador único, sem problemas. Mas antes de fazermos isso, eu gostaria que fosse discutida a comparação de duas páginas fornecida pela nossa assessoria jurídica, comparando o modelo de designador único com o de membro único, indicando as deficiências e dificuldades do modelo de designador único. E sobre alguma forma para que pudéssemos corrigir ou compensar, ou fazer alguma coisa a respeito daquilo, com algumas outras medidas complementares ou algum reforço das

medidas que estão no modelo de designador único para que não tenhamos tais dificuldades. Aquele documento de duas páginas da assessoria jurídica é muito, muito instrutivo. Há muita coisa ali. E há três áreas em que o problema não será tratado. Em especial a transição não será devidamente discutida. E há uma área que poderia ser, mas ela deve ser reforçada. Por isso, gostaria que em algum momento, quando julgarem necessário, pudéssemos discutir aquela tabela de comparação de duas páginas. Isso é muito, muito importante. Obrigado.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado, Kavouss. E eu acho que você é -- você é qualificado o bastante neste tipo de discussão para nos fornecer um aconselhamento muito especializado sobre isso, e isso está muito próximo do que estamos prestes a fazer no -- depois do intervalo nesta tarde, em que precisaremos de uma grande discussão com -- informada por fatos, para que possamos discutir esses modelos baseados em fatos, requisitos, de uma maneira profunda e bem documentada, porque é isso que se espera do nosso grupo. E isso é -- o documento de três páginas que você está se referindo, eu gostaria que talvez alguém publicasse novamente o link no bate-papo para que possamos assegurar que todos estão no mesmo ponto. Mas isso é, sem

dúvida, uma base bastante sólida para a discussão, e eu lhe agradeço por levantar essa questão.

Temos Tijani agora.

TIJANI BEN JAMAA: Obrigado Mathieu. Tijani falando. Estou muito feliz por saber que a diretoria aceitou hoje o modelo de designador único. Agora me sinto mais confiante de que a transição irá acontecer. Então obrigado por manterem a mente aberta.

MATHIEU WEILL: Muito obrigado, Tijani. Eu acho... eu não ouvi a palavra “aceitar” na fala do Bruce, por isso, gostaria de corrigir isso para fins de registro...

[Risos]

Mas acho que nós já tivemos um forte sinal da disposição deles em participar da conversa, e isso já é muito valorizado. O próximo é Alan.

ALAN GREENBERG: Muito obrigado. É difícil acompanhar isso. Em discussões dentro da ALAC ficou bastante claro que, mesmo com as pessoas sentadas nesta sala, há perspectivas muito diferentes do que o, citando as palavras, modelo de designador único

significa. Eu acho que parte do problema é que estamos usando o termo “designador”, que é um termo jurídico relacionado à indicação de membros da diretoria e extrapolando o designador único para incorporar o restante das ACs/SOs se vocês olharem para os modelos de decisão que estamos tratando, e isso provocou certa confusão. Eu sei que, para meus próprios fins, irei tentar escrever algo hoje à noite e enviá-lo para a lista, e eu - eu acho que seria útil se outras pessoas me dissessem se aquilo corresponde com o que eles acham que isso significa ou não. Porque nós realmente precisamos ter uma -- uma imagem do que é isso, se formos decidir se gostamos desse modelo ou não. Obrigado.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado, Alan. E você está absolutamente certo, temos de ser muito claros sobre isso no início do debate quando se trata da nossa agenda. Antes de passar para o Malcolm, acho que a Athina levantou a mão e estava esperando na lista. Então, quando forem falar, por favor mantenham a mão levantada por alguns segundos para que todos possam ver em que direção olhar... acho que isso facilita. E Athina, sim, eu não estou pedindo que você fique de pé o tempo todo mas que -- você do chão, Athina.

ATHINA FRAGKOULI:

Muito bem. Obrigada. Então, quando os representantes da ASO se juntaram a este grupo e participaram dele, dissemos algumas exigências claras sobre a que esperamos que o resultado possa aderir. Ao mesmo tempo, nós também oferecemos uma proposta para um modelo, que seria o modelo de designadores múltiplos, e nós não só oferecemos isso como uma proposta, mas também apresentamos documentos suporte e -- então nós realmente fundamentamos tudo com documentação legal.

Quando vimos que as discussões não estavam muito a favor deste modelo e havia preocupações, nós -- nós recuamos porque entendemos que, se há preocupações, nós podemos ser flexíveis. Desde que os nossos requisitos sejam respeitados, nós somos flexíveis para qualquer modelo com o qual qualquer outra pessoa se sinta confortável.

Agora vemos que estamos muito, muito, muito próximos de uma conclusão. Temos apenas alguns detalhes para trabalhar e chegarmos a um acordo. E vamos olhar para o cenário como um todo aqui. Também estamos muito, muito, muito próximos de uma proposta completa para a transição da IANA. O ICG completou a sua proposta, eles estão quase lá, estão esperando nossos requerimentos para que tenham uma proposta finalizada, completa e bem-feita para a transição da IANA.

Agora eu entendo que existem alguns detalhes a serem acordados e que são, de certa forma, controversos. Mas vamos dar um passo atrás e ver o cenário completo, e vamos analisar se esses detalhes valem o atraso no progresso que fizemos e as melhorias que estamos prestes a levar a todo o modelo de múltiplas partes interessadas, com a transição da IANA. Esta é a mensagem da comunidade ASO. Obrigada.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado, Athina, e acho que esta mensagem, a maneira como você está coletando a posição da ASO é um -- é algo que deveria nos inspirar em nossas próximas discussões, porque esta mente aberta, esta mentalidade que você, pessoalmente, e vocês como comunidade demonstraram -- que têm demonstrado ao longo do processo. Eu acho que isso é muito importante. Malcolm. Levante sua mão. Malcolm está por aqui.

MALCOLM HUTTY:

Obrigado, Presidente. Malcolm Hutto, para fins de registro. Eu gostaria de agradecer ao Bruce por aquela declaração tão útil e construtiva em nome da diretoria. Eu gostaria de chamar a atenção particularmente para os comentários que ele fez sobre a aceitação da diretoria no sentido das necessidades do IRP, para ser algo não só legalmente vinculante, mas que, numa improvável situação de que a diretoria se recuse a cumprir com

tal arbitragem vinculante, que isso deva ter uma força de título executivo para garantir sua validade. Acho que isso é um passo à frente significativo.

Em nossas outras discussões, antes desta semana, eu tinha a opinião de que -- com base no parecer que havíamos recebido, de que o único mecanismo que pode ser -- pode oferecer essa garantia é o modelo de membro único. Seguindo o aconselhamento legal e as discussões que tivemos em nossas deliberações e nas discussões especialmente construtivas que eu tive em particular com alguns membros, pessoas da diretoria, com suas próprias ideias, eu vejo agora que pode ser possível construir mecanismos alternativos que entregariam esse requisito que a diretoria acabou de afirmar ser tão importante -- que eles concordaram que é importante e eu acredito ser tão importante. E nesse sentido, eu acho que é possível que possamos ser capazes de encontrar alguma maneira de resolver as divergências que tivemos sobre o -- o modelo que temos para alcançar uma solução para esta questão, ao menos de uma maneira diferente. Então eu espero que haja tempo em nossas deliberações para discutir a importância de como iremos trabalhar na implementação disso, compreendendo que simplesmente optar por um ou outro modelo pode não ser o suficiente para cumprir com essa exigência, mas que outros mecanismos complementares a eles,

e que temos considerado até agora, podem cumprir com isso. Obrigado.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado, Malcolm. E estou impressionado com a abertura de todas as declarações e as considero como um sinal muito, muito encorajador conforme avançamos em nossa sessão. E eu acho que não vejo mais nenhuma mão levantada, então eu gostaria agora de voltar ao Thomas, à medida em que avançamos para os pontos substanciais de aperfeiçoamento do nosso modelo para as nossas discussões.

THOMAS RICKERT:

Muito obrigado, Mathieu, e bem-vindo a todos de volta para mais uma intensa sessão de trabalho. O objetivo deste ponto da agenda é tentarmos recapitular e ver se há necessidade de discussão adicional sobre as quatro áreas que vínhamos debatendo antes do final de semana. São elas a remoção da diretoria, os membros individuais da mesa diretora, o orçamento, os poderes da comunidade, o processo de tomada de decisão da comunidade e os princípios, compromissos e valores fundamentais, assim como o IRP.

Assim, em prol do tempo, serei corajoso mais uma vez e vou sugerir que não passemos por isso tudo em detalhes, mas

apenas nos perguntamos se--- se permanece o apoio para o primeiro desses pontos, ou seja, a remoção de membros da diretoria indiretos, como definido pela subequipe e como discutido antes do final de semana, tal como explicado pelo Chris Disspain durante a sessão de envolvimento nesta manhã. Então, podemos confirmar o nosso acordo com esse poder da comunidade? Assim, na ausência de -- não devendo haver quaisquer outros comentários ou solicitações de mudanças, nós podemos confirmar isso, mas vejo que há uma fila se formando. Então o Malcolm está -- Malcolm, esta mão levantada é nova? É a mão antiga? Então temos o Chris, Roelof, Kavouss e Alan.

CHRIS DISSPAIN:

Obrigado, Thomas. Queria apenas dizer que ficou bastante claro, penso eu, nesta manhã que: um, ainda há um pouco de explicação a se fazer para a comunidade sobre o princípio, porque há alguns que não compreendem o princípio. E em segundo lugar, e talvez mais importante, nós ainda não combinamos o que aquele grupo apresentou em conjunto com o que o grupo do Steve trouxe e há algum -- há algumas inconsistências naquele processo, que teremos que experimentar e trabalhar sobre a base de, sabe, se será uma decisão da SO e do AC diretamente, isso não se encaixa com a listagem do Steve, você precisa ter dois para fazer isso, três para fazer aquilo e quatro para fazer o outro. Então eu acho que

aquela linha -- aquela linha no gráfico do Steve precisará mudar para levar em conta o -- o acordo no -- o consenso no pequeno grupo sobre a mudança da diretoria. Eu só queria acenar com este ponto porque acho que não podemos esquecer de fazer isso. Caso contrário, haverá uma incompatibilidade.

THOMAS RICKERT: Obrigado. E Steve, talvez você possa se preparar para explicar esse ponto, mas vamos seguir com a fila primeiramente. Roelof é o primeiro.

ROELOF MEIJER: Roelof Meijer. Obrigado, Thomas. Eu entendo que estamos pressionados pelo tempo, mas eu gostaria de recomendar que, para cada item, um dos co-presidentes ou outra pessoa faça um resumo bastante breve sobre qual é o item em si ou a proposta em si no momento, porque eu acho que há pessoas que não estavam lá dentro hoje cedo, e não se trata de reiniciar a discussão, mas apenas assegurar que todos estão cientes sobre o que estamos pedindo para comentarem ou para concordarem.

THOMAS RICKERT: Obrigado, Roelof. E acho que ouvindo você-- o que você disse e o que o Chris disse, poderia ser importante se você, Steve,

pudesse delinear de forma resumida onde estamos com as últimas mudanças que foram discutidas. Isso é algo que você poderia fazer por nós? Então, Steve, você poderia talvez fazer uma rápida recapitulação?

STEVE DelBIANCO: Thomas, uma rápida recapitulação sobre todo o método de escalonamento das tomadas de decisão ou apenas com relação à remoção de um membro da diretoria? Gostaria de entender melhor a sua pergunta.

THOMAS RICKERT: Com relação à remoção de um membro da diretoria.

STEVE DelBIANCO: Não, não acho que deveríamos fazer isso agora. Deixe-me continuar a coordenar isso com o Chris para integrar este ponto ao processo total, porque lembre-se, eu não fazia parte desse grupo e nós tratamos o membro da diretoria individual -- na medida em que a comunidade tem algo a dizer sobre isso, nós o tratamos como os outros poderes da Comunidade e não integramos a atividade individual das SOs e ACs que eles fizeram. Assim, você precisará nos dar um ponto mais adiante na agenda de hoje, e aí acho que poderemos chegar nisso.

THOMAS RICKERT: Certo. Ótimo. Kavouss.

KAVOUSS ARASTEH: Sim. Dois pontos. Um, hoje na sessão que o Mathieu classifica como bem-sucedida, eu a chamaria de uma reunião para escuta, porque quando você diz alguma coisa e eu não digo nada -- tal ato não significa que eu concorde. Isso significa apenas que eu entendo sobre o que você está falando.

Segundo, houve uma questão, a remoção sem causa. Eu não estou convencido, Thomas. Imagine que você quer contratar alguém, e imagine que você me contrate como seu funcionário.

Imagine que em algum momento você não está satisfeito comigo e pretende me demitir. E, então, imagine que você me leva até o tribunal administrativo da sua empresa e diz “eu quero demitir esta pessoa”, vamos votar sobre isso. E eles lhe perguntam a causa para isso. Você diz que não há uma causa. Isso é aceitável?

Alguém diz que “o Sr. X quis assim”. Eu não concordo. Nós precisamos ter uma causa. Você não pode dispensar alguém porque você me escolheu, me selecionou como seu funcionário. Se você quiser que me despedir, você precisa informar todas as

razões. E aí o tribunal dirá “ok, vamos votar” e poderão me demitir.

Você não pode demitir. Este é o primeiro ponto.

Número dois: sim, no sábado nós tivemos alguns arranjos para tratar do envolvimento da comunidade, mas isso não foi devidamente mencionado. Precisamos mencionar adequadamente, sim, SO ou AC -- o AC, e ninguém mais, decide pela remoção de um membro da diretoria. Eles se consultam entre si, e então a comunidade e eles voltam e dizem como aquela consulta seria realizada. Seria passando por cada SO e AC e pedindo pela recomendação ou visão deles e depois disso eles decidiriam, ou de alguma outra forma? Isso foi algo mencionado de forma muito geral.

Se tivermos maior clareza quanto a este ponto, não teremos qualquer problema, mas eu tenho sérias dificuldades com a questão de remover alguém da diretoria sem uma causa.

Obrigado.

THOMAS RICKERT:

Obrigado, Kavouss. Apenas uma resposta rápida sobre isso. “Causa” é um termo jurídico, portanto, nosso entendimento é de que, e acho que isso tem bastante aceitação neste grupo, nós não pediríamos por uma “causa” como algo jurídico, mas que

uma razão precisaria ser apresentada para que um membro da diretoria fosse removido. E eu acho que é isso -- eu entendo que é sobre isso que você está perguntando, na verdade.

No que diz respeito ao segundo ponto, a decisão será feita pela organização designante, pela organização que coloca o membro do conselho na Diretoria, ainda que houvesse a necessidade, expressa especialmente pelo Tijani e por outros, de que essa discussão não fosse realizada em segredo. E, por isso, agora há esta noção no processo, conforme proposto, de que haveria uma consulta aberta; de que as opiniões de toda a comunidade, de todas as SOs e ACs, seriam ouvidas para que a organização que colocou o membro na Diretoria possa, então, tomar uma decisão com todas as informações de todos os grupos.

Mas para os membros da diretoria que vêm através de uma SO, eles seriam realmente, então, substituídos com base em uma decisão daquela organização designante.

Então, espero que isso esclareça, mas eu imagino que nós veremos o processo ganhar corpo e ser apresentado, para que possamos recapitulá-lo.

Alan.

ALAN GREENBERG: Obrigado.

Com relação ao mesmo processo -- e eu não quero uma resposta. Quero apenas chamar a atenção para uma discrepância que precisa ser abordada conforme isso se desenvolve.

Chris, em sua palestra de hoje, disse em um ponto que se não tivermos o apoio de três, ou qualquer que seja o número, ACs e SOs, isso não progride para um fórum da comunidade. O que pode ser considerado para significar que, em última análise, a AC/SO não pode dispensar. Parece que pode ser uma decisão para ignorar o fórum da comunidade e avançar para a próxima etapa. Então, é preciso esclarecer isso conforme avançamos.

THOMAS RICKERT:

Entendo que o Chris queira esclarecer isso, então talvez possamos eliminar essa preocupação.

CHRIS DISSPAIN:

Obrigado, Thomas. Sim, Alan, obrigado, você tem razão, e eu me expressei mal. A SO está no comando ou o AC está no comando. Deveria haver uma obrigação sobre eles para que haja o fórum da comunidade.

Se ninguém aparece, ninguém surge com isso, existe uma obrigação de passar por esse processo. Eles não precisam ter apoio, mas precisam seguir o processo.

ALAN GREENBERG: Obrigado.

THOMAS RICKERT: O que não se pode ver de onde você está sentado, é que você deixou o Alan feliz, e isso é uma coisa boa, não é?

George.

GEORGE SADOWSKY: É um grande feito.

[Risos]

Sujeito aos comentários do Chris e do Alan, quero dizer que eu apoio este caminho. Eu fui parte do grupo que reuniu isso, e eu recomendo o Mike Chartier para administrar um grupo em que toda opção seja considerada e que possamos chegamos a uma conclusão harmoniosa.

Sempre há erros no trajeto quando alguém faz um teste. Os estatísticos chamarão isso de erros tipo 1 e tipo 2, e sempre há a possibilidade de que um processo que não é tão firme como alguém gostaria, admita a possibilidade de um fracasso.

Neste caso, o meu colega Bertrand De La Chapelle fez uma apresentação bastante eloquente sobre a responsabilidade dos

membros do conselho para refletir o bem-estar da organização como um todo, ao invés de responder a qualquer grupo em particular, e eu acho que isso está claro e deve permanecer no Estatuto.

Mas, neste caso, eu acho que eu estou disposto a admitir que -- Eu gostaria de assumir o risco de garantir que as SOs e ACs, coletiva ou individualmente, não serão desonestos. E sob esse processo, se uma AC ou SO decide retirar seu diretor por não gostar de algo a respeito dele, como por seu cabelo ser verde ou algo assim, ou se ele votou contra nós, eu acho que algum tipo de -- o tipo de consulta que é necessária aqui, a afirmação dos motivos, os requisitos para os outros órgãos considerarem, seriam suficientes em termos de pressão e em termos de razão para assegurar que a coisa certa foi feita. E, portanto, eu sou a favor do processo como está definido no momento.

Obrigado.

THOMAS RICKERT:

Muito obrigado, George. Agradecemos muito.

Deixe-me também indicar no áudio que a fila está fechada para este item.

Bertrand.

BERTRAND DE LA CHAPELLE: Está funcionando? Sim. Bertrand De La Chapelle, para fins de registro.

Eu quero prosseguir brevemente sobre o que eu disse esta manhã, e eu quero, de antemão, me desculpar. Eu sei que é difícil entrar numa fase tardia do processo. Eu entendo que já houve muita discussão, mas eu posso ser como algumas outras pessoas aqui, gente que conhece o funcionamento interno da ICANN, mas que não, necessariamente, dedicou muito tempo acompanhando este trabalho. Portanto, tenham paciência comigo por apenas um segundo.

Minha preocupação com a forma como isso é apresentado hoje é que as condições sob as quais se prevê a retirada ou remoção de um membro da diretoria, na minha opinião, deveriam ser por seu não cumprimento com as responsabilidades como membro da diretoria. Isso inclui uma lista não exaustiva. Questões de conflito de interesses, falta de dever fiduciário, um comportamento que tenha um particular -- um elemento de desvio de comportamento.

Eu não acho que não seguir qualquer posição que uma SO tenha sobre um tópico é um desvio comportamento para um membro da diretoria da ICANN. Esta não é a função da Diretoria, pelo que eu entendo.

Nós, coletivamente como um grupo e como uma comunidade inteira, criamos um corpo colegiado. E eu estou preocupado com a noção de que alguém que tenha sido eleito por um grupo específico esteja inteira e exclusivamente representando as posições daquele grupo. De certa maneira, e eu estava fazendo a comparação mais cedo hoje em uma conversa privada, este é um dos problemas que estamos testemunhando na União Europeia, onde os governos estão considerando que o seu comissário está lá na verdade para representar a sua comunidade; ou seja, os seus interesses nacionais. Este é o problema da União Europeia no momento, e eu acho que isso é um perigo em potencial para a ICANN.

Eu acho que os membros da diretoria devem tornar-se extremamente independentes quando são designados, e assumem suas responsabilidades pelos desvios de comportamento como membros da diretoria e não como representantes apenas da comunidade.

Eu acho que se houver uma lista de causas explícitas, chamando isso de "causas" ou não, tudo bem, mas se for algo completamente em aberto, isso irá substituir a responsabilidade pela supervisão. E eu não acho que a comunidade está acima da Diretoria. A Diretoria tem uma responsabilidade para com a comunidade. É diferente.

E o último ponto é que existem, na verdade, três elementos que são ligeiramente distintos e confusos aqui. Um deles é a responsabilidade de um membro da Diretoria para com a comunidade de onde ele vem. O segundo é a responsabilidade de um membro da Diretoria para com a organização. E o terceiro, que é sempre confundido com o segundo ponto, e eu acho que é errado, é a responsabilidade do membro da diretoria para com o interesse público global.

Há situações em que o dever de um membro da diretoria, na minha opinião, e eu concordo que nem todos podem compartilhar desta visão, é o de pensar sobre o interesse público global em primeiro lugar, o interesse da comunidade -- da corporação em segundo lugar, e da satisfação da coordenação com o seu grupo de origem que o indicou. Mas esta é uma tarefa maior, e é uma vocação maior do que apenas transmitir qualquer posição que a sua comunidade possa ter sobre determinado ponto.

THOMAS RICKERT:

Obrigado, Bertrand.

[Aplausos]

Deixe-me apenas lembrar a todos de manter as suas declarações o mais resumido possível.

As preocupações que você levantou, Bertrand, foram discutidas neste grupo de maneira extensa, especialmente a noção de trazer à tona as preocupações que um grupo individual tem com os membros da diretoria para com o público foi instalada como uma salvaguarda para assegurar que os membros da diretoria não estejam apenas repetindo os pontos de vista de suas respectivas organizações de origem. E ao fazermos isso, ao menos aqueles que haviam expressado suas preocupações informaram que, com este novo processo, elas estariam abordadas de maneira suficiente.

Deixe-me dizer também que, na prática, eu realmente gostaria de ver uma organização designante -- uma SO, por exemplo -- vindo a público e expressando a sua visão de que eles estão removendo um membro da diretoria porque aquele membro concordou com um orçamento que reduz suas cotas de viagens. Eu acho que haverá uma dinâmica se vocês levarem as questões ao público.

Vamos passar à Cherine agora.

CHERINE CHALABY:

Obrigada. Concordo plenamente com os princípios que o Bertrand colocou, e eu participei no grupo de trabalho e, pessoalmente, mudei a minha posição sobre a solução proposta, porque eu sinto que o que está sobre a mesa agora

pode realmente alcançar, em grande medida, o que foi dito pelo Bertrand, e eu ficarei feliz de passar algum tempo com ele explicando isso.

A única preocupação que eu tinha nesta manhã é que o desenvolvimento da solução apresentada não era exatamente o que eu acho que nós alcançamos na discussão nos pequenos grupos. E talvez isso tenha sido uma questão de ênfase mais do que qualquer outra coisa, então eu gostaria de participar da discussão, mais tarde, para garantir isso.

E o ponto específico gira em torno do que acontece após o fórum da comunidade. O que discutimos depois é que deveria haver um processo, e algo até mesmo consagrado no estatuto, em que a SO ou AC requerente deveria solicitar uma recomendação ou feedback formal das outras SOs e ACs, e que quando eles tomarem a sua decisão, todos estes feedback e recomendações deverão ser claros e transparentes, e que a SO ou AC que estiver solicitando ou removendo seu diretor deverá explicar por que eles estão, talvez em alguns casos, indo contra às recomendações do resto da comunidade.

Obrigada.

THOMAS RICKERT: Obrigado, Cherine, e obrigado por seu apoio contínuo com aquela subequipe. Eu sugiro que você se conecte com o Steve e o Chris para garantir que, quando formos mostrar a visualização atualizada do processo, tais preocupações sejam abordadas.

Bruce.

BRUCE TONKIN: Obrigado, Thomas.

Sim, apenas neste, eu acho que é provavelmente algo para ficar um pouco mais claro, como um comunicado. Mas quando eu olhei para o diagrama desta manhã, a remoção do membro individual da diretoria, aquele diagrama focou bastante na remoção por uma única organização de apoio e pela ALAC. E notei que havia uma pergunta, acho que nesse fórum público e talvez também um pouco atrás, sobre o processo para a remoção de um membro da diretoria que foi indicado pelo Comitê de Nomeação.

Então eu acho que a única diferença no processo é que, na etapa final, ao invés de ser uma única organização de apoio ou a ALAC, a tomadora de decisão é na verdade a única entidade jurídica, seja lá como queiramos chamá-la. E aquela única entidade jurídica toma essa decisão por algum parâmetro das

organizações de apoio (SO) e comitês consultivos (AC) que participam dentro dessa entidade.

Então eu acho que seria interessante colocar isso tudo em um diagrama, apenas para confirmar.

THOMAS RICKERT: Obrigado, Bruce.

Kavouss e em seguida Tijani, e depois iremos parar.

KAVOUSS ARASTEH: Sim, obrigado, Thomas.

Em resposta à minha primeira -- Antes de tudo, eu concordo com o que o Bruce e o Cherine disseram. Este é o primeiro ponto.

Número dois: em resposta às minhas perguntas, você disse que, sim, eles vão consultar a comunidade. Mas a palavra que você usou, eu não me lembro, mas eu gostaria de substituir o que você propõe e "levar em conta" não é considerar. Isso deveria levar o resultado daquela consulta em conta. OK, eu entendo o que você diz, levar em conta. Número um.

Número dois, o que quer que você planeje aqui irá para o estatuto. Na remoção de um diretor pela própria diretoria, o

verbo usado é -- ou substantivo, é "causa", e não "razão". Nós não poderíamos ter duas terminologias diferentes.

Então eu não concordo com “razão”. Isso deve ser "causa". Se você quiser colocar "razão", você poderia mudar o estatuto relacionado à remoção de um membro da diretoria por todos -- remoção de um diretor por todos os membros. Substituir a "causa" por "razão". Mas eu não quero dizer que "razão" não tenha qualquer significado jurídico real. “Causa” tem um significado legal, e nós estamos esboçando um estatuto, e um estatuto é um documento legal. Caso você use um termo legal.

Então eu não posso concordar com “razão”.

Obrigado.

THOMAS RICKERT:

Agradecemos a sua opinião sobre isso, Kavouss.

Tijani.

TIJANI BEN JAMAA:

Desculpe. Já tem alguns meses que eu estava dizendo exatamente o que você disse, Bertrand. E mesmo em Paris, no final da reunião, eu expressei a minha decepção. E foi assim que o fórum da comunidade foi criado, foi iniciado.

Então, a discussão dentro do fórum da comunidade irá limitar drasticamente a possibilidade de termos uma remoção de um diretor pelo interesse individual de uma SO ou AC. E no pequeno grupo, no sábado, nós adicionamos uma outra camada, mais um passo solicitando à SO ou AC que quer remover o diretor para perguntar formalmente a todos os SOs e ACs da ICANN sobre seus pontos de vista.

Então isso será registrado, os pontos de vista, dos outros SOs e ACs. Isto irá também irá reduzir o risco.

Eu concordo com você, mas nem sempre temos o que queremos. E eu acho que o que temos agora não é tão ruim.

Obrigado.

THOMAS RICKERT:

Muito obrigado, Tijani.

Como prometido, iremos apresentar uma visualização revisada deste poder da comunidade. Eu sinto que precisamos trabalhar em alguns detalhes, mas que há um acordo ou amplo apoio à abordagem em geral. Isso é um bom sinal.

Eu também gostaria de elogiar aqueles que falaram sobre a disposição para aceitar sacrifícios em certas áreas. Essa é a

natureza de uma abordagem consensual de baixo para cima (*“bottom-up”*).

E com isso, gostaríamos de encerrar esta chamada, e nós iremos, na verdade, alterar a ordem em que iremos discutir os temas da agenda. E o próximo tópico será a tomada de decisão da comunidade.

LEON SANCHEZ:

Muito obrigado a todos. Quem fala é Leon Sanchez.

Bem, nós tivemos um grande progresso também na tomada de decisões, e eu gostaria de pedir ao Steve DelBianco para nos fornecer uma introdução bastante rápida de onde estamos e, claro, explicar qual a nossa posição.

Steve.

STEVE DELBIANCO:

Alice, você está pronta para colocar o slide com a escalada na escada neste momento?

ALICE JANSEN:

Eu ainda não recebi o seu documento Steve.

STEVE DELBIANCO: Co-presidentes, vocês preferem que a gente comece com a discussão que tivemos nesta manhã, porque eu ouvi isso um pouco mais cedo hoje, ou vamos diretamente ao gráfico, o documento que o subgrupo preparou?

MATHIEU WEILL: O que importa é a clareza sobre o que está sendo discutido, por isso, se você tem uma descrição precisa da situação atual, este é o melhor ponto de início.

STEVE DELBIANCO: Então, Alice, eu circulei o arquivo cerca de uma hora e meia atrás. É um PDF, e você não o tem.

Thomas, eu gostaria de sugerir o adiamento até que eu possa levar o documento em mãos para a Alice. A retransmissão da equipe do ACCT demora muito, então talvez eu deva enviá-lo diretamente.

LEON SANCHEZ: Certo. Então, eu acho que nós podemos ir para -- Você já o tem?

THOMAS RICKERT: Dará tudo certo.

E, Steve, apenas um breve resumo. Não uma apresentação completa. Mas eu pensei que quando estávamos tentando fazer a remoção do membro individual da diretoria, as pessoas acharam que deveríamos relembrar um pouco o que discutimos antes do fim de semana.

STEVE DELBIANCO:

Muito bem. Alice, obrigado por colocar o gráfico..

Esta é uma tabela que deriva do gráfico no cavalete que nós trabalhamos no sábado de manhã, onde delineamos todos os sete poderes da comunidade que são necessários. E aí as colunas simplesmente mostram o processo de tomada de decisão para que vejamos os três incrementos. O primeiro incremento é ter uma conferência, o segundo é a convocação de um fórum da comunidade, e o terceiro é, na verdade, o exercício do poder em si.

Os co-presidentes têm me pedido para eu me concentrar especificamente na linha quatro, que é a remoção de diretores individuais.

Então eu posso ver isso na tela, vocês podem exibir os títulos das colunas, juntamente com a linha quatro.

Então o primeiro ponto dessa discussão é quem decide se teremos uma teleconferência sobre a remoção de um diretor da

diretoria? Neste caso, a AC ou SO que nomeia é suficiente por si só para pedir à equipe da ICANN para configurar um Adobe Connect com dial-in, a fim de hospedar uma teleconferência. E aquela teleconferência seria, evidentemente, de vital interesse para a AC ou SO que está trabalhando naquela remoção do tal diretor. E eu acredito que ela deveria ser aberta a qualquer participante da ICANN para ouvir e participar, mas a AC e SO, em sua posição de liderança, seria encarregada de organizar e gerenciar essa conferência.

Chris, isso bate com o seu entendimento? Porque essas edições vieram do Mike Chartier depois que nós nos encontramos na manhã de sábado.

CHRIS DISSPAIN: Sim.

STEVE DELBIANCO: Obrigado. E a segunda coluna vai para a decisão sobre se deveríamos convocar um fórum da comunidade? Porque ao final daquela conferência, ou estará evidente que há apoio para prosseguir ou haverá dúvidas sobre se eles devem ou não avançar com a remoção desse diretor. E é um pouco mais difícil organizar um fórum da comunidade. Isso demanda escolher uma data e um lugar para realizar uma reunião pessoal com

aquela AC ou SO cujo diretor está sendo visado para a remoção, e a equipe da ICANN irá dar o suporte com viagens para os representantes designados daquela AC ou SO, bem como com recursos do Adobe Connect para a transcrição, gravação, e, penso eu, mesmo para tradução se isso for absolutamente essencial.

E aquele fórum de um dia poderia vir a ocorrer, idealmente, durante uma reunião da ICANN, talvez um dia antes, talvez um dia depois, de modo a não interferir em outras coisas que estão acontecendo. E eu realmente espero que o formato das novas reuniões nos permita fazer isso, para aproveitar as viagens e a presença da equipe mesmo nos encontros mais curtos de quatro dias.

Naquele fórum da comunidade, mais uma vez, eu acredito que outras pessoas possam participar, mas ele estará focado principalmente na questão se a AC ou SO em si deseja seguir em frente com seu poder de remover aquele diretor.

O terceiro passo é o poder de consenso para exercer e remover o diretor. Bem, se a SO e AC que nomeou toma a decisão de continuar, então aquela consulta formal com o diretor é realizada, e todas as SOs e ACs são convidadas a comentar sobre o assunto. E eu quero sugerir que isso ocorra no próprio fórum

da comunidade. Essa consulta, que é aberta para outras ACs e SOs, e os comentários deveriam ocorrer ali.

Eu acredito que, no final desse processo, a AC ou SO usa do seu próprio método de tomada de decisões para decidir se quer continuar ou não com a remoção. Então, para algumas ACs e SOs, isso pode se dar por votação. Para outras ACs e SOs, poderia ser um processo de definição de consenso.

Então, Presidente Thomas, isso está ao menos remotamente perto do que você e o Mathieu tinha em mente para esta explicação?

LEON SANCHEZ:

Muito obrigado, Steve. Sim, isso é uma tomada rápida do que vocês têm feito.

E eu vejo que o Chris Disspain levantou a mão. Chris.

CHRIS DISSPAIN:

Obrigado, Leon.

Sim e não. Existem alguns passos, alguns passos importantes que estão faltando. Então, eu não estou sugerindo que nós podemos corrigir isso agora. Precisamos sair com isso e trabalhar, mas, na essência, há duas coisas. Uma delas é que era parte específica do processo que haveria uma chamada para

comentários, e que os comentários chegariam e seriam -- então não teríamos pessoas conversando em um fórum da comunidade. Haveria um convite formal para comentários das outras ACs e SOs como uma parte crucial do processo.

A segunda coisa que eu diria é apenas que, como eu disse esta manhã, eu acho que nós precisamos escrever no -- este processo, a concessão para a possibilidade de que o fórum da comunidade não necessariamente tenha que ser cara a cara. Se você tomar o ponto do Alan sobre isso, é a decisão das próprias SOs e ACs no final das contas, eles podem organizar um fórum da comunidade, mas se ninguém se importar, ninguém aparecerá além deles mesmos. Em outras palavras, como o resto da comunidade sabe que não tem qualquer poder final de tomada de decisão, eles sabem que estão vindo simplesmente para comentar. Na verdade, forçar que isso seja um encontro “cara a cara” simplesmente não faz qualquer sentido para mim. Faria muito mais sentido -- você poderia optar por isso, mas você também poderia dizer que nós faremos uma chamada telefônica.

Então, tudo o que eu diria é que o princípio de ter a AC ou SO realmente tomando a decisão está capturado ali, mas acho que há alguns passos no processo, e acho que isso é diferente e não se encaixa nessas três colunas. Isso provavelmente precisa ser

cortado daquele documento e colocado em seu próprio conjunto de colunas, porque não é algo assim tão simples.

Obrigado.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado, Chris.

Steve.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado, Chris. Steve?

STEVE DelBIANCO: Ei, obrigado, Chris. Antes de tirar a coluna, eu gostaria de fazer uma pergunta de acompanhamento. Então os dois pontos que eu tomei do que vocês disseram é que deve haver uma convocação oficial para comentários sobre o assunto de outras ACs e SOs antes que o fórum da comunidade seja organizado, e a outra mudança é que o fórum pode não necessariamente ter que ser presencial, que isso ficaria a critério, presumo eu, da AC ou SO que nomeou, certo? E no que diz respeito à chamada para comentários, você acha que isso seria um pedido para que, digamos, as outras ACs e SOs pronunciem um sim ou não, ou seriam apenas comentários gerais sobre a proposta de remoção do diretor e as razões para isso?

CHRIS DISSPAIN: Então -- eu posso responder? Posso responder?

LEON SANCHEZ: Sim, no entanto --

CHRIS DISSPAIN: Você quer levar isso para --

LEON SANCHEZ: Nós vamos ter uma sessão extra sobre isso e podemos desenvolver o assunto naquela sessão.

CHRIS DISSPAIN: Vamos fazer isso, então.

LEON SANCHEZ: Eu acho que os dois pontos-chave que o Chris delineou ou destacou estão bem compreendidos pelo Steve, e na sessão extra vocês podem definir os outros detalhes. Então o próximo da fila é Alan Greenberg.

ALAN GREENBERG: Sim. Novamente, eu não estou tentando estabelecer nada. Eu acho que, neste caso em particular isso está bastante evidente.

Nos outros, ele também pode também ser aplicável. Conforme estamos fazendo esse trabalho, nós realmente precisamos ter a certeza de que, se for um fórum presencial, quem receberá financiamento de viagens e outras coisas para isso poderá variar de caso a caso, e vamos apenas marcar isso como algo que nós precisamos complementar com os detalhes mais tarde. Obrigado.

LEON SANCHEZ: Obrigado, Alan. O próximo na fila, Bertrand de la Chapelle.

BERTRAND DE LA CHAPELLE: Eu tenho uma pergunta em paralelo àquela que eu levantei antes. O que acontece se houver o mau comportamento de um membro específico da diretoria com relação aos critérios que eu estava destacando antes, (indiscernível) dever fiduciário, o mau comportamento real a respeito do interesse público global. Mas aí a SO ou AC de origem desta pessoa na verdade está muito feliz com aquele mau comportamento e considera que esta pessoa está promovendo plenamente os interesses daquela SO ou AC. Onde fica a função da responsabilização? Este sistema não permite que a comunidade remova este membro do conselho, não é?

LEON SANCHEZ: Steve.

STEVE CROCKER: Eu me diverti bastante ao longo dos anos interagindo com o Bertrand sobre vários assuntos e sempre gostei da profundidade e rigor do seu pensamento. Nesta questão em particular, Bertrand, não estaria de certa forma intrínseco na noção de que uma diretoria é composta por um conjunto diversificado de pessoas para que, se um membro do conselho em especial estiver muito por fora em uma área extrema, por qualquer motivo, seja porque ele não está apoiando o interesse público global ou por qualquer outra coisa, que é a -- a natureza do fato de que é necessária uma maioria, pelo menos, e às vezes uma maioria absoluta da diretoria para avançar em uma direção em particular que fornece esta proteção fundamental. A remoção de um membro da diretoria é adequada, eu diria, apenas se o membro for particularmente perturbador ou prejudicar o funcionamento da diretoria, ao invés de simplesmente ter opinião ou ponto de vista diferente e que talvez não seja compatível com a maioria, mas que não seja um -- um ponto de vista inadequado. E que a linha entre o que é inadequado versus o que é simplesmente um ponto de vista da minoria é o que eu recomendo que seja visto com muito cuidado. Eu acho que a remoção de um membro da diretoria é uma medida extrema e, pelo menos na minha opinião, é algo sobre o qual

devemos ser reticentes. Tendo sido parte da diretoria por um longo período e presidente dela durante vários anos, eu certamente compreendo que temos situações em que precisamos tolerar e trabalhar com alguns membros do conselho que insistem em apresentar o seu ponto de vista. Na maioria das vezes, e como maioria aqui eu quero dizer uns 99%, não 51% do tempo, nós temos como lidar com isso. Somos todos membros experientes das comunidades e organizações, e quando necessário, há muitos tipos de medidas leves para impor a disciplina dentro de uma diretoria, assim como em qualquer grupo. Então, como eu digo, eu tendo a ser bastante conservador quanto à remoção e isso deve ocorrer em um caso muito extremo.

LEON SANCHEZ:

Muito obrigado pelos seus comentários Steve. Está claro que precisamos dar mais corpo a alguns detalhes e eles serão, naturalmente, desenvolvidos. E agora eu gostaria de tentar manter a conversa focada em questões que literalmente -- são impeditivas, pelas quais vocês brigariam até o final. Então, como próximo na fila eu tenho -- achei que fosse o Kavouss mas é o Cherine. Cherine Chalaby.

CHERINE CHALABY: Eu vou ser muito breve, apenas respondendo ao ponto do Steve DelBianco. Steve, a questão da consulta formal deve ocorrer após o fórum da comunidade, para que as SOs e ACs tenham a oportunidade de ouvir o que o candidato -- o que o membro da diretoria tem, de modo que haja comentários justos -- justos e equilibrados para as SOs e ACs. Obrigada.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado, Cherine. O próximo na fila é Kavouss Arestah.

KAVOUSS ARASTEH: Sim, dois pontos. Em primeiro lugar, o desacordo entre dois membros da diretoria não deve ser interpretado como mau comportamento. O memorando do departamento jurídico datado de 12 de outubro esclareceu o assunto, de que membros podem ter visões diferentes sobre determinado assunto. Isso não é um desvio de comportamento. Estes são seus pontos de vista, e espera-se que eles façam isso porque nem todas as interpretações são as mesmas. Então --

DESCONHECIDO: Isso é necessário.

KAVOUSS ARASTEH: Em segundo lugar, a questão importante é que estamos apressando as coisas. Há muitos detalhes que devem ser colocados sobre a mesa antes de prosseguirmos. Mais uma vez, por favor, não apressem qualquer processo. Precisamos de todos os detalhes. É por isso que um dos comentários no segundo comentário público dizia que os detalhes não estavam suficientemente mencionados. Peço aos ilustres colegas para colocarem todos os detalhes de que temos conhecimento sobre como isso está ocorrendo. Caso contrário, correremos para fazer algo (palavra em idioma não-inglês e não transcrita).

LEON SANCHEZ: Muito obrigado, Kavouss. Estou fechando a fila com o Sebastien Bachollet, e o próximo na fila é Steve DelBianco.

STEVE DelBIANCO: Obrigado, Leon. Eu gostaria de responder a essa ideia geral dos critérios precisarem ou não ser especificados, porque é mais importante do que nunca que os critérios para a remoção da diretoria sejam discricionários. É mais importante do que nunca, se definirmos pelo modelo de designador, onde o elemento final de execução da lei se transforme na remoção, restringirmos para que o conceito de “indevidamente” esteja sob uma certa lista de condições que limitem significativamente a eficácia desse método de imposição. Steve Crocker me

ensinou muitas vezes que os membros da diretoria têm um dever fiduciário para com a corporação, bem como o dever para com a missão e os valores essenciais que incluem ouvir a comunidade e o processo *bottom-up*. Os membros do conselho mantêm a discricção para usar seu próprio julgamento sobre qual decisão tomar para cumprir com o poder fiduciário. Eles mantêm seu discernimento para fazer isso. E nós tínhamos um memorando jurídico nesse sentido, de que deveres fiduciários são uma questão de julgamento. E desde que isso seja feito de boa-fé, o membro da diretoria terá cumprido com as suas funções.

No entanto, há uma diferença de opinião entre -- se houver uma diferença de opinião entre a comunidade e um membro da diretoria sobre o que o -- o equilíbrio está entre os valores essenciais da missão e seu dever fiduciário para com a corporação, que é quando você quer tentar educar um membro da diretoria sobre a importância de ver a situação de forma mais ampla. Mas se o membro da diretoria insiste em julgar os valores fiduciários e essenciais de forma diferente da comunidade, isso levará a um esforço para removê-lo. E deverá ser autorizada a remoção, porque estamos à procura de alguém com uma perspectiva diferente da -- do indivíduo que está ali e que decidiu colocar as preocupações fiduciárias da corporação

acima das da comunidade. Então eu acho que precisamos de discernimento. Obrigado.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado, Steve. Próximo na fila, Sebastien Bachollet.

SEBASTIEN BACHOLLET: Obrigado. Apenas para propor uma pergunta: nós podemos ter duas funções, uma com a remoção de conselheiros individuais selecionados pelo SO e pelo AC e outra para o NomCom, porque há muita discussão sobre o que estamos discutindo em uma e o que estamos discutindo em outra, e eu acho que se adicionarmos uma, 4A e 4B, seria algo bom. E apenas aproveitar esta oportunidade para dizer que eu espero, eu espero que todos nesta sala considerem que a diversidade de opinião é o que nós precisamos. Nós não precisamos -- que todos sejam iguais e pensem igual. Se estivermos indo nessa direção, podemos esvaziar esta sala e deixar algumas poucas pessoas administrarem a organização. Obrigado.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado, Sebastien. E eu acho que esta é uma sugestão muito boa. E, claro, eu gostaria de incentivar os relatores sobre este assunto para realmente dividirmos em 4A e 4B, para que possamos -- possamos ter clareza sobre se estamos falando

sobre a remoção do membro individual da diretoria pela SOs/ACs ou nomeados pela SOs/ACs, ou pelo NomCom. Então, muito obrigado pela sugestão.

Então, fazendo um balanço, nós levamos em conta algumas disposições que precisam ser incluídas no documento. Nós também ouvimos sobre a divisão da 4A e 4B. Ouvimos alguns detalhes que precisam ser desenvolvidos mais adiante e, é claro, o grupo de trabalho deste assunto olhará para estes detalhes e esperamos ter progresso neste trabalho em pouco tempo.

Então, eu gostaria agora de voltar para o meu co-presidente Mathieu para o próximo item da agenda, que será orçamento.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado, Leon. Aqui é Mathieu Weill falando. E alguns lembretes pouco antes de falarmos com o Jonathan e para dar tempo para a Alice abrir o documento. Esta é uma sessão de trabalho do CCWG. Nós trabalhamos de uma forma aberta e inclusiva. Todos são bem-vindos em nosso trabalho, mas precisamos adotar uma certa dinâmica que é a de um grupo de trabalho, e garantir que estamos mantendo nossos comentários de forma concisa, bem como voltados para o aprimoramento ou ajustes das propostas. E eu certamente nos incentivaria a realmente tentar e encontrar o equilíbrio certo entre estas duas coisas, para que possamos chegar à melhor eficiência. E

gostaria também de informar à sala que houve um comentário anterior feito pelo Steve que se refere a algo que ele mencionou, a equipe de responsabilidade estar sendo muito lenta, e para nós da equipe de liderança está absolutamente claro que -- ele estava se referindo a uma mailing list técnica que estava muito lenta -- e não à equipe de pessoal.

[Risos]

Quero dizer, a equipe de responsabilidade é tremenda.

DESCONHECIDO: Incrível.

MATHIEU WEILL: Eles estão fazendo maravilhas.

[Aplausos]

E eu sei que era só isso que o Steve estava mencionando -- estava se referindo... mas sim, a sala não estava necessariamente ciente.

CHRIS DISSPAIN: Mathieu, eu tenho apenas uma questão de ordem.

MATHIEU WEILL: Sim, por favor, Chris.

CHRIS DISSPAIN: Nós vamos voltar para a discussão do processo de tomada de decisão da comunidade e olhar para as outras seções? Porque eu -- porque eu certamente tenho alguns comentários sobre isso, e eu não sei se nós chegaremos lá ou não.

DESCONHECIDO: Me parecia que --

DESCONHECIDO: (fora do microfone)

CHRIS DISSPAIN: Não, o gráfico que o Steve acabou de colocar, nós só discutimos em termos do diretor individual. Nós vamos ter uma discussão sobre o gráfico de forma geral?

DESCONHECIDO: Sim.

MATHIEU WEILL: Certo. Questão considerada. Então vamos voltar para aquilo -- para aquele ponto em algum momento. Eu acho que nós

tivemos uma longa conversa sobre a remoção individual da diretoria, incluindo aquele aspecto particular sobre isso. Eu tomo a nota de que precisamos revisitar o restante disso. Precisamos ter isso em mente.

Mas Jonathan, para este momento, o orçamento. Um lembrete rápido de onde estamos, para que possamos fazer um balanço, avaliar se existe qualquer necessidade de ajuste e, espero eu, passarmos ao próximo estágio. Vá em frente Jonathan.

JONATHAN ZUCK:

Obrigado Mathieu. Como eu mencionei na sessão anterior, nós já tivemos uma série de reuniões nesta semana sobre este assunto em uma espécie de subequipe sobre o veto do orçamento, e o resultado de todas essas reuniões é que há mais consenso do que diferenças. Então, ao olharmos para as áreas de consenso, a ideia de ter um veto completo da comunidade contra o plano estratégico de cinco anos ou o orçamento operacional de cinco anos era algo que teve algum consenso e que precisamos apenas esboçar o texto em torno daquilo, como uma entidade em separado.

Houve também uma discussão sobre diversas melhorias que foram feitas recentemente no processo de desenvolvimento de orçamento e como haver melhor envolvimento da comunidade, mais detalhes no orçamento, etc. E o processo agora envolve a

comunidade, as SOs e ACs individuais, etc, e tem sido algo muito produtivo. E então houve a ideia de consagrar esses novos desenvolvimentos nos estatutos, sabe, de forma que não impeça a mudança, mas que consagre aqueles novos desenvolvimentos como requisitos daqui para frente. Porque a melhor maneira para se trabalhar com o orçamento é de forma antecipada, e não depois.

Há também um consenso de que o orçamento do PTI precisa ser tratado de forma separada e ter uma proteção própria, e há um acordo sobre isso, e isso também está na fase de elaboração de texto.

Então onde houve a maior parte dos comentários da comunidade que temos sobre o veto do orçamento, eles se relacionavam especificamente com o veto da comunidade sobre o orçamento operacional anual. E houve uma série de coisas que surgiram desta discussão. A primeira é que a distinção entre o orçamento operacional anual e o plano era um pouco ilusória em certo ponto e fazia sentido simplesmente dizer que o veto seria para ambos e que a verdadeira motivação para vetar o orçamento seria para fazer alterações no plano e em como esse plano estava expressado pelo orçamento. Então isso também foi um acordo.

As preocupações que eu digo recaem sobre duas categorias, as preocupações que foram levantadas. Uma era sobre o que as implicações de um veto poderiam ser em termos de tomada de decisão. Uma questão que foi levantada é o anseio de se ter certeza de que não haveria rejeições triviais do orçamento sobre questões triviais. Então houve uma breve discussão sobre a definição de algum tipo de mínimo em dólares ou algo assim. Mas achamos que os resultados da discussão do mecanismo comunitário que levantou o nível para um veto da comunidade abordou essa questão muito bem.

Outra questão que foi levantada foi sobre um pequeno número de SOs ou ACs meio que se agrupando, e outra vez, nós pensamos que o alto nível que foi definido pela subequipe de decisão da comunidade percorreu um longo caminho para resolver isso também.

Então isso tinha a ver com os resultados. E então o -- a verdadeira maioria dos comentários que -- sobre o orçamento era toda de pessoas que concordavam com a ideia e o princípio, mas que, na prática, estavam preocupadas com o estado em que isso deixaria a organização nesse ínterim, já que esse processo de veto de um orçamento ocorreu e que isso seria algo semelhante. E nós já passamos por uma série de diferentes discussões sobre isso, o que acontece com o orçamento enquanto ele está sendo vetado, se for vetado, sabe, enquanto

ele está sendo discutido, etc, e em que estado isso deixa a organização. E assim tem havido diferentes iterações sobre isso. Um caminho é a -- organização ser forçada a operar com o orçamento do ano passado. Outro seria o orçamento do ano passado mais 10%. Mas todas estas opções compartilham de um ponto fraco, na medida em que não mapeiam de forma alguma as prioridades do ano atual, certo? Vocês podem ter coisas no orçamento do ano passado que são programas que já expiraram, por exemplo. Você pode ter uma escassez de receitas neste ano e o orçamento deste ano é metade do tamanho do orçamento do ano passado, de modo que -- esse tipo de solução fácil de dizer “vamos usar o orçamento do ano passado” foi problemática em diversas áreas. E então a solução veio por parte do Cherine na nossa subequipe que foi, ao invés de olhar para a ideia -- e esta é uma área em que o vocabulário se torna complicado às vezes, mas nós usamos um monte de palavras diferentes para isso. Mas a ideia do Cherine era de itens discricionários ou não-discricionários no orçamento. Há também o -- o termo que surgiu ontem na reunião da subequipe foi a de orçamento zelador. Mas a ideia é um orçamento, seja qual for o orçamento necessário para o bom funcionamento da organização. Assim, tanto o Giovanni quanto eu estávamos discutindo, sabe, o que tínhamos em nossos países de origem. Na Europa há algo chamado de orçamento zelador. Nos EUA há algo chamado de isenções de sequestro. Mas em cada caso há

essa noção de um orçamento mínimo que impediria qualquer tipo de caos na organização, que evitaria que o pessoal não fosse pago, etc. Então nós vamos encontrar o vocabulário correto, o caminho certo para descrever isso em nosso caso. O que temos feito é, ao invés disso, colocar uma carga bastante alta sobre o Xavier, nosso estimado CFO, para começar a olhar para a ideia de uma estrutura em que um futuro CFO olhe para o orçamento e defina o que precisava ser posto em prática para a organização continuar funcionando, cumprindo com as suas obrigações contratuais, etc. E isso seria -- este orçamento zelador significaria que diversos programas discricionários seriam colocados em espera. E assim, seja o seu projeto favorito ou o projeto favorito da diretoria, aquela “dor” seria dividida em partes iguais e causaria algum desconforto organizacional, mas seria realmente mínima em termos de sofrimento ou impacto humano pela falta de pagamento do pessoal ou coisa do tipo. Então isso foi algo em que alcançamos um grande consenso a princípio, e o Xavier prometeu trabalhar nisso durante as próximas semanas. Há muita coisa acontecendo nesta semana, obviamente. Mas vamos pensar nessa estrutura, e eu acho que seremos capazes de chegar a algum consenso sobre ela. E isso abordou uma série de preocupações, as diferentes preocupações que foram levantadas sobre o estado da organização durante um veto. Então, eu me sinto muito otimista de que nós poderemos chegar a uma posição de

consenso sobre isso, e é por isso que eu colori essas caixas de seleção em amarelo -- um esverdeado feio, porque elas estão a caminho de se tornarem verdes, acho que em relativamente curto prazo. Ficarei feliz em abrir uma fila para discutirmos mais o assunto.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado, Jonathan. Eu só gostaria de verificar com os outros participantes primeiro se -- quem ainda está na fila. Eu vejo o Cherine balançando a cabeça. Eu vejo a Asha, eu acho que ela estava concordando de que este foi um ótimo resumo de onde estamos e eu acho que isso é ótimo antes de voltarmos à fila, e o próximo é o Sebastien. Ah, era uma mão levantada de antes? Era uma mão antiga, Sebastien? Então, temos o Chris. Eu não o qualificaria como uma “mão velha”, de qualquer maneira. Kavouss.

KAVOUSS ARASTEH:

Sim, obrigado Jonathan. Espero que, finalmente, você coloque isso em uma linguagem não-telegráfica e mais clara.

Em segundo lugar, na apresentação de hoje, na famosa reunião de envolvimento, houve uma apresentação diferente. Você se refere a não bloquear todo o orçamento, mas bloquear uma

área em que temos dificuldades. E houve alguma outra terminologia que você usa. Não aqui.

Você poderia por favor, refrescar a nossa mente sobre isso? O que você propôs esta manhã foi mais claro do que agora em uma área.

MATHIEU WEILL:

É uma boa observação, Kavouss. Vamos tentar colocar no registro algo que descreva de forma precisa qual seria a área do veto para nossa referência futura, se isso for possível. Qual seria a sua melhor opção para isso, Jonathan?

JONATHAN ZUCK:

Eu vou fazer o meu melhor, porque nós tentamos seguir aparecendo com novas palavras que descrevam isso de uma melhor maneira, e isso pode acabar aumentando a confusão, e eu peço desculpas.

O novo conceito que saiu da subequipe que se reuniu no sábado de manhã é que o orçamento que estaria em vigor sob o regime de um veto seria uma espécie de “orçamento zelador”. Haveria uma estrutura para decidir o que isso significava, mas ele se refere ao que tem sido chamado de componentes não-discrecionários do orçamento. Os contratos que estão em vigor.

Os funcionários que precisam ser pagos. O aluguel, coisas do tipo.

Então, o ponto nunca foi colocar a própria organização em qualquer tipo de caos ou estresse, mas simplesmente colocar o que poderíamos chamar de “itens discricionários” em espera.

E então isso é um -- é um orçamento que é menor que o orçamento que foi proposto, e nós chegaremos a um quadro para determinar exatamente o que isso significa. Então a gente vem chamando-o de um “orçamento zelador”, e isso significa apenas um orçamento que trata de garantir que a organização siga funcionando de maneira eficaz.

Isso ajuda? Certo.

MATHIEU WEILL:

Sim, a maneira de entender isso, tentar capturar a ideia em uma frase, sem o uso de qualquer palavra de resumo, porque eu acho que às vezes as palavras de resumo são uma armadilha. Este será um orçamento que garanta que as despesas não discricionárias sejam cobertas, de modo que tudo o que -- toda a organização tenha condições de manter os seus compromissos, quer sejam compromissos com a equipe, com todos os fornecedores que têm -- quaisquer prestadores de serviços, e que este nível mínimo de compromissos seja

atendido. Eu acho que esse é o tipo de ideia que eu havia entendido. Eu só quero verificar se isso ainda está sendo abrangido, porque eu acho que é importante. Se realmente dissemos aquilo como um requisito -- mais uma vez, nós queremos ter uma abordagem baseada em requisitos, e então, obviamente o Xavier terá este grande desafio de encontrar-nos uma solução. Assim como nas outras áreas em que nós nos voltamos a um especialista jurídico; desta vez vamos procurar por um especialista em finanças. Mas eu acho que a ideia por trás deste requisito é esta.

Vejo que o Cherine levantou a sua mão, então, por favor, Cherine.

CHERINE CHALABY:

Sim, eu gostaria de apoiar o Jonathan no que ele disse. Estamos muito de acordo sobre este ponto. E só para adicionar um contexto à comunidade, porque você usou a palavra "orçamento mínimo", e eu pensei que as pessoas deveriam apenas ter uma ideia do que é isso.

Então, se fôssemos tomar o orçamento deste ano como exemplo, e eu serei muito breve, cujo custo é de 118,5 milhões, a parte não-discrecional é de cerca de 94 milhões.

Então o que resta é algo na ordem de 24 milhões. E lembre-se que iremos trabalhar por um período de seis, sete meses com isso, porque é ali em que todos os projetos discricionários estarão.

Então, eu gosto deste poder porque ele também é -- as chances dele ser exercido são mínimas, mas ele está lá à disposição da comunidade. Mas eu só queria dar uma ordem de grandeza.

Obrigada.

MATHIEU WEILL:

Obrigado. Muito obrigado, Cherine. E nós precisamos -- então esse equilíbrio 80/20% é absolutamente clássico em qualquer organização. Eu acho que isso não é muito -- não é exatamente uma surpresa. E nós precisamos nos lembrar no gráfico aqui que, para o tamanho total do orçamento da ICANN, a forma adequada para interagirmos, ela é mais precisa no plano de cinco anos, porque você não restringe qualquer despesa central da organização de maneira anual. Isso é muito mais forte. E eu acho que isso é algo que precisa ser dito.

80%, ainda há uma influência da comunidade de usar o envolvimento, mas também através do veto para o plano estratégico de cinco anos.

É tal qual os outros itens. Estamos trabalhando, na minha opinião, com um compromisso que leva a perspectiva de todos em conta, de modo que esta é uma solução bastante viável.

Então, muito obrigado. Eu acho que nós tivemos intercâmbios muito bons nos últimos dias sobre este assunto, e este é um testemunho do que uma abordagem colaborativa pode proporcionar.

O próximo na fila é Alan e você James, e depois vamos passar para o próximo item. Vou fechar a fila.

Alan.

ALAN GREENBERG:

Muito obrigado. Eu só quero observar que isso realmente melhora o problema de proteger o orçamento da IANA, mesmo que seja algo aumentado, porque isso é claramente um item não-discrecionário.

Então ele remove por completo a necessidade de termos disposições especiais para isso. Então, acho que isso está realmente organizado.

Eu vou apenas observar um outro ponto, sem me pronunciar se é algo bom ou ruim. Há certos itens discrecionários que se

pudermos adiar a decisão por dois meses, eles não serão mais aplicáveis. É apenas um efeito colateral interessante.

MATHIEU WEILL: Muito obrigado, Alan.

E James.

JAMES GANNON: Merci. Apenas um ponto divertido, mais do que qualquer outra coisa. Eu acabo de perceber, voltando aos dias da CWG, que eu e o Chuck Gomes chegamos a exatamente o mesmo plano para isso, para o orçamento do PTI em 04 de junho deste ano.

Por isso, é bom saber que o CCWG ainda está tentando alcançar o CWG.

[Chiados]

MATHIEU WEILL: Sabe de uma coisa? Eu não acho isso divertido, porque significa que por todo esse tempo você deixou de compartilhar essa interessante ideia com o grupo.

JAMES GANNON: Foi há muito tempo, eu me esqueci.

MATHIEU WEILL: Muito obrigado, James. Acho que isso é muito bom.

Xavier quer acrescentar algo?

Onde está o Xavier. Sim, aqui está você, Xavier. Não? Certo.

Confirmando que você está nessa, e nós confiamos na sua experiência para encontrar o caminho certo para seguirmos.

XAVIER CALVEZ: Sim, nós vamos trabalhar nisso durante as próximas semanas e vamos apresentar uma proposta.

Eu só quero -- Para o seu ponto anterior quanto ao vocabulário, "discricionário" é uma ideia que é, por si, bastante complicada de se definir. E se você perguntar a 1000 pessoas sobre isso, você terá 1200 respostas. Então é por isso que o Jonathan trouxe o tema do "orçamento zelador", porque "discricionário" não significa que ele não tenha que ser gasto. Deixe-me dar um exemplo. Se o elevador quebra, você pode decidir por não substituí-lo. Eu não sei se isso se encaixa na noção de discricionário ou não, mas talvez em certa linguagem, ele se encaixe.

Então, se você deve substituir o elevador ou não é uma decisão que você pode chegar a um sim ou não. Esta é a coisa certa a se

fazer e é algo que queiramos evitar em -- durante um período de veto? Provavelmente não.

Então o ponto principal, nós precisamos simplesmente definir para nós mesmos o que achamos que este “orçamento zelador” deva ser, para que seja uma solução, ao invés de um problema no final das contas.

MATHIEU WEILL:

Muito obrigado, Xavier. E eu acrescentaria que eu acho que esta moção pode evoluir ao longo do tempo. E não há problema algum quanto a isso. Então, isso é algo sobre o qual devemos nos manter flexíveis de alguma maneira no processo. E isso é provavelmente um item a ser considerado no orçamento de cinco anos: qual é o tipo de flexibilidade que estamos dando a nós mesmos.

E com isso, eu agradeço muito a você, Jonathan, e a todos que estão trabalhando neste item do orçamento, porque o progresso feito nesta esta semana tem sido excepcional. Então, eu acho que eles merecem uma grande rodada de aplausos.

[Aplausos]

E agora vamos passar para a -- para a tomada de decisões da comunidade.

THOMAS RICKERT: E para isso gostaríamos de ter o gráfico de volta. E eu sugiro que agora a gente teste com este grupo os poderes comunitários individuais, se existem preocupações, ou caso contrário, gostaríamos de confirmar o entendimento comum e levá-los à próxima fase; ou seja, desenvolvê-los em mais detalhes.

Então eu -- Vamos chamar pelos comentários sobre o primeiro poder da comunidade, o veto orçamentário. Alguém tem algum comentário sobre isso?

E, novamente, isso é apenas para fins de aprimoramento, para fins de confirmação. Nós não podemos ter discussões completas sobre o tema, mas eu vejo que o Chris tem um ponto de vista sobre alguns desses tópicos e gostaria de comentar. E vamos ouvir estes pontos.

CHRIS DISSPAIN: Eu só ia falar sobre o -- número 5.

THOMAS RICKERT: Certo. Mas então vamos -- vamos ouvir sobre as preocupações, se houver, a respeito do poder da comunidade número 1, o bloqueio do plano operacional / plano estratégico e orçamento.

Kavouss, imagino que esta mão levantada era de antes?

Vamos lá.

KAVOUSS ARASTEH: É uma nova mão levantada.

Na reunião de um pequeno grupo, eu sugeri que quando você fala de objeções, isso pode ser interpretado em dois sentidos. Um deles é o voto. A outra maneira são as expressões de concordância, e assim por diante, mas não votando. É por isso que eu adicionei após o termo "objeções" ou não, o conselho de um ou dois, quantos forem, pelo contrário.

Então, eu quero dar o aconselhamento a fim de permitir que o comitê consultivo participe naquela tomada de decisão, se o teste de resistência 18 permitir isso. Atualmente, o teste de resistência 18 impede isso. Vamos discutir isso mais tarde. Então, nós gostaríamos de ter conselhos sobre isso, porque às vezes uma AC pode decidir não participar na tomada de decisões, mas deseja seguir dando seus conselhos. Estes conselhos podem estar de acordo com a proposta ou serem contrários a ela.

Então, ou qualquer conselho contrário.

Este é o termo usado também no comentário da Diretoria, o qual eu gosto bastante.

Obrigado.

THOMAS RICKERT: Muito obrigado. Vamos passar para o Malcolm e então voltamos a esse ponto.

MALCOLM HUTTY: Eu tenho uma dúvida, na verdade seguindo o último ponto. Eu me pergunto se o Kavouss poderia nos explicar, se a consequência de um conselho negativo é impedir que a ação seja realizada, como é que isso difere de participar da tomada de decisões, de modo a tomar a decisão de que aquilo não deveria acontecer?

KAVOUSS ARASTEH: Esta é uma questão muito complexa. Primeiramente nós precisamos discutir que muitos governos, mas não todos, acreditam que, atualmente há uma tentativa de bloquear ou impedir que o governo participe em qualquer nível, em qualquer tomada de decisão, da maneira que viesse a ser possível. E isso está dentro do famoso teste de resistência 18, que foi escrito para este fim, que nada tem a ver com a estabilidade, nada tem a ver com a responsabilidade, não tem a ver com nada, mas um dos seus propósitos é este. Há uma outra finalidade.

Então, até que nós possamos resolver este problema, o que nós não gostamos, não deveríamos ter disposições para impedir o AC de participar da tomada de decisão por meio de aconselhamento. Como estes conselhos terão influência, é uma outra questão. Mas eles gostariam de ter essa possibilidade. Se eles decidirem querem fazer um aconselhamento sobre uma questão em particular que, não deveria haver nenhuma maneira de impedi-los quanto a isso. E, atualmente, o teste de resistência 18 os impede. Por conta do nível de discussão se eles participam ou não, um país poderia bloquear. Não, eu não quero. De modo que todo o GAC será impedido para não participar. Isso é tudo, por causa disso.

Há uma ligação entre isso. É um ponto muito complicado. Algumas pessoas podem não ter descoberto isso, mas outras sim. Nós descobrimos isso. Há uma ligação entre isso.

Então, se você quer discutir isso agora ou mais tarde, a decisão é sua.

Obrigado.

THOMAS RICKERT:

Kavouss, deixe-me tentar traduzir isso em uma linguagem concreta.

Eu acho que o que você está pedindo é que o GAC possa usar o veículo dos conselhos do GAC para expressar oposição ou apoio, de modo que você não precise de um processo extra para isso.

KAVOUSS ARASTEH: Sim, com a condição de que teste de resistência 18 não impeça que o GAC possa dar aquele aconselhamento. Porque, se 146 ou 152 países estão lá e 151 querem oferecer esse aconselhamento, positivo ou negativo, um país poderia bloquear isso, e isso não é bom. Isso é o teste de resistência 18, concebido para esse fim específico.

Obrigado.

THOMAS RICKERT: Eu acho que não podemos confundir a discussão do teste de resistência 18 com esta discussão em particular. Essa é, pelo menos, a minha discussão, porque eu acho que isso não nos permitirá fechar o assunto sobre esta matéria.

Eu sugiro que esclareçamos que manifestações de apoio ou de oposição podem ser feitas através de conselhos do GAC. Então o GAC pode usar esse veículo para expressar suas preocupações ou apoio.

Então, vamos manter isso conosco para o momento, a fim de -- para que todos possam pensar sobre isso. Vamos passar para o James, e, em seguida, Steve.

JAMES GANNON: É o Jan antes de mim.

THOMAS RICKERT: Peço desculpas.
Jan.

JAN SCHOLTE: Jan Scholte, conselheiro de responsabilidade.

Apenas um esclarecimento. Há razões para o 3 e o 6 serem tão diferente dos outros, a ponto de precisarem de três ao invés de quatro, apenas por uma questão de coerência? Ou são apenas grupos diferentes que surgiram com diferentes números e, aí, ao final, nós temos essa variação?

E a segunda coisa é se isso presume que os números das ACs e SOs permanecem fixos no futuro? E como ajustaríamos os números se outras SOs e a ACs entrarem?

THOMAS RICKERT: Muito brevemente, eu acho que há processos distintos que são necessários, então não é um erro no sistema.

DESCONHECIDO: Sim.

THOMAS RICKERT: E no que diz respeito ao ponto das novas entradas, nós precisaríamos rever esse esquema de qualquer forma, se houver mais grupos chegando.

Steve, você gostaria de acrescentar alguma coisa?

STEVE DELBIANCO: As suas respostas estão basicamente corretas, mas eu poderia adicionar um pouco de cor a isso. Com certeza. Jan, você não fazia parte daquele grupo no sábado. Teria sido ótimo ter você por lá, mas estes limites são diferentes de propósito. Cada um foi escolhido. Há quatro deles que exigem um número completo de quatro ACs e SOs para avançar com a decisão. Que era o orçamento, o estatuto fundamental, a reconvocação de toda a diretoria e um desafio frente a uma Revisão das Funções da IANA. As outras exigiam três ACs e SOs com a ausência de mais de uma objeção.

Houve uma discussão sobre aumentar este limite para certas decisões que eram particularmente perturbadoras à corporação e à atividade que ela realiza. Em outras palavras, elas se destinam a elevar o -- eu não deveria dizer perturbadora, mas itens para o poder da comunidade devem exigir maior grau de consenso, e isso foi escolhido de propósito.

E o segundo ponto, Thomas, eu acho que você já respondeu.

THOMAS RICKERT:

Obrigado, Steve, pelo esclarecimento.

Vou fecha a fila após o Alan.

Vamos passar ao James agora.

JAMES GANNON:

Sendo muito breve, porque acho que é muito importante que o registro seja refletido, pois essas transcrições serão usadas novamente no GAC e serão utilizadas nos ministérios nacionais para esclarecer o teste de resistência 18. Não é uma questão de dizer o que -- dizer ao GAC o que fazer. Não é essa a intenção. Trata-se de dizer à ICANN o que ela deve fazer em resposta ao conselho do GAC.

O teste de resistência 18 não está aqui para tentar restringir o GAC. Temos que ser muito claros sobre isso no registro.

THOMAS RICKERT: Steve.

STEVE DELBIANCO: Steve DelBianco. O James está perfeitamente correto. Então Kavouss e outros membros do GAC, por favor entendam que o teste de resistência 18 nada tem a ver com a capacidade do GAC para indicar a sua preferência na decisão em qualquer destas decisões. Isso não é dar conselhos à Diretoria. O teste de resistência 18 aborda apenas conselhos para a Diretoria, e nenhum desses são conselhos para a Diretoria. O exercício de um poder da comunidade iria voltar para o GAC tal qual múltiplas partes interessadas iguais, e dizer, "GAC, o que você diz se deveríamos ou não bloquear esta mudança no estatuto em especial?".

Assim como todos os demais, você irá utilizar os seus próprios procedimentos para chegar a uma decisão. E essa decisão, que podemos chamar de aconselhamento, podemos chamar de voto, podemos chamar de resolução, mas nunca haverá uma situação em que a diretoria irá trabalhar em uma solução --

THOMAS RICKERT: Desculpe, Steve. Acho que os pontos estão claros. Não vamos transformar isso em uma discussão sobre teste de resistência 18. Obrigado pelo esclarecimento.

O próximo é o Chris e depois o Alan.

Chris.

CHRIS DISSPAIN: Desculpem. Eu, eu, eu. É tudo comigo.

Agora estamos nos movimentando para falarmos sobre todos esses bloqueios, certo? Então não se trata de apenas um deles.

THOMAS RICKERT: Eu precisava deixar a discussão estruturada, por isso fechei a fila sobre isso. Então, vamos -- vamos tentar terminar esse tópico. Eu não fechei o tópico inteiro na agenda.

CHRIS DISSPAIN: Mas ainda estamos falando apenas sobre o número um? Ou número dois?

THOMAS RICKERT: Sim, e nós saímos dos trilhos.

CHRIS DISSPAIN: Encantador.

THOMAS RICKERT: Então, Alan.

ALAN GREENBERG: Desculpe. Se estivermos falando apenas sobre o número um e número dois, então minha mão não está levantada.

THOMAS RICKERT: Nós saímos dos trilhos. Eu queria que esta discussão paralela terminasse. E se você não for falar sobre esta discussão paralela, deixe-me apenas confirmar que estamos ok com o poder número 1. E eu não vejo mais nenhuma mão sobre o assunto, o que nos permite passar para o número 2. Então, estou buscando confirmação para o número 2, e por favor, somente o número 2.

STEVE DELBIANCO: Thomas, é o Steve. Deixe-me esclarecer isso para as pessoas. Se vocês percorrerem o documento, e creio que a Alice o enviou para todos, se vocês rolarem a tela para baixo até o final do documento, verão as outras conclusões preliminares que foram alcançadas na reunião extra de sábado, e, em seguida, os comentários de trabalho que surgiram de um subgrupo que

havia trabalhado no fórum da comunidade há uma ou duas semanas.

Portanto, há um pouco mais de informações no documento do que apenas aquela tabela no topo indicando os limites.

THOMAS RICKERT: Obrigado pelo esclarecimento.

Kavouss, essa mão é nova? E, por favor, não vamos tratar do teste de resistência 18.

KAVOUSS ARASTEH: Não, não é isso. A emenda que você fez à coluna um se aplica a todas as cinco colunas ou aconselhamentos.

THOMAS RICKERT: Correto.

KAVOUSS ARASTEH: Obrigado.

THOMAS RICKERT: Eu estava fazendo uma sugestão que poderia como que prefaciara a tabela.

Agora, vamos passar para o terceiro ponto, o bloqueio de mudanças no estatuto regular.

Algum comentário sobre isso ou podemos tomá-lo como uma confirmação? E uma pausa de alguns segundos.

E, mais uma vez, esta é a base para desenvolvê-lo mais adiante. Portanto, não vamos ter uma tabela na nossa propriedade final. Isso ainda será reformulado. Mas precisamos de algo para nos apoiarmos conforme avançamos. Por isso, temos de fazer um balanço sobre as medidas provisórias que tomamos.

Remoção do membro individual da diretoria, algo a acrescentar? Eu acho que já discutimos bastante esse ponto. Então podemos passar para o número 5. Eu entendo que há mãos sendo levantadas sobre esse assunto. Mas antes de escutá-las, Milton, sua mão está levantada.

MILTON MUELLER:

Este é um comentário que se aplica, na verdade, a todos estes. Mais uma vez, eu realmente gostaria de saber sobre quais unidades estamos falando aqui. ACs, quais -- sobre quais ACs em particular estamos falando. E, sabe, se você estiver dando números aqui 2, 3, 4, 1, eu acho que há uma questão que ainda precisa ser discutida. E você me disse nesta manhã que isso seria discutido, que não estava fechado ainda, sobre quem

estamos falando. Especialmente quando alguns desses ACs indicarem que não querem ser parte deste processo.

THOMAS RICKERT: O nosso estado atual é que a comunidade é a -- é a combinação de todas as SOs e ACs. Nós mudamos de um sistema baseado em votos para outro baseado em consenso. Assim, toda a comunidade pode se manifestar. Nós tivemos a definição de comunidade no nosso relatório anterior, que seria todas as SOs e ACs e --

MILTON MUELLER: E você recebeu forte resistência sobre o assunto nos comentários públicos, que você parece não estar considerando. E quando você diz 4 e 1, você está falando sobre uma votação. Desculpe. Isso não é consenso. Você está falando sobre -- a unidade de votação são as ACs e SOs. Não balance a cabeça Leon. É um fato. Você está contando números.

LEON SANCHEZ: Nós podemos concordar em discordar Milton. Desculpe, mas eu posso balançar a minha cabeça.

MILTON MUELLER: Sim, você pode balançar a cabeça, mas, digo, eu não estou satisfeito com isso como uma resposta, e isso nunca foi abordado nos comentários públicos. Quantos comentários públicos apresentaram objeção a isso? Você ao menos sabe?

THOMAS RICKERT: Nós podemos puxar as informações, isso não é problema. Milton, eu acho que o que precisamos levar em conta quando estamos tendo essa discussão é que quando nós tivemos o nosso primeiro -- nosso segundo relatório, nós tivemos algumas organizações que lançaram votos com pesos diferentes e isso é algo com que um dos que comentavam teve problemas. Por isso nós nos afastamos da ideia dos votos em nossas discussões. Um modelo de consenso e pensamentos. E como fazemos sob algumas definições de consenso no ecossistema da ICANN, nós olharíamos para as objeções. Portanto, há um consenso com certas ressalvas, e estamos tentando definir isso aqui. E eu gostaria de sugerir, Milton, que ao invés de refutar a ideia de proceder como estamos fazendo, você poderia vir com propostas concretas, sobre como nós -- como abordar o risco óbvio que você percebe que -- que nós associamos com isso. O próximo na fila é o Alan, por favor.

ALAN GREENBERG: Obrigado. Pensei que estávamos falando sobre o item número 5, então vou tentar fazer isso. Acredito que, uma vez que estamos falando sobre a remoção de toda a diretoria como uma opção nuclear, como uma opção que se algum dia chegarmos a tomá-la o impacto na organização e em como seremos percebidos por todo o resto da governança da internet e dos governos mundiais seria potencialmente alterado de forma radical, eu acho que isso precisaria de um limite significativamente maior que os outros, que são relativamente mundanos. Obrigado.

THOMAS RICKERT: Para qual coluna você gostaria que nós mudássemos qual número para o que?

ALAN GREENBERG: Desculpe. Eu estou olhando para a coluna número 4.

THOMAS RICKERT: Correto. Mas você disse que queria limites diferentes. Você está --

ALAN GREENBERG: Você está me pedindo para fazer sugestões.

THOMAS RICKERT: Correto.

ALAN GREENBERG: Pois bem, o asterisco certamente inclui uma sugestão. Ou seja, qualquer objeção iria matar isso. Outra alternativa é ter um número maior de “sim”s. Eu estou sugerindo isso.

THOMAS RICKERT: Mas então, obviamente o seu ponto de vista é refletido com o asterisco, correto?

ALAN GREENBERG: Essa seria uma forma de abordar o problema. Se isso não for aceitável, eu consideraria a exigência de um número maior de aprovações do que quatro.

THOMAS RICKERT: Entendido. Chris?

CHRIS DISSPAIN: Sim, eu queria tocar nesse ponto também, eu acho. Se você olhar por toda a lista, verá que o nível mais alto é 4 e não mais do que 1 objeção. E eu acho que usar aquilo para alguns dos outros pontos e manter o mesmo nível para a remoção de toda a diretoria simplesmente não é de muito bom senso. Eu apoio

fortemente o -- que uma SO ou AC deva ser capaz de apresentar uma objeção e, em seguida, ter aquilo negociado -- e ter aquele bloqueio. Não estou sugerindo que você não poderia criar um processo sob o qual ainda haveria algo que precisaria acontecer, mesmo se houvesse um bloqueio como uma espécie de mediação ou o que quer que seja. Mas fundamentalmente, eu acho que você poderia ter uma situação onde um dos -- uma das SOs, a ASO, a ccNSO, a GNSO, os órgãos formuladores de políticas, sabe, a ICANN, fossem muito contrários a isso, e penso apenas que para mim isso soa como um passo longe demais para dizemos que podemos ignorar a sua objeção.

Se você me permite, eu realmente gostaria de dizer algo sobre o sistema de salão ("*hall system*"). Eu concordo com isso no geral, mas acho que precisamos construí-lo pensando no futuro, que poderá haver mais SOs e ACs, e eu recomendo que utilizássemos os números e percentuais para que possamos avançar com isso sem ter que voltar, porque com uma porcentagem você pode obter isso, obviamente, mas é algo impossível com os números.

THOMAS RICKERT:

É uma boa observação. Sugiro que a gente acrescente isso como um esclarecimento, que os limites sejam escritos tanto em números concretos quanto em termos de porcentagem. Eu vou

fechar a lista sobre o número cinco, após o Steve, por favor. Um dos seus --

DESCONHECIDO: Eu tenho tentado levantar a minha mão.

THOMAS RICKERT: Eu acho que você não tentou o suficiente então. Chegarei em você em um minuto. O próximo é George.

GEORGE SADOWSKY: Sim, obrigado. Eu, eu estou feliz que esta discussão esteja ocorrendo. Eu era parte da comunidade que tratava do número 5 no -- sábado e o meu sentimento é de que isso foi um -- foi uma grande discussão sobre muitas coisas e ela foi bastante apressada. E eu não estou, eu não estou convencido de que a -- de que a minoria está -- está representada adequadamente. A votação foi muito, muito rápida. Acho que isso merece mais discussão. E estou de acordo com meus colegas aqui presentes. Acho que qualquer SO e AC deve ser autorizada a apresentar uma objeção e isso deveria desencadear algo bastante sério, porque esta é -- se isso chegar a ocorrer alguma vez, é um efeito cataclísmico e vai alterar a ICANN de maneiras que acho que nenhum de nós aqui consegue prever, mas eu não acho que eu iria gostar se isso acontecer.

THOMAS RICKERT: Vejo várias mãos erguidas. Várias mãos subiram depois que eu fechei a fila. Eu entendo -- ou pelo menos imagino que ao menos alguns de vocês desejam falar sobre a questão do limite e eu gostaria de fazer uma sugestão prática sobre uma forma de lidarmos com este ponto em particular. Eu acho que o limite necessário para a remoção da diretoria dependerá do modelo de executoriedade que utilizarmos. Vocês podem olhar para essa questão de maneira distinta se a remoção da diretoria for a única medida de executoriedade, e se ela não for, certo? Portanto, sugiro que a gente pare com este ponto por enquanto até que tenhamos discutido o modelo, porque aí talvez será mais fácil para nós concordarmos sobre os limites. Aqueles que não querem falar sobre este ponto específico, mantenham as mãos para cima. Para aqueles que queriam falar sobre este ponto, eu peço a gentileza de baixarem as mãos para que possamos prosseguir.

Em seguida -- eu vou dar algum tempo para vocês baixarem as mãos, se puderem.

DESCONHECIDO: Boa tentativa.

THOMAS RICKERT: Então o Sebastien -- George -- o George já falou. Sebastien.

SEBASTIEN BACHOLLET: Sim, apenas para dizer que em todos os exemplos dados, por outro lado você tem uma AC que é composta pela diretoria e é algo que precisamos levar em consideração. E se não quisermos ter isso, se colocarmos um limite que não é possível de se atingir mesmo quando ele for realmente necessário, então vamos manter essa possibilidade fora de cogitação. Esta foi a minha proposta desde o início. Mas se quisermos alcançá-lo, então ele deve ser viável. Se não for, não haverá sentido em fazer isso. E essa discussão é bastante esquisita. Obrigado.

THOMAS RICKERT: Muito obrigado, Sebastien. Steve, você realmente queria manter a sua mão levantada?

STEVE DelBIANCO: Obrigado, Steve DelBianco. Sobre a pergunta do Milton a respeito da votação, eu pensei que eu iria descrever aquilo que fizemos no subgrupo para chegarmos a estes limites. O voto é algo como quando você tem pesos, onde você tem divisões, a GNSO pode ter cinco votações diferentes e elas são por limites de porcentagem, em que você conta o número de votos e se você ultrapassar tal limite, isso já é suficiente para ganhar. E é

isso que uma votação é, estritamente. Quando isso surgiu no sábado pela manhã, foi no caminho do que queríamos compreender o consenso como sendo um forte apoio na ausência de múltiplas objeções. Forte apoio na ausência de várias objeções. E isso é completamente diferente de se fazer uma votação com limites percentuais. A razão pela qual sugerimos “múltiplas objeções” ao invés de uma única objeção foi pelos termos de referência que tratamos naquela sessão, dizendo que em todos esses poderes nenhum deles deveria ser derrotado ou bloqueado por uma única AC ou SO. Então tratava-se de um conjunto de princípios bastante claros sobre nossos termos de referência. E nós seguimos as instruções de vocês de se afastar da ideia da votação e ir para um modelo de consenso. E nós usamos o modelo de consenso que é usado em vários grupos, como a ccNSO, como “o forte apoio na ausência de objeção”, múltiplas objeções neste caso. Obrigado.

THOMAS RICKERT:

Obrigado, Steve. Antes de passarmos para aos próximos a falar, Jordan, como relator você gostaria de responder a essa pergunta?

JORDAN CARTER:

Ao final.

THOMAS RICKERT: Ao final. Certo. Roelof, você baixou a sua mão?

DESCONHECIDO: (fora do microfone)

[Risos]

THOMAS RICKERT: Ele disse que ele não abaixou a mão, mas que ele concorda com o fato de que ela tenha sido abaixada. Kavouss, e como a Anne ainda não falou, nós vamos ouvir a Anne, mas depois vamos seguir adiante.

KAVOUSS ARASTEH: Obrigado. Meu conhecimento sobre o Milton Mueller é que ele é professor. Ele também pode ser advogado, mas o que ele diz está absolutamente certo. Quando você fala em números, você está indo para uma votação. Você não pode negar isso. Você dizer 4 a favor e 1 contra, você está votando. Por isso, não podemos misturar as coisas. A fórmula que está dizendo “na ausência de” é melhor. Mas quando você diz 4 contra -- a favor, e 1 contra, você está falando exatamente de uma votação. Portanto, por favor tentem ser claros. É muito difícil. Se quiserem terminar a reunião dizendo que tudo está ok, até aqui

tudo bem, mas o trabalho não está pronto. Se você quer fazer do consenso a única maneira de dizer que, na ausência de um consenso, “na ausência de” e colocar aquelas objeções e conselhos. Mas não “4 e 1”. 4 e 1 é votar e eu apoio totalmente o Dr. Mueller.

THOMAS RICKERT:

Kavouss, você já tocou neste ponto em diversas ocasiões. Eu creio que o nosso grupo -- boa parte do grupo quer definir consenso como havendo certo apoio na ausência de certas objeções. Isso é perfeitamente possível e estamos fazendo isso, e você está concordando com a cabeça, o que é um bom sinal, por isso acho que estamos na mesma página aqui. Anne, por favor.

ANNE AIKMAN-SCALESE:

Isso está ligado? Estão me ouvindo? Certo. Apenas três pontos rápidos. Acho que há uma grande preocupação expressada sobre a captura e não manter as coisas abertas à captura. E na minha opinião, se uma SO ou AC pode ditar completamente a opção nuclear, a sua utilização ou não, isso seria uma situação de captura. Então se apenas uma delas pode bloquear por completo, isso é captura. Isso significaria que uma SO ou AC pode capturar. Então eu concordo com a maneira como isso está formulado agora.

Além disso, eu penso concordar bastante com a ideia de que esta questão deva ser primordialmente considerada após uma discussão do modelo, porque isso é o -- o item nos poderes da comunidade que é muito dependente do modelo, porque no modelo de designador único, o único verdadeiro mecanismo de execução dos poderes é a remoção da diretoria. Você não tem poderes específicos de execução, e esta é apenas uma questão de saber se a comunidade quer ter uma execução específica da decisão que tomou ou remover o diretor. Então isso depende muito do modelo. E acho que você tem toda a razão ao adiar essa discussão.

E, então, eu diria muito rapidamente que de todas essas decisões e poderes da comunidade, o número 7 é o que está mais estreitamente relacionado com as considerações das transições da IANA, e por isso, quando chegarmos a realmente analisar os modelos, eu espero que tenhamos uma discussão robusta em ordem inversa com o número 7, já que o número 7 é essencialmente a nossa contenção que é, atualmente, o papel da NTIA. E é por isso que eles têm a capacidade de colocar o contrato da IANA em outro lugar, então este poder da comunidade tem uma relação muito direta com a transição da IANA, e eu gostaria de potencialmente discutir isso na ordem inversa quando chegarmos aos modelos. Obrigada.

THOMAS RICKERT: Obrigado, Anne, e obrigado também por confirmar que estamos direcionando a discussão da forma correta, de acordo com você. Roelof, você levantou a sua mão ou ela foi involuntariamente levantada pelo fantasma do Adobe?

ROELOF MEIJER: Não, eu levantei a minha mão. Parece que eu estava sendo excessivamente cauteloso com este processo. Como estamos discutindo isso, eu posso fazer isso agora também. O meu ponto é que eu acho que temos que considerar que a chance de toda a diretoria se portar mal é muito pequena. As chances da comunidade enlouquecer inteira, de forma coletiva é provavelmente ainda menor. E eu acho que o efeito de -- ah.

DESCONHECIDO: A comunidade acabou de enlouquecer.

[Risos]

ROELOF MEIJER: Bem, pelo menos parte da comunidade já está louca comigo. Então talvez eu esteja sendo excessivamente otimista. Mas eu acho que é preciso ter em conta que o mesmo limite quantitativo será mais difícil de se atingir se o impacto do poder for mais severo. Não haverá votos bobos para remover toda a

diretoria, portanto eu não acho que seja uma boa ideia aumentar o limite para este ponto em especial, porque isso tornará o poder inexecutável. O “big stick” se tonará um galho. Nada irá acontecer.

THOMAS RICKERT:

Muito obrigado, Roelof. E só para lembrar a todos, esta noite é a oportunidade para todos vocês enlouquecerem enquanto comunidade no (dizendo um nome, não transcrito). Mas depois disso nós voltamos ao serviço e a tentar fazer um bom trabalho aqui. Jordan, como relator, você gostaria de fazer algumas considerações finais sobre esse ponto?

JORDAN CARTER:

Você pode -- alguns de vocês podem não achar isso útil. Espero que todos vocês encontrem partes disso que sejam úteis. Estamos sob muita pressão e estamos trabalhando melhor juntos do que estávamos há algum tempo, e esta coisa de tomada de decisão, esse novo modelo de consenso se parece um pouco com isso. Às vezes, quando um grande grupo ou um pequeno grupo, dependendo de como você olha para isso, está trabalhando sob uma pressão como aquela, nós passamos a ter um pequeno grupo pensativo. Os comentários públicos que tínhamos em resposta à nossa primeira proposta foram bastante negativos quanto à ideia de voz igual para cada uma

das SOs e ACs em qualquer processo de tomada de decisão da comunidade que tivemos. E é por isso que o CCWG manteve a mesma alocação de autoridade em seu segundo projeto de proposta, como o fez no primeiro. E nós - o feedback que obtivemos no segundo, se me lembro bem, dos comentários públicos, ninguém jamais argumentou realmente nesses comentários públicos que cada uma das SOs e ACs deveria ter a mesma coisa. Então eu sei que nós estamos falando sobre isso como um processo de composição de consenso e, em alguns aspectos isso de fato o é, mas ainda existem números sobre a mesa. E os números são os números de participantes nesse processo de composição de consenso. Então, onde você tem limites numéricos e você tem um número de entidades expressando seus pontos de vista, as pessoas do lado de fora desta sala não irão comprar a ideia de que isso não é um sistema de votação, eu diria. E as pessoas de fora desta sala não irão comprar o argumento de que não estamos dando peso igual para cada parte da comunidade da ICANN através disso.

Então, eu só estou dizendo isso para garantir que à medida que seguimos trabalhando e desenvolvendo isso, precisamos pensar na realidade externa. Porque nós estamos indo em uma direção, você pode argumentar -- a lógica diz que vocês podem argumentar -- uma direção que está contra o feedback que nós recebemos. Então, eu só queria colocar isso sobre a mesa para

que as pessoas tivessem a noção clara sobre o que é que estamos fazendo.

THOMAS RICKERT: Obrigado, Jordan. Estamos fechando a discussão sobre o número 5. Comentários sobre o número 6? Ou 7. Vamos considerá-los de forma combinada, tendo em vista o tempo. Certo. Não parece haver quaisquer comentários. Kavouss? Eu pensei que fosse uma mão antiga. Desculpe.

Certo. Não parece haver quaisquer comentários.

Kavouss, eu pensei que esta mão levantada era de antes. Desculpe.

KAVOUSS ARASTEH: Sim. O ponto que a Anne levantou está absolutamente certo. Quando você diz não mais do que um, isso significa que você capturou tudo na mão de um.

Suponha que o SSAC irá participar na discussão e que eles dizem que não, e bloqueiam tudo. Então deveríamos aumentar de um para dois. Não um. Um é uma captura total. Ela está absolutamente certa.

Obrigado.

THOMAS RICKERT: Kavouss, pode haver um mal-entendido. É não mais do que um. Então, uma objeção não pode deter toda a locomotiva.

Duas. Ao menos duas, okay? Ótimo.

Kavouss está concordando com a cabeça, apenas para informar aos participantes remotos. Nós estamos nos mesmos trilhos, o que é um bom sinal.

Então, com isso, sugiro que a gente conclua a discussão sobre este assunto. Vamos anotar isso no número 5, que não confirmamos o que está neste gráfico. Voltaremos a este ponto depois que tivermos discutido o modelo de execução.

E com isso, eu gostaria de passar ao Leon para nos levar até o próximo item da agenda.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado, Thomas.

E o nosso próximo item da agenda lida com os princípios, valores essenciais e compromissos. E para isso eu gostaria de -- sim, eu gostaria de perguntar à Becky se ela poderia nos conduzir ou nos atualizar sobre o estado mais recente das discussões desta questão. E dos seus princípios, valores essenciais e compromissos.

Você gostaria de se juntar a nós aqui, Becky?

Acho que essa é a versão mais recente, certo?

BECKY BURR:

Correto. Este parece ser o documento correto. Espero que todo mundo esteja olhando para isso na -- na tela, porque na sala do Adobe está minúsculo. Alguma possibilidade de deixá-lo maior na sala do Adobe? Eu circulei isso mais cedo.

Certo. Apenas passe por ele. Nós temos um - temos um alto nível de concordância, mas não concordância absoluta, e nós realmente temos alguns -- desculpe. Estou perdendo a minha voz aqui. Deixe-me apenas levantar.

E nós temos algumas áreas onde há -- onde nós definitivamente precisamos de mais trabalho para ser -- desculpem-me. Eu só quero abrir isso em meus comentários para que eu possa vê-lo.

Então, primeiro de tudo, se nós descermos um pouco para as áreas de consenso, houve um consenso geral dos 33 comentadores que abordaram esta questão, no sentido de que estamos nos movendo na direção certa; que geralmente apoiamos a ideia de esclarecer a declaração de missão e deixá-la mais firme.

Eu não falarei sobre as questões dos direitos humanos, que foi objeto de um trabalho adicional na equipe de trabalho 4.

Na declaração de missão, há uma série de comentadores que manifestaram preocupação com a proibição da utilização por parte da ICANN do seu poder de regulamentar os serviços que usam os identificadores exclusivos da Internet ou o conteúdo que eles carregam. Não que eles se opuseram a esta disposição em particular, mas eles estavam preocupados que aquele texto poderia ser interpretado para impedir a ICANN de cumprir com contratos de registros e registradores.

Esta é provavelmente a questão mais difícil que temos diante de nós, e é algo que eu acho que precisamos ter uma sessão extra específica. Eu acredito que há a possibilidade de encontrar consenso e esclarecer o texto, ter algum texto esclarecedor com o qual todos possam conviver. Mas neste momento, nós não temos isso.

A ALAC também expressou preocupação com o fato do texto ser problemático caso a própria linha principal (*main string*) seja considerada conteúdo. E nós de fato tivemos alguns outros grupos que expressaram preocupações semelhantes. Por exemplo, em particular, no que se refere a questões da exploração infantil.

No resumo dos comentários, nós temos dois -- seriam duas respostas. Uma delas seria a política de consenso -- e eu acho que para abordar a primeira preocupação, a questão da

execução contratual, nós teremos que encontrar uma maneira de afirmar explicitamente que a política de consenso está dentro da competência da ICANN para ser aplicada; que isso está, necessariamente, por definição, no âmbito da declaração de missão da ICANN. E a este respeito, a especificação 1 provê especificamente para a resolução de litígios sobre o registro de nomes de domínio, e, no caso do registrante, incluindo as políticas levando em conta do uso do nome de domínio. De igual forma, o novo Guia do Solicitante do gTLD, que era a política de consenso, proibia o uso de -- linhas proibidas que poderiam ser contrárias aos princípios gerais do direito internacional para a moralidade e a ordem pública.

Então eu acho que isso é um exemplo de como, uma vez que esclarecemos o primeiro texto para garantir que a política de consenso não esteja sujeita à -- a política de consenso adequadamente definida não esteja sujeita à proibição regulamentar, nós podemos abordar isso.

Nós tivemos dois comentários sugerindo o esclarecimento do texto. Sobre a proibição, elas são menores e são de alterações de palavras, e parecem ser aceitáveis. Então eu não acho que a gente precise fazer algum trabalho quanto a isso.

A ALAC levantou uma questão sobre o texto no compromisso 2, relacionada à obrigação de preservar e melhorar a operação

neutra e sem julgamentos do DNS. Esta foi a linguagem tirada especificamente de um requisito da NTIA, mas a visão de ALAC foi de que isso poderia estar muito aberto. Esse foi um comentário isolado, e não temos comentários em resposta a isso, então, sabe, para assegurarmos que abordamos todas as questões, nós precisamos agir nisso.

Compromisso 5 -- Eu realmente sinto muito sobre a minha voz -- a referência diz o seguinte: Ela obriga a ICANN a empregar processos abertos, transparentes, ascendentes e de participação múltipla, liderados pelo setor privado, incluindo as partes interessadas de negócios, sociedade civil, a comunidade técnica e acadêmica.

Nós temos dois conjuntos diferentes de comentários sobre isso. O primeiro é que vários comentadores nos pediram para incluir os usuários finais na lista de membros do setor privado. Eu não ouvi qualquer oposição sobre este conceito.

Em segundo lugar, apesar das preocupações terem sido expressadas de formas diferentes, eu acho que o governo da Espanha -- e isso ainda foi reforçado pela Suíça, sugeriu que se incluíssemos uma referência à liderança do setor privado ali, também deveríamos fazer referência ao papel do governo, que está articulado no valor essencial 7, que sugere -- ou nos obriga

a levar devidamente em conta os conselhos de políticas públicas dos governos e autoridades públicas.

Eu acho que o Brasil e a Argentina, se eu estou interpretando os seus comentários corretamente, se opuseram à referência da liderança do setor privado, mas eu não sei se a solução proposta ou a abordagem proposta pela Espanha iria servir para estes comentadores.

Dito isto, quero ressaltar que houve muitos comentários de apoio com relação à retenção da referência à liderança do setor privado.

Nós temos dois pontos nos valores essenciais 2 e 4 onde o estatuto atual faz referência à viabilidade e adequação. Na primeira rodada de comentários, eu acho que, em resposta à sugestão do governo do Reino Unido de que essas advertências não eram necessárias, especialmente porque temos um teste de equilíbrio construído dentro dos valores essenciais de que isso não era necessário, mas a ALAC se opôs à exclusão do texto sobre a viabilidade e adequação.

Nós temos um dos comentadores que se opôs ao texto no valor essencial 4, sobre depender de mecanismos de mercado com o fundamento de que a ICANN foi criada em parte para regular a concorrência nos mercados de DNS. Eu observaria, contudo, que este texto não é algo novo. Estes termos estão nos

estatutos da ICANN desde dezembro de 20 -- 2002. Eles são a evolução e a reforma estatutária.

No primeiro esboço deste valor essencial 4, que agora é o valor essencial 5 -- que se relaciona com o valor essencial 5 no estatuto essencial, nós estávamos tentando formar algumas das Afirmações de Compromisso dentro dele, e portanto tínhamos uma frase que dizia que a ICANN dependeria de mecanismos de mercado para promover um ambiente competitivo saudável que melhore a confiança e a escolha do consumidor. Como resultado de uma discussão bastante longa no grupo de trabalho, nós mudamos o texto da Afirmação de Compromissos na seção de revisão, porque isso é um -- é uma disposição que se relaciona exclusivamente com o novo -- com a introdução de novos gTLDs. Ao fazer isso, nós mudamos ali o texto da confiança e escolha do consumidor, e o governo do Reino Unido observou que isso era algo problemático. E vários outros comentadores também se opuseram à alteração no texto que estava no primeiro esboço para a seção de revisão. Eu só gostaria de reiterar que o texto da Afirmação de Compromisso que nós mudamos, um, se relacionava específica e exclusivamente com a introdução de novos gTLDs. Então houve quem pensou naquilo em uma missão global e com valores essenciais, havendo uma referência específica que não era apropriada, e, dois, que o texto que aparece na Afirmação de

Compromisso é, de fato, parte do texto de revisão da Afirmação de Compromisso.

Certo. E então, finalmente, vocês devem se lembrar que no primeiro esboço do relatório nós tínhamos uma disposição que limitava a obrigação da ICANN para considerar devidamente os conselhos de políticas públicas para conselhos que fossem coerentes com a missão e os valores fundamentais da ICANN. Isso teve enorme resistência dos membros do GAC. Passamos muito tempo falando sobre isso.

Nós confirmamos que a intenção não era modificar a posição do GAC com relação à obrigação da ICANN para considerar os seus conselhos, mas deixar claro que, ao atuar com qualquer conselho de qualquer comitê consultivo (AC), a ICANN deveria, independentemente de qual fosse o conselho, agir de maneira coerente com o seu estatuto social.

Para alcançar então esta meta -- e eu não acho que era um compromisso. Eu só queria dizer que este foi realmente um processo de ouvir o que os governos estavam dizendo e extrair quais eram as preocupações da comunidade. Então foi realmente um processo de escuta e de intercâmbio. Nós removemos o texto que recebeu objeção do GAC fora disso.

Nós incluímos uma expectativa geral de que os comitês consultivos deveriam oferecer uma motivação para os seus

conselhos. No artigo XI que trata dos comitês consultivos (AC), deixe-me apenas declarar, porque algumas pessoas têm perguntado, que isso não afeta a obrigação da ICANN de trabalhar de boa-fé com o GAC para chegar a uma seleção mutuamente aceitável, mas reflete a sugestão do ATRT2, a recomendação de que uma motivação deva ser dada para tal conselho, particularmente com relação às leis nacionais e internacionais que entram em jogo.

E, em segundo lugar, no documento de revisão independente que deu a oportunidade para as pessoas trazerem um IRP que embasa aquilo em uma ação ou omissão da Diretoria da ICANN, incluindo ação ou omissão ocorridas em resposta a um conselho incompatível com o estatuto social.

De novo: isso não proíbe ou limita a capacidade do GAC de dar conselhos sobre o que quiser. Isso não limita a capacidade da ICANN de agir com base nesses conselhos. Isso simplesmente declara que, ao fazer isso, a ICANN deve apenas agir de uma maneira que seja coerente com o seu estatuto social.

Embora eu pense que isso atende às preocupações dos governos, nós recebemos alguns comentários em resposta à segunda versão do relatório, dizendo que aquele texto deveria ser recolocado, e é por isso que eu levantei este ponto. E eu

acho, realmente, que isso é provavelmente apenas -- que é provavelmente apenas um ponto de discussão.

Portanto, isso é todo um -- um resumo dos comentários que recebemos. Espero que ele seja bastante abrangente. E como eu disse, no geral, houve algum apoio para a direção e alguns pedidos de esclarecimento.

LEON SANCHEZ:

Muito obrigado Becky. Como vocês podem ver, os comentários foram levados em conta. Houve mudanças feitas pelo grupo de trabalho, o grupo de trabalho que estava trabalhando nisso. E, claro, agora o espaço estaria aberto para comentários e perguntas.

Mas eu só queria observar que eu vejo no bate-papo que a mão de Megan Richards não foi reconhecida pela sala do Adobe Connect, e eu, obviamente, gostaria de passar a palavra para a Megan Richards porque era uma mão de antes. E depois passaremos ao Malcolm e ao Milton.

Então, Megan.

MEGAN RICHARDS:

Muito obrigada, Leon. Na verdade, era sobre o ponto anterior. Eu acho que é porque eu estou registrada como convidada. Eu

não descobri como entrar como participante. Eu tenho mais de 21. Então era realmente sobre a discussão anterior que minha mão não foi reconhecida.

Sobre este ponto, eu escrevi no bate-papo e isso realmente se relaciona com o compromisso 5, onde agora -- Eu acho que a maioria dos membros do GAC concorda, e certamente dentro da União Europeia, que a "liderança do setor privado" está no estatuto há muitos anos, e é algo que existe, mas agora se nós expandirmos isso para dizer que o setor privado inclui o acadêmico, a comunidade técnica, os usuários finais, todos, mas sem nenhuma menção de governos e de seu papel na política pública, isso coloca uma linguagem muito incomum para o que está nos compromissos, que estão em um nível mais elevado do que os valores essenciais.

Então eu acho que isso é algo que nós realmente precisamos olhar com um pouco mais de detalhes.

Então este é o comentário. Eu vou colocar isso no bate-papo.

Obrigado.

LEON SANCHEZ:

Muito obrigado, Megan. E isso é apenas alguns -- alguns dos feedbacks que recebemos quando nos reunimos com o GAC que

estavam exatamente nessa direção. Então eu acho que você já deu uma olhada nisso; certo, Becky?

BECKY BURR: Sim. Eu acho que esta é uma questão justa que está aí -- que nós não resolvemos. Eu -- Eu acho que há muitas opções, sabe. Uma delas é manter o texto como está. A segunda seria inserir a frase sugerida pelo governo da Espanha que faz referência à devida consideração do conselho do governo em matéria de políticas públicas, que é o texto que aparece agora no valor essencial 7. E eu acho que a terceira opção seria tirar a referência da liderança do setor privado. Portanto, estas são as três opções sobre a mesa.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado Becky.

DESCONHECIDO: (fora do microfone)

LEON SANCHEZ: Certo. Bem, sim.

Então, destas opções que a Becky acabou de destacar, gostaríamos de ouvir as ideias sobre qual seria a que

provavelmente abordaria melhor as preocupações que acabamos de ouvir.

Então...

DESCONHECIDO: (fora do microfone)

LEON SANCHEZ: É a número 2, a que --

Qual delas foi proposta pelo governo da Espanha?

BECKY BURR: A abordagem proposta pela Espanha é certamente uma das que nós podemos seguir. Sabe, eu não tenho nenhum comentário de outros membros da comunidade para julgar o consenso de uma forma ou de outra.

LEON SANCHEZ: Então eu me lembro de alguns comentários de apoio na lista com relação ao texto proposto pela Espanha. Então eu acho que poderia ser um caminho seguro a seguir. Mas nós iremos, é claro -- De qualquer forma, nós teríamos que confirmar com o resto do grupo.

Certo, Thomas?

THOMAS RICKERT: A minha conexão caiu, então eu não pude levantar minha mão no Adobe, mas parece que, Becky, pelo que você disse -- a proposta feita pela Espanha pega o texto dos PICs que já temos.

BECKY BURR: Sim. Ela só repete o texto no valor essencial 7.

THOMAS RICKERT: E se ela cumpre o papel de deixar todos felizes, por que não aproveitar o momento? Por que não podemos confirmar para a eternidade agora o que podemos -- o que eu gostaria de entender, e eu vejo um monte de gente concordando com a cabeça na sala, é se alguém neste grupo tem um problema com isso? Caso contrário, por que não tomamos isso como, digamos, a nossa solução provisória a ser confirmada na próxima reunião?

Mais uma vez, a minha ligação caiu, mas eu não vejo qualquer objeção aqui. Eu vejo a U.E. e a Dinamarca concordando. Eu acho que poderia haver --

BECKY BURR: Eu poderia apenas fazer uma sugestão? Nós temos as mãos levantadas na sala, mas a menos que as pessoas queiram abordar isso, isso é certamente algo que poderia ir --

LEON SANCHEZ: Sim, vamos percorrer a fila, e, no final, vamos confirmar se temos qualquer objeção ou não sobre este texto.

Então, o próximo na fila é Malcolm Hutto.

MALCOLM HUTTY: Eu ia falar sobre um dos outros pontos que a Becky levantou, então se quiserem fechar este item antes por referência à fila, Presidente, eu vou esperar a minha vez para falar sobre o outro ponto.

BECKY BURR: Acho que você pode ir em frente e nós poderíamos voltar a este ponto depois. Se não há comentários, não há comentários e isso poderia funcionar.

MALCOLM HUTTY: Ok, nesse caso, foi um comentário com relação aos comentários que a Becky tinha sobre a definição das políticas de consenso, a sugestão de que a política de consenso deveria ser feita para estar -- eu não quero dizer que é, mas que deveria ser feita para

estar, por definição, dentro do escopo da ICANN. Isso, se fosse levado adiante, pareceria ser uma mudança muito significativa para o escopo da missão da ICANN. Isso iria empoderar o processo de política de consenso para fazer política em todas as áreas, sem limitação ao escopo da ICANN. Isso parece ser um passo bastante significativo, se é isso o que está sendo planejado. Agora eu entendo que a especificação 1 tem certas limitações sobre isso também, mas eles, da forma que estão atualmente, apontam para a missão atual. Então eu acho que qualquer sugestão ou alteração do escopo do que a política de consenso pode abranger nesta área precisaria ser analisada com bastante cuidado, e nós precisamos ver qualquer texto antes que possamos concordar que isso poderia ser passado diretamente aos advogados para implementação. Obrigado.

BECKY BURR:

Eu poderia responder? Qualquer um que me conhece sabe que eu sou a última pessoa no universo que iria sugerir mudar a definição das políticas de consenso ou o “cercado”. Eu suspeito que eu -- eu me mantenho como ninguém em defesa do “cercado”. Então você pode ter a minha garantia de que isso -- que a definição completa da política de consenso, tal como definida na especificação 1, é a única coisa que eu consideraria uma mudança adequada aqui. A outra coisa é que, a propósito, nós não podemos mudar isso de qualquer forma, ainda que

quiséssemos. Isso está incorporado em cada contrato de registrante e registro.

MALCOLM HUTTY: Obrigado.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado Becky. E eu vou incentivá-la a se manter muito firme e focada. E nós temos dez minutos antes do intervalo. E ainda precisamos percorrer o IRP, por isso estou fechando a fila com Robin Gross. E o próximo da fila é Milton Mueller.

MILTON MUELLER: Sim, de certa forma eu estou refletindo o que o Malcolm disse, mas eu acho que eu tenho uma opinião diferente sobre isso, Becky. Minha compreensão da missão e dos valores essenciais como compromissos era de que isso era uma limitação semelhante a uma Declaração de Direitos, certo? E quando você fala que a política de consenso ainda se aplicaria, isso significa que, se estivermos de acordo como uma política de consenso em que o uso de nomes de domínio como parte da política de registros, devem exigir que todos estes domínios, vamos dizer, só permitam conteúdo que apoie uma religião em particular? Se isso se tornar uma política de consenso, significa que a ICANN pode fazer isso? Eu pensaria que isso se destina a ser uma

limitação de direitos que impede políticas de consenso ou quaisquer outras políticas de fazer certas coisas.

BECKY BURR: Então a política de consenso, por definição -- como definido na especificação 1, por definição, acredito eu, impediria isso. Há uma longa história. Então, vamos precisar de algum texto adicional. Mas eu -- mas a política de consenso, quando eu estou falando sobre política de consenso, eu estou falando sobre a especificação 1. Não a política que é o produto de uma PDP, mas a política que estava -- estava dentro dos quatro cantos do assunto definido -- dos assuntos definidos na especificação 1.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado Becky. O próximo na fila é Kavouss Arestah.

KAVOUSS ARASTEH: Sim. Becky, muito obrigado. Lamentamos termos te incomodado tanto a ponto de você perder a sua voz. Você está entre as pessoas mais respeitadas e reconhecidas, e nós realmente valorizamos o seu trabalho.

BECKY BURR: Obrigada.

KAVOUSS ARASTEH: Agora, o que eu disse no GAC ontem, eu estou falando do (incompreensível) individual. Temos que ver se queremos ou não ir para realidade e -- ou privilégio. Eu acho que se tomarmos a realidade, ela pode não ser prejudicial para reter líderes ou lideranças do setor privado ou enraizados no setor privado. Isso não muda nada. A Internet ICANN segue trabalhando, seja se alguém é líder do setor privado ou enraizado no setor privado. Mas seria um erro se expandirmos isso, mas sem mencionar o governo. Seria um erro. Porque a ICANN está trabalhando com uma inclusão de partes interessadas. Então eu devo apoiar, se vocês expandirem, que isso deveria incluir os governos no local apropriado da sentença.

Em terceiro lugar, há algum alcance no texto. O setor privado pode ser algumas pessoas, setores realmente privados incluindo empresas, universidades e assim por diante. O setor privado não inclui a área acadêmica. O acadêmico é acadêmico. Talvez o setor privado inclua negócios e então, depois disso venha o governo. Portanto, há um pouco de linguagem -- estilo linguístico que temos de corrigir. Mas esta é a minha opinião pessoal, não vamos falar sobre a superioridade de privilégio e sentirmos se estamos subordinados ou não subordinados. Deixar o setor privado como está, mas sem incluir nada de novo. Expandir isso para incluir o governo no local apropriado e

corrigir a frase que não significa que o setor privado inclui a sociedade civil, inclui o setor acadêmico e assim por diante. Eu entendi que isso só incluía negócios. Se eu estiver errado, por favor me corrijam. Obrigado.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado, Kavouss. E eu acho que é bem isso que está sendo proposto.

BECKY BURR: Sim, eu acho que a abordagem que estamos falando trataria disso.

Exatamente. O próximo na fila é Andrew Sullivan.

ANDREW SULLIVAN: Olá, eu sou Andrew Sullivan, e eu sou presidente do Conselho de Arquitetura da Internet (IAB). Nós enviamos alguns comentários sobre esses documentos, tanto sobre o primeiro como o segundo relatório. E parte da discussão que está acontecendo agora mesmo aqui eu -- eu acho um pouco frustrante, em partes porque há muita discussão sobre o escopo e o ponto do comentário sobre esta área que a IAB enviou foi precisamente que, se vocês restringissem a declaração de missão para se concentrar exclusivamente nos registros, que é o trabalho da

ICANN, então vocês não teriam esse problema. Porque vocês não estariam falando sobre toda a Internet. Vocês só fariam sobre os registros. Então eu os incentivo fortemente a reconsiderar esse ponto, porque seria muito útil para não arrastá-los a discussões fora da competência da ICANN se vocês tivessem essa missão que dissesse “não, não, nós trabalhamos apenas com registros”. É aí que está o nosso problema. Obrigado.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado, Andrew. O próximo na fila é Greg Shatan.

GREG SHATAN: Obrigado, Greg Shatan falando. Sendo breve, e isso é parcialmente em resposta ao Kavouss, mas também para fazer uma outra sugestão. Claramente, quando esses documentos foram redigidos pela primeira vez, o setor privado significava tudo menos governos. Eles não tinham o significado restrito que o Kavouss está tentando atribuir. Nesse ínterim, em outros documentos de governança da Internet e fórum - fóruns, a palavra "setor privado" foi usada de forma diferente, se em um sentido mais restrito para significar interesses comerciais e empresariais. Mas isso não significa que este uso do setor privado esteja errado, mas sim que ele se tornou confuso. Então, uma sugestão, uma alternativa à adição desse tipo de

lista com todos os tipos de interesses do setor privado que estariam na definição mais ampla de setor privado para esclarecer que esta não é a definição estreita de setor privado, ao invés de adentrarmos em toda essa listagem, nós poderíamos simplesmente dizer “setor não-governamental”, que é o seu significado. Ao contrário de público -- era setor público e setor privado. Isso seria muito fácil. É algo bastante binário. Se você não quiser usar setor privado para descrever tudo que não é setor público, diga setor não-governamental e então você não terá que se preocupar sobre quem não está nesta lista. Obrigado.

LEON SANCHEZ:

Muito obrigado, Greg. O próximo da fila é Alan Greenberg.

ALAN GREENBERG:

Obrigado. Duas coisas. Apenas para esclarecer, a Becky falou sobre a política de consenso e a especificação 1. Especificação 1 (“*spec 1*”) é um termo utilizado nos novos acordos de gTLD, não nos antigos e não no RAA. Então, se formos utilizar um termo, deveríamos tentar assegurar que ele é -- é aplicável a tudo.

Você fez referência antes para que estas coisas voltem a uma segunda leitura. Quando isso acontecer, podemos por favor ter o estatuto atual e o novo estatuto proposto lado a lado, ou a

disposição do estatuto nova e em branco para que quando estivermos -- sabe, dando a “nossa bênção” a ele, nós realmente estejamos cientes do que estamos mudando. Porque a minha memória de curto prazo não é tão boa assim, minha memória a médio prazo provavelmente já está falhando, e eu nunca tive uma memória fotográfica. Então, só para ter certeza de que quando nós estivermos dando nossa aprovação final, todos possamos saber o que estamos aprovando.

BECKY BURR: Certo. Apenas para sua referência, aquele documento foi postado com o relatório do segundo esboço. Há um “lado a lado” específico. Mas nós iremos --

ALAN GREENBERG: Não, eu estou falando sobre quando nós já tivermos feito esses aprimoramentos, que é o que deveremos usar para fazer a aprovação final. Obrigado.

LEON SANCHEZ: Muito obrigado, Alan. E por último, Robin Gross.

ROBIN GROSS: Obrigado. Eu sou Robin Gross, para fins de registro. Eu só queria apoiar algumas das declarações do Malcolm e do Milton

sobre a preocupação com a expansão do escopo. E Becky, eu realmente agradeço que você esteja dizendo isso -- que isso não é o que nós faremos aqui. Mas eu acho que nós precisamos ser cuidadosos, mesmo que isso não seja o que nós estamos pretendendo. Talvez quando chegarmos ao texto -- à linguagem específica, ele poderia ser interpretado desta maneira. Então eu acho que isso poderia ser muito perigoso. E então eu acho que nós temos que olhar para isso com muito, muito cuidado. E, sabe, ao longo do tempo termos -- termos um período de tempo em que possamos realmente sentar diante do texto e trabalhar nele antes de termos uma reunião sobre isso, porque eu acho que isso é -- isso poderia ser um problema real. Não intencional, mas isso é tão -- é uma questão tão crucial que nós poderíamos expandir a missão ou expandir o que está dentro da especificação 1. Então eu só queria levantar este ponto de que temos de olhar para isso com muito cuidado daqui para frente. Obrigada.

LEON SANCHEZ:

Muito obrigado, Robin. E eu acho que isso é -- Eu acho que o caminho a seguir poderia ser encarregar os advogados quando eles olharem para a elaboração do estatuto correspondente para verificarem e se certificarem de que não há expansão da missão e do escopo da ICANN. Então eu acho que este poderia ser um caminho. E eu gostaria de voltar agora para confirmar se

temos quaisquer oposições sobre o texto proposto pelo governo da Espanha. Eu acho que nós realmente não tínhamos qualquer oposição quando perguntamos pela primeira vez e ao contrário disso, eu vi um monte de cabeças concordando, como o Thomas apontou. Então esta é a última chamada. Existe alguma oposição quanto a seguirmos com o texto sugerido e proposto pelo governo da Espanha no que diz respeito ao compromisso 5? Sim, Kavouss?

KAVOUSS ARASTEH:

Não uma oposição, mas acho que devemos parar depois de “governo”, mas não expandir governo em relação a todo o resto. Portanto, incluir o governo como os outros. Mas não tratar do governo com relação ao quê. Então, eu gostaria de generalizar a questão que colocou o governo como os outros. Obrigado. Sem especificar as áreas em que eles são responsáveis. Eles são responsáveis de forma coletiva, em todo o processo. Não vamos limitá-los. Nós não somos o WSIS. Obrigado.

LEON SANCHEZ:

Muito obrigado, Kavouss. Portanto não há objeção, e eu espero que a Becky possa levar este último comentário em conta. Então agora iremos para o nosso intervalo e quando voltarmos vamos analisar o IRP, e eu não sei quanto tempo o nosso chefe nos permitirá de pausa, mas eu acho que é uma parada de 25

minutos. Não, desculpe. É uma pausa de 15 minutos. Eu estava me excedendo com os 25. Não, são 15 minutos. Vamos voltar às 16:48. Obrigado.

(Intervalo)

MATHIEU WEILL: Bem-vindos de volta. Esta é a segunda parte da sessão e obrigado por tomarem os seus lugares. Temos um item pendente da agenda da categoria que nós discutimos anteriormente, que foram aqueles em que tivemos um progresso significativo na sexta-feira e no sábado e nós quisemos fazer um balanço e esclarecer os próximos passos. E eu estou falando da melhoria do Processo de Revisão Independente. Também conhecido como IRP. E para lembrar a todos aqui, o próximo passo que nós dissemos que iríamos considerar quando discutimos isso na sexta-feira era criar um grupo de especialistas que irá trabalhar com os advogados para aprimorar a implementação do IRP, já que tínhamos discutido que o nosso trabalho de requisitos estava completo. E eu gostaria de aproveitar a oportunidade com a sala meio cheia para confirmar isso por aclimação. Obviamente, trata-se de uma boa prática. E confirmar que teremos que organizar isso de modo que possamos avançar neste aspecto muito, muito esperado das nossas propostas, para que demonstremos o nosso progresso.

THOMAS RICKERT: Nós não precisamos disso.

MATHIEU WEILL:

Certo. Então, isso é para o IRP. Isso foi apenas um aquecimento para que todos possam voltar à sala. Espero que vocês tenham esticado as pernas e braços. Este parece ser o tema do dia, e feito um pouco de dança lá fora. Porque nós estamos indo agora para um dos principais aspectos do nosso trabalho de hoje, que é o trabalho colaborativo que precisamos ter para encontrar uma forma de avançar com os modelos, um caminho que precisa ser -- que precisa ser aceitável para todos, para que todos possam conviver com isso. E eu incentivo fortemente a todos para que mantenham essa definição em mente. Algo com o que possamos conviver.

Então nós vamos tentar abordar isso de uma maneira baseada em requisitos, baseada em fatos. Então, por favor, deixem de lado as posições ou declarações de interesses de qualquer um. Precisamos olhar para os fatos e os requisitos. Queremos que isso seja documentado. Na verdade, queremos que esta sessão forme o núcleo da documentação que teremos que oferecer para a escolha que faremos. E nós queríamos permanecer no mesmo espírito que temos visto nos últimos dias, que é um espírito de colaboração e não o espírito de trabalhar um contra o outro. E vamos prestar especial atenção ao esclarecimento das preocupações e requisitos implícitos para que isso possa constituir a base de uma discussão robusta. Isso já foi pedido

antes, acho que pela Anne. Mas também uma discussão substancial e não um falando após o outro.

E, finalmente, lembrem-se que não haverá jantar de gala até que nós encontremos um caminho a seguir.

[Risos]

DESCONHECIDO: (fora do microfone)

MATHIEU WEILL: Então na verdade serão três -- três pequenas partes, três ou quatro. Primeiro, vamos dar um pouco de contexto. Isso será com o Thomas. Vamos tentar fazer um balanço das discussões anteriores que já tivemos sobre os modelos, apenas para trazer todo mundo para o assunto. Nós certamente iremos -- nós também vamos olhar para -- nos lembrar dos materiais e informações que já temos, o que é bastante extenso, sobre as opções e suas -- as avaliações que nós recebemos sobre as consequências de escolher uma opção ou outra. E então vamos tentar avaliar quais são os requisitos nesta discussão e seguir com uma filtragem dos modelos para estudá-los e compará-los com cuidado. Esta é a abordagem que pretendemos. É claro que iremos -- embora saibamos que vocês formam um grupo com o qual temos de ser flexíveis às vezes, ainda que isso

definitivamente não seja a nossa característica favorita, ser flexível, mas certamente iremos ouvi-los.

E com isso eu acho que vou passar para o Thomas, para termos um pouco de definição do contexto.

THOMAS RICKERT:

Muito obrigado, Leon. E bem-vindos de volta após o nosso coffee break. Espero que estejam todos com bastante energia para essa discussão -- discussão. Só para colocar as coisas em perspectiva, nós definimos mais cedo estes -- esta abordagem em E tripla ou três abordagens em E. Nós temos a fase de envolvimento, temos a fase de escalonamento, e em seguida a fase de execução. Se estivermos fazendo um bom trabalho na fase de envolvimento, vamos dizer sobre o orçamento, a comunidade interagindo com a diretoria, certificando-se de que não há mal-entendidos, que todas as informações são trocadas pra lá e pra cá, então as chances são boas de que a diretoria passe uma resolução sobre o orçamento que atenda aos critérios, que satisfaça as exigências da comunidade. E é só então, após o fato, que em uma -- em uma lista limitada de poderes enumerados nós poderemos ter este caminho de escalonamento, que novamente iria começar com uma decisão da diretoria e, em seguida, se tudo mais falhar, poderia haver a necessidade da excoutoriedade, depois que a diretoria não

aceitar o desejo da comunidade de refazer ou rever a sua decisão, depois que a diretoria não conseguir receber o -- os sinais que vêm do fórum da comunidade onde as coisas foram discutidas publicamente, depois que a diretoria deixar de aceitar um veto de orçamento proveniente da comunidade, depois que a diretoria não aceitar uma decisão do IRP favorável à comunidade. Só depois que tudo isso tiver acontecido cumulativamente haverá a necessidade de executar um poder da comunidade. E é exatamente sobre isso que estamos falando. É realmente um cenário de último recurso.

Então, quais foram as opções para os modelos de execução que estamos olhando?

Vocês vão se lembrar da escala entre o modelo baseado na confiança e a exequibilidade integral, na escala tínhamos o *status quo*, que é basicamente um modelo baseado em confiança ou que alguns têm chamado de modelo colaborativo, e aí temos a proposta da Diretoria com o MEM, que é um modelo baseado em arbitragem, e aí teríamos o mecanismo comunitário como designador único. Vocês teriam a segunda proposta de mecanismo da comunidade como membro único, e a primeira proposta, o primeiro relatório, o modelo de múltiplos membros.

Todos esses modelos foram discutidos.

Nós também discutimos o modelo de múltiplos designadores, mas não o incluímos neste gráfico.

Então vocês podem ver que há um espectro entre a confiança e a executoriedade, e nós gostaríamos apenas de confirmar com vocês que estamos abandonando a ideia de manter o *status quo*. Sabemos que existem opiniões minoritárias que gostariam de fazer isso, mas isso não teve apoio suficiente no CCWG, nem nos feedbacks da comunidade.

Nós também gostaríamos de descartar o que tínhamos em nossa primeira proposta; ou seja, o múltiplo -- o modelo de múltiplos membros com os avatares. Os mais antigos entre nós vão se lembrar deste modelo.

E isso nos leva a uma lista reduzida de modelos. E se nós pudermos ir para o próximo slide, então, temos uma lista reduzida que se concentra basicamente em duas variações em torno de um tema principal de congregar as competências da comunidade em uma única entidade, seja um designador, seja um membro.

Então por que estamos discutindo isso em primeiro lugar? Porque achamos que se pegarmos isso primeiramente e colocá-lo na frente de todos no suporte, então podemos realmente focar nas diferenças entre um modelo baseado em membro e um modelo baseado em designador.

Então, por que não estamos -- Este é o nosso entendimento. Por que este grupo não está disposto a buscar modelos baseados em múltiplas entidades interagindo com a ICANN?

Nós descobrimos pelos comentadores que eles querem que evitemos a realocação do poder. Eles querem que a gente evite uma concentração de poder. Eles querem que a gente evite um risco de captura. E se você tiver o único -- múltiplos -- não único. Se vocês tiverem designadores individuais, designadores múltiplos ou múltiplos membros, cada um desses pode potencialmente exercer os direitos por si e fazer coisas ignorando o processo da comunidade.

Além disso, como eles teriam que assumir personalidade jurídica, nós forçaríamos os grupos individuais da nossa comunidade a mudarem o seu status ou reconhecer que eles já têm um status que não querem reconhecer publicamente, certo? Então, nós queremos deixar a atual estrutura das SOs/ACs inalterada. Queremos evitar o risco de captura congregando isso. Assim, o poder da comunidade só será exercido de forma conjunta.

E isso nós podemos fazer com a ideia do único, certo?

Portanto, este é o nosso entendimento das conversas anteriores. E vocês vão se lembrar que nós optamos pelo

membro único porque recebemos comentários públicos após o primeiro relatório reclamando sobre a ideia do múltiplo, certo? Então nós optamos pelo único. E nós queremos confirmar com vocês que gostaríamos de manter a noção do único; ou seja, reunindo toda a comunidade em uma única entidade que, então, iria interagir com a ICANN.

Jordan.

JORDAN CARTER:

Eu só quero acrescentar mais um ponto de contexto para aqueles que podem não se lembrar.

Em termos de múltiplos, quando nós estávamos falando sobre a abordagem múltipla, nós só conversamos sobre isso no que diz respeito àqueles que estão nomeando os membros da diretoria, que é sem dúvida o estado atual com algumas das SOs e ACs, como sendo entidades legais.

Mas se vamos ter poderes exercidos coletivamente entre toda a comunidade em uma situação múltipla, teríamos de estabelecer uma personalidade jurídica para todas as SOs e ACs. E nós tivemos sinais muito claros do GAC, como uma das SOs e ACs, sobre como eles se sentem sobre a ideia de pertencer a uma pessoa jurídica. Então isso estava entre outras das razões pela qual prestamos muita atenção ao forte feedback que recebemos

nos comentários públicos a respeito da primeira proposta para adicionar a todas as coisas, Mathieu -- O Thomas falou sobre porque o modelo múltiplo não era bom.

THOMAS RICKERT: Obrigado, Jordan.

Alan.

ALAN GREENBERG: Obrigado. Vou dizer algo que irá ou esclarecer ou confundir mais, e eu não tenho certeza do que será para cada um, mas --

THOMAS RICKERT: Você ainda pode passar...

ALAN GREENBERG: -- mas eu vou tentar.

[Risos]

Não, obrigado.

Concordo que não temos outra escolha a não ser usar um corpo único comum para representar as ACs e SOs a fim de tomar as medidas legais, ou as medidas formais. Não há escolha quanto a isso.

Isso está relativamente transparente, no entanto, para a parte do designador. Nós estamos utilizando o termo designador e, em seguida, aplicando-o à grande comunidade.

O designador é um termo jurídico que trata da nomeação dos membros do conselho.

Na verdade, se fôssemos manter -- neste momento, se a ccNSO nomeia um diretor, eles escrevem uma carta para o secretário da Diretoria dizendo que tomaram uma decisão. No modelo combinado que a gente vem chamando de modelo de designador único, eles precisam dizer isso ao designador e o designador escreve a carta; certo?

Poderíamos manter as ACs e SOs que nomeiam os diretores escrevendo a carta elas mesmas. Nós ainda precisaríamos da organização comunitária para executar os poderes.

Então, na verdade, seria um modelo de designadores múltiplos, mas uma única entidade para executar os poderes. Os dois são quase idênticos, exceto quanto a quem escreve a carta para o secretário da diretoria.

Então, apenas para aqueles que seguem inflexivelmente tentando olhar para um modelo de designadores múltiplos, eles são efetivamente o mesmo quanto a todos os poderes e todos

os direitos. É realmente só uma questão de quem faz a designação, quem escreve a carta para o secretário. Então --

THOMAS RICKERT: Isso é muito útil, e eu achei esclarecedor, para minha surpresa.

[Risos]

Normalmente eu não sou tão brilhante.

Sebastien.

SEBASTIEN BACHOLLET: Após todo esse esclarecimento será difícil seguir.

Um ponto diferente. O primeiro, é -- eu sei que a palavra (incompreensível), mas eu realmente não gosto desta imagem, porque eu me considero parte da ICANN. E parece que nós estamos projetando algo para ir a algum lugar, e este lugar que não somos nós, mas sim a ICANN, e todo este sistema. Não é apenas a bolha no topo. E nós precisamos encontrar uma outra palavra e outra imagem, para isso, porque somos parte da ICANN.

Tenho uma -- uma pergunta. O designador é atualmente o corpo que está nomeando -- que nomeia o membro votante da diretoria ou podemos imaginar ou citar outro que aponte um intermediador? Eles também apontam alguém para a diretoria.

Não estariam fazendo a mesma coisa? A única coisa que eles não estão fazendo é votar. Quanto ao resto, eles têm os mesmos poderes que qualquer outra entidade, mesmo no final do mês, têm o mesmo tratamento.

E o meu último ponto é que eu acho que se formos pelo modelo do único -- para usar o termo "designador único" eu gostaria de sugerir que fosse adicionado algo, como um "modelo de designador único coordenado." Porque não é que a gente queira um. Queremos alguém para coordenar o que estamos fazendo, a situação atual. Então eu acho que nós precisamos encontrar -- não sei se é juridicamente correto, mas eu penso nesse termo ou imagem, isso poderia ser bom.

THOMAS RICKERT:

Sebastien, eu pedi por esta visualização, e se você achou feia, a responsabilidade é minha.

Vamos encontrar um nome. Vamos tentar fazer uma boa visualização. Eu gostaria de confirmar a sua concordância com a noção de que precisamos de um corpo, uma entidade para nos ajudar a comunicar à -- à ICANN o que a comunidade decidiu. Então eu acho que é o propósito.

E eu não vejo qualquer -- Jordan, sua mão está levantada?

JORDAN CARTER: Eu gostaria de desenvolver sobre o ponto que o Sebastien trouxe sobre os rótulos.

Nós seguimos tediosa e intensamente em nossas discussões detalhadas e profundas tentando chegar a alguns rótulos para as coisas e, então, deixamos de perceber que aos grandes públicos esses rótulos podem transmitir ideias que nós não sabemos muito bem. Então eu gostaria apenas de manter seja lá como formos chamar isso como um título de trabalho para este momento e não assumir que é assim que iremos rotulá-lo no relatório final.

Sabemos que precisamos fazer um trabalho muito melhor na comunicação de qualquer que seja a nossa conclusão. Vamos incluir rótulos melhores como parte desse esforço.

THOMAS RICKERT: Certo. Assim, a fila está vazia, então eu tomo isso como um bom sinal de que podemos avançar com o pressuposto de que estamos à procura de algo único, a título provisório. Pode surgir um nome diferente conforme avançamos.

Próximo slide, por favor.

Então tendo afastado o *status quo*, bem como os primeiros relatórios, o modelo aprimorado de SO/AC, isso nos leva a essas três opções que devemos manter em comparação. Nos foi

solicitado que tivéssemos uma conversa com vocês olhando os prós e contras, as características destas opções, e nós atendemos a esse pedido.

Então nós basicamente olharemos para as três opções, conforme avançamos. Este é apenas o -- apenas um lembrete de que nós teremos três itens sobre o continuum, desde a confiança até a executoriedade.

Próximo slide, por favor.

Nós também dissemos que queríamos ter esta discussão baseada em requisitos com vocês. Então vamos olhar e confirmar quais dos modelos atendem aos requisitos do CWG e também quais cumprem com os requisitos da NTIA. Então vocês podem esperar que isso aconteça de qualquer maneira. Mas quando se trata de uma tomada de decisão, existem outros fatores que parecem ser importantes para este grupo, bem como para a comunidade. E nós queremos ter a certeza de que estamos olhando para os critérios corretos.

A executoriedade tem sido e é -- tem sido e é um grande problema. Por isso, precisamos olhar para a questão e os prós e contras da executoriedade direta versus a indireta.

Precisamos olhar para o atraso da execução no pior dos casos, porque se olharmos para a executoriedade, não é só uma

questão de ter executoriedade, mas também precisamos olhar para a velocidade com que conseguiremos os resultados desejados, a rapidez com que a comunidade realizará a sua vontade. E o custo, potencialmente. Como nós queremos estar cientes e responsáveis quanto ao orçamento, podemos querer levar em consideração o fator do custo ao olharmos para a executoriedade.

E aí há também o risco da captura. Havia o risco da ação derivativa contra a Diretoria como sendo um cenário de captura. O direito de dissolver uma organização como um risco. O equilíbrio entre as SOs e ACs, de modo que nenhum subconjunto ou nenhuma SO ou AC sozinha possa fazer coisas que desagradem o restante da comunidade. E o âmbito das questões em que a Diretoria possa ter o seu julgamento de negócios, exercer os seus deveres fiduciários com um discernimento que não possa ser contestado em um IRP ou nos tribunais. E aí nós temos a questão da transparência. O acesso a registros corporativos é um fator importante para, pelo menos alguns nesta sala, como uma característica para a sua decisão.

E a complexidade. A gente vem discutindo isso uma e outra vez, que precisamos de alguma coisa e que temos diversos comentários públicos sobre isso. Precisamos assegurar que o que estamos fazendo aqui pode ser compreendido. Que não estamos deixando o resto do mundo do lado de fora desta sala

ou deste centro de convenções, atrás da compreensão de como esta ICANN aprimorada, como esta ICANN pós-transição será e quais recursos de remediação ela oferecerá para a comunidade.

Então a complexidade pode residir na necessidade de se estabelecer pessoas jurídicas adicionais. Isso pode agir -- Pode residir no fato de que as pessoas naturais são obrigadas a tomarem medidas e agir em nome da pessoa jurídica. Facilidade de compreensão. Queremos que as pessoas entendam o que estamos fazendo. E a capacidade -- a capacidade de explicar que as mudanças que nós estamos aplicando são mínimas. Ouvimos muito sobre a ICANN sendo bem estabelecida como uma organização de múltiplas partes interessadas, e que poderíamos ter alguma resistência se dermos a impressão de que a ICANN como a conhecemos hoje não é realmente tão boa quanto todo mundo dizia, porque precisamos reformulá-la por completo. Então mudanças mínimas também foi um critério de exigência para a avaliação de acordo com alguns, se não muitos.

Nós olhamos para esses pontos novamente, mas gostaríamos apenas de compartilhar com vocês uma metodologia de avaliação para permitir uma tomada de decisão mais objetiva. E se vocês acham que estamos perdendo pontos importantes sobre o assunto, por favor nos avisem. Podemos adicioná-los.

Não precisamos adicionar agora, porque nós vamos voltar a esses pontos, mas se vocês acham que um ponto que é importante para a sua tomada de decisão não está refletido aqui, deixem-nos saber.

Próximo slide, por favor.

MATHIEU WEILL:

Vamos parar neste. Precisamos parar nos critérios. Eu acho que nós precisamos fazer um balanço disso com cuidado antes de avançarmos para a próxima etapa. Esta foi uma tentativa de recapitular e, por vezes, reformular a maioria das preocupações, requisitos e discussões que tivemos relacionadas com os modelos dentro do nosso grupo, na lista de discussão, bem como nas sessões de comentários públicos. Por isso, esta é nossa tentativa de boa-fé de fazer isso, e eu acho que nós precisamos realmente garantir que capturamos as preocupações de todos aqui, de uma maneira ou de outra, com relação à escolha de modelos. Durante a -- Nós ouvimos simplicidade. É claro que este é o aspecto complexo disso. Nós ouvimos as preocupações sobre os direitos derivados várias vezes no primeiro comentário público. Nós ouvimos as preocupações com a transparência e o acesso aos registros de cooperação em algumas ocasiões. Quero ter a certeza de que estamos todos em sincronia sobre isso, e que vocês conseguem

realmente ler esses slides feios que foram preparados pelos copresidentes, e especialmente por mim, e peço desculpas por isso. E nós temos sido esmagados por pessoas relevantes por mostrarmos slides que não tenham sido verificados para facilitar a leitura, e é um comentário justo.

Certo. Eu vejo mais. Isso é bom. Isso já é bastante complexo, mas eu acho que nós -- que isso mostra a quantidade de discussão que tivemos até agora, que já podemos extrair alguns dos pontos-chave que precisamos verificar.

O próximo ponto é olhar, realmente, para que tipo de material que nós temos. Neste ponto, duas discussões informais sobre isso, sobre a avaliação dos modelos. E como o Kavouss -- lamento muito que ele não esteja aqui, porque ele vem insistindo tanto sobre seguirmos com esse memorando realmente excelente que recebemos dos nossos advogados comparando uma série de aspectos destes três modelos -- Eu acho que havia mais de três sobre a mesa. Acho que eram quatro. Portanto, há um maravilhoso memorando de três páginas que vale apenas dar uma olhada para que estejamos todos cientes do tipo de informação que está lá e como ela pode ser útil para informar os nossos debates.

E, para isso, Jordan, o memorando de três páginas? Você se preparou para passar por ele conosco ou quer que eu faça isso?

JORDAN CARTER: Por que você não o faz e eu interrompo se achar que alguma coisa precisa ser adicionada. Eu o fiz por cinco horas na sexta-feira de manhã, lembra?

MATHIEU WEILL: Ótimo! Isto é o que eu chamo de esforço colaborativo.

[Risos]

Então eu estou certo de que ele está bastante legível.

JORDAN CARTER: Não existe uma versão dessa tabela com o mesmo conteúdo, mas com apenas as duas colunas que envolvem o membro único e o designador único?

MATHIEU WEILL: Há uma versão disso?

DESCONHECIDO: Sim.

JORDAN CARTER: Ela seria mais fácil de se ler. Quer que eu a envie para você por Skype?

MATHIEU WEILL:

Apenas enquanto a Alice faz suas maravilhas habituais de conseguir encontrar um documento específico em uma pilha de milhares de e-mails e históricos, vamos trazer alguns poucos comentários sobre o contexto. Isso foi elaborado para avaliar os vários modelos indo de encontro à capacidade de entregar os poderes, os sete poderes -- os sete requisitos da CWG que eram a base disso, bem como fornecer informações adicionais sobre como ele funcionaria na prática. É por isso que ele é relevante para a nossa discussão de hoje. Excelente. Aquele de duas colunas. Maravilha.

Acho que devemos começar pelo final. Vamos descer para o poder número 7, seguindo a sugestão anterior da Anne, e olhar para linha -- linha número 7, a projeção da reconsideração de uma decisão da diretoria relativa às avaliações das funções da IANA, incluindo a capacidade de desencadear uma separação do PTI. Também conhecida como a execução de separabilidade da IANA. Como a Anne estava dizendo, este foi, provavelmente, um dos aspectos mais complexos e um dos mais centrais para a transição da IANA. A transição da administração da IANA. Eu escorreguei aqui.

Então, o que esta tabela nos mostra é como isso irá funcionar na coluna da esquerda, no modelo de designador único. À direita,

no modelo de membro único. E assim por diante, o designador único -- Eu preciso ajustar meus óculos -- o designador único teria o direito de desencadear uma consulta da diretoria até um determinado número de vezes com o estatuto ou as seções, de modo que nós teríamos um processo. Obrigado. O designador único estaria posicionado para executar diretamente o direito de consulta e então a arbitragem provavelmente não estaria disponível ou não seria totalmente eficiente para uma decisão de separação, por causa do discernimento que acabaria ficando com a diretoria por causa da estreita relação com alguns dos aspectos essenciais para a corporação, por causa de como isso poderia afetar. Mas, mais uma vez, nós estamos no fim, no final, no final de um processo onde é mais provável que toda a diretoria esteja convencida de que isso é -- não é -- a diretoria não faz -- não está presumido neste documento que a diretoria diria que não. É apenas no caso em que isso acontecesse, porque é mais provável que a diretoria, ao ouvir a comunidade, decida acompanhá-la, como o Thomas nos lembrou mais cedo. E assim -- mas há -- há uma incerteza sobre se uma decisão do IRP seria exequível frente a diretoria nesse caso. Mas a comunidade teria a capacidade de reconvocar a diretoria e restabelecer uma nova diretoria com base em sua intenção.

E no modelo de único membro, vocês podem ver que o estatuto reservaria poderes para o único membro se sobrepor às

decisões da diretoria como esta, e isso iria -- passaria por cima dos deveres fiduciários da diretoria. E, como consequência, a execução seria direta, ao invés de passar pela reconvocação da diretoria. E há -- então há uma maneira mais direta para executar o poder neste caso específico. E é isso que a tabela busca dizer. E eu estou vendo alguns olhares confusos, bem como uma fila se formando. Então, eu gostaria de passar para o Alan, que tem uma questão.

ALAN GREENBERG:

Obrigado. A caixa considerável no lado inferior esquerdo diz que "a arbitragem fica provavelmente indisponível para uma decisão de separação". Eu gostaria de um esclarecimento dos advogados, quando você diz separação, você se refere à separação do PTI como uma filial da ICANN ou você quer dizer separação da função da IANA? Porque uma das maneiras que você pode começar a separação da função da IANA é mantendo a PTI lá como uma aparente subsidiária, mas simplesmente contratando outros para fazerem o trabalho. Era -- então aquilo era específico para o primeiro tipo de separação ou é aplicável a ambos?

MATHIEU WEILL:

Ed, você gostaria de --

ED McNICOLAS: Claro, eu vou esclarecer isso. Seria para uma coisa ou outra. Algo tão significativo quanto isso -- os poderes que estão sendo discutidos são os poderes mencionados no anexo -- Anexo L da CWG, certo? É um processo. E então, se a arbitragem estiver com pouca probabilidade de estar disponível para a própria decisão de separação, mas a diretoria puder ser obrigada a seguir o processo no Anexo L, sendo este um ponto importante: a diretoria pode ser obrigada por meio de arbitragem de acompanhar o processo. Então eu acho que nós não teremos problema algum em atingir a contingência do CWG no modelo de designador.

ALAN GREENBERG: O meu ponto é que você pode ter a separação cortando a relação com o PTI, e você também pode fazer isso com a simples emissão de uma Solicitação de Informações (RFI) ou Solicitação de Proposta (RFP) e emitir um contrato com alguma outra pessoa que não seja a PTI, mas deixando a PTI lá. Então, Claire, eu estava esperando por maior clareza. Obrigado.

MATHIEU WEILL: Então a resposta é ambos?

ED McNICOLAS: Ambos.

MATHIEU WEILL: Os dois casos. Certo. O que eu vou tentar fazer com os advogados ao longo de toda essa sessão é pedir por respostas “sim” e “não” muito claras, confirmando que nosso -- nossos próprios requerimentos ou avaliações são precisos, mas sem entrar em discussões judiciais extensas, porque eu acho que isso seria perigoso. James.

JAMES GANNON: Obrigado. James Gannon. Então, eu vim da CCWG para a CWG (perda temporária de áudio).

E olhando para essas duas opções aqui acima, à direita, eu tenho uma confirmação, tenho um sim, nós temos um número de execução direta. À esquerda nós não sabemos basicamente a resposta. Porque aquela aplicação indireta, que é uma forma de execução, não é uma garantia para nós. O que coloca algumas preocupações para alguém na minha posição. Eu não sou -- eu não sou um membro da CCWG, eu não tenho poder de voto ou qualquer outra coisa aqui, mas eu quero expressar o por que temos essa preocupação, e eu não acho que eu estou sozinho nisso. Eu acho que muitos de nós gostam de outros pontos sobre o modelo de membro, mas o centro do que alguns

de nós sentimos a pressão para o lado do modelo de membro é para ter esse requisito que veio do CWG. Não apenas necessariamente no texto direto, mas no sentimento e nas características específicas da razão para seguirmos por esse caminho. E para mim, pessoalmente, o modelo de designador da forma que está. Eu, pessoalmente, não sinto que ele cumpre com o espírito do requisito da CWG. Se pudermos ter algo acima e além apenas do direito de reconvocar a diretoria, se tivéssemos algum outro mecanismo adicional que os nossos advogados ou que, sabe, a comunidade pudesse trazer, a fim de nos dar uma camada adicional de segurança em torno da capacidade de separar essa coisa fundamental que é essencialmente a razão de toda transição --

MATHIEU WEILL: James, você deve concordar comigo que a sua preocupação é que a diretoria não seguiria uma discussão pela separação. Este é o cerne da sua preocupação.

JAMES GANNON: Ah, sim.

MATHIEU WEILL: E ouvimos dizer que de fato o modelo de membro tem execução direta e o de designador tem alguma forma de execução indireta

que pode ser melhorada, como foi dito antes, por um processo bem claro do estatuto que iria corrigir -- adicionar isso ao designador básico. E a pergunta que vamos ter que nos fazer em algum momento é se isso é suficiente ou não para resolver a -- nossa preocupação implícita, que é a da diretoria não seguir os resultados da comunidade por uma razão ruim. Se for por uma boa razão, estamos todos de acordo.

JAMES GANNON: Respondendo resumidamente. Eu acho que --

MATHIEU WEILL: Vejo que o Jonathan Robinson está -- está bem atrás de você na minha linha de visão, levantando a mão, provavelmente -- seria para oferecer alguma perspectiva da CWG? Então, acho que isso seria bastante apropriado neste momento.

JONATHAN ROBINSON: Sou Jonathan Robinson, para fins de registro. Eu respeito a opinião do James. É -- eu entendo a origem disso. Mas eu acho que para nós o teste é, o que a CWG recomendou. Não é o que cada um de nós individualmente ou em grupos distintos sentia dentro da CWG. E eu não acho que a CWG fez uma chamada por um mecanismo de execução específico. E para que -- eu acho que isso é -- que, para mim, há uma separação fundamental

entre esses dois pontos. Como eu disse, eu respeito aqueles que gostariam de um mecanismo de execução forte, ou o mais forte possível, mas se pensarmos nisso com a perspectiva da CWG, nós simplesmente pedimos por exequibilidade e nós na verdade não especificamos a vocês, nós esperávamos que vocês determinassem essa exequibilidade. Portanto, não estávamos muito por dentro dos detalhes sobre esses mecanismos. Então eu espero que isso seja uma ajuda de suplemento.

MATHIEU WEILL: Então este é o seu ponto de vista, Jonathan, que o nível de exequibilidade de ambos os lados aqui, nenhum dos lados está em contradição com as condições da CWG neste momento.

JONATHAN ROBINSON: Eu acho que é uma forma justa de representar isso. Sim.

MATHIEU WEILL: Obrigado. Isso é algo que eu acho muito útil de se ter em nossas deliberações neste momento. O próximo é Chris Disspain. Chris.

CHRIS DISSPAIN: De fato é. Obrigado. Chris Disspain falando. Então eu queria levantar alguns pontos. Eu não consigo deixar de olhar pra isso

como advogado. Estou um pouco perplexo com o texto até aqui. Então, se você olhar para a coluna ao lado esquerdo, ela diz "arbitragem provavelmente indisponível." Então ela não diz que está indisponível. Diz provavelmente indisponível. Então, eu não entendo o que isso significa. E pelo lado direito, ela diz que "o membro único teria maior liberdade, embora a questão não esteja certa." O que soa para mim como se nós realmente não soubéssemos a resposta para essa pergunta também. Então eu estou realmente um pouco perplexo com a forma que - - em outras palavras, eu iria preferir muito mais ouvir a gente dizendo que isso é algo incerto em ambos os casos, ou não é certo ou é certo. Mas tendo dito isso, a minha compreensão --

MATHIEU WEILL:

Eu posso apenas fazer um balanço disso? Nós podemos interpretar isso como não havendo certeza, que é o que o Chris preferiria ouvir? Apenas para garantir que temos isso claro, obviamente o texto pode sempre ser confirmado, mas estaria ele refletindo que existe um nível de incerteza e, certamente, nós não queremos incerteza. O trocadilho foi intencional. E isso está -- isso está correto?

JORDAN CARTER:

Há algum nível de incerteza em ambas as colunas. No entanto, não se deve exagerar com o fato de que nós não poderíamos

definir isso -- dar uma opinião para usar o termo dos advogados, você não poderia dar uma opinião de que isso iria acontecer com certeza, mas há uma probabilidade de que seria exequível. E o membro único -- e como dissemos o processo para o designador.

MATHIEU WEILL: Então eu acho que é justo dizer que vamos ter de viver com algum nível de incerteza dessa forma.

CHRIS DISSPAIN: Bom. Obrigado. Agora, apenas para sermos bastante claros, a minha compreensão é que a separação estará no estatuto. E que a arbitragem é usada se violarmos nossos estatutos. E o meu entendimento é que violar o nosso estatuto é uma violação do nosso dever fiduciário. Então eu estou um pouco na dúvida da razão para estamos tendo problemas aqui, porque se a separação está no estatuto e se violarmos esse estatuto, então estaremos violando o nosso dever. Então, como podemos afirmar que não temos que seguir o nosso estatuto, porque é disso que trata a questão, certo? Isto é sobre descobrir que -- ah, eu perdi alguma coisa?

MATHIEU WEILL: Holly, o meu entendimento pessoal é que sempre há espaço para a interpretação. Pode haver pontos de vista conflitantes sobre a interpretação estatutária, e isso é fonte da interpretação.

CHRIS DISSPAIN: Portanto, a chave está na palavra "sempre".

HOLLY GREGORY: Por uma questão de clareza, o estatuto, na medida em que ele oferece um processo, você pode definitivamente optar pela execução sob o modelo de designador único, assim como com o modelo de membro único. A diferença é se você pode ou não obrigar legalmente a diretoria a seguir uma decisão que a comunidade estava tentando ditar. Então, se você olhar para o anexo L da proposta da CWG, ele define um processo. Aquele processo pode ser executado através do estatuto social sob qualquer um destes modelos diretamente.

MATHIEU WEILL: Veja, a distinção que você está fazendo, Holly, está entre um caso em que um processo é definido dizendo que se a decisão for verde, você tem -- a diretoria deve fazer aquilo. Versus uma disposição que diria que há um relatório com uma

recomendação e aí a diretoria o considera. É isso que você está dizendo?

CHRIS DISSPAIN: Não. Não, mas isso não é verdade. Porque se o estatuto tem tópicos a este processo --

MATHIEU WEILL: Sim, mas estamos de acordo. Se o estatuto tem tópicos para este processo --

CHRIS DISSPAIN: Faremos X, então nós faremos X.

MATHIEU WEILL: Você fará aquilo. Mas aí a Holly está dizendo que isso é -- isso é -
- é executar em ambos os casos.

CHRIS DISSPAIN: Sim.

MATHIEU WEILL: Mas se não for algo específico em termos de processo, então poderia surgir este conflito.

CHRIS DISSPAIN: Mas por que estamos falando sobre isso? --

MATHIEU WEILL: O que a Holly está dizendo é que, no relatório do CWG, Anexo L -- e eu acho que talvez seja isso o que o Jordan queria elucidar um pouco, então eu vou passar a palavra pra ele em um minuto -- há um processo. Que pode ser colocado no estatuto.

DESCONHECIDO: O Parágrafo nº 391 do Anexo L é o único onde se diz, "não há um resultado prescrito." Isso poderia ser -- ao processo. Esta é a chave.

MATHIEU WEILL: Jordan, você queria -- era isso que você queria elucidar?

JORDAN CARTER: Sim, eu quero, porque estou olhando ao final do anexo L no relatório do CWG e ele tem as dependências de responsabilidade do CCWG listadas. E ele diz querer um estatuto fundamental da ICANN para definir essa revisão. Isso é fácil e poderia existir em ambos os modelos. Ele diz querer descrever o processo para aquilo e suas funções e estabelecer limites de votação e aprovação e blá, blá, blá. Você também pode fazer isso. Ele diz querer a aprovação de um mecanismo

comunitário derivado do processo de responsabilidade da CWG para aprovar a seleção final da SCWG. Agora vocês podem colocar aquilo no estatuto, e podem presumir que a diretoria da ICANN irá segui-lo. Mas se a diretoria da ICANN optar por não seguir a decisão que foi tomada sob o modelo de designador, vocês não poderiam ter uma posição contra isso. Você não pode defender aquilo. Mas sob o modelo de membro, se o direito de tomar essa decisão for concedido a um membro, aquilo seria exequível. Então isso é -- esta é uma distinção baseada no texto no relatório do CWG, que é um requisito.

E seguindo mais abaixo, ele diz que, "conforme o processo de separação acima, a seleção da entidade que iria realizar as funções de nomeação da IANA também iria exigir aprovação da comunidade através das funções estabelecidas." Assim, em qualquer um dos casos, a aprovação da comunidade pode ser colocada no estatuto e pode ser executada, e nós podemos presumir que a diretoria concordaria com isso. Mas a diferença entre os dois modelos é que se a diretoria não fizer -- não seguir aquela co-decisão, o direito de decisão será dado ao membro, não ao designador. Portanto, esta é uma distinção, mas eu voltarei para o que eu disse outro dia, que acho que esta é uma distinção que está dançando sobre a cabeça de um alfinete.

CHRIS DISSPAIN: Sim, eu concordo com você. E não é verdade dizer que, na verdade, com um modelo de designador, isso na prática força uma etapa extra, porque você terá que ir -- ir para -- você seria forçado por uma arbitragem, certo? Porque no final das contas, não importa do que se trata a arbitragem. A arbitragem é legalmente vinculante.

JORDAN CARTER: Não. Como nossos advogados aconselharam logo ali, a arbitragem estará provavelmente indisponível para --

CHRIS DISSPAIN: Ele não diz que está indisponível. Diz que está --

ARUN SUKUMAR: Há uma fila se formando. Espero que vocês possam -- Quem fala é Arun. Há uma fila se formando. Por favor, sigam a fila.

MATHIEU WEILL: Eu estou ciente disso. Estou ciente disso e nós precisamos ter a certeza de que não estamos entrando em -- assuntos paralelos. Há outras discussões. Este é um dos pontos-chave, é um dos principais pontos, mas eu acho que o que eu entendi dessa discussão é que, naturalmente, há ainda uma forma mais direta para a execução dos poderes neste caso em particular sobre os

trilhos do membro, mas a diferença é algo que precisa ser avaliado, e certamente isso tem as habilidades para ser seriamente, seriamente restringido, e não estamos em uma violação, ou, pelo menos, como é evidente, em violação a este ponto com os requisitos da CWG em qualquer dos caminhos. Acho que este é o meu ponto-chave neste momento.

A próxima é a Anne.

ANNE AIKMAN-SCALESE: Sim, obrigada. Anne Aikman-Scalese.

Na tentativa de entender a execução no contexto do modelo de designador único com relação a esta questão, uma pergunta surgiu no início do bate-papo e gostaria de desenvolvê-la um pouco e perguntar sobre ela. Pelo que eu entendo, quando estamos falando sobre este exemplo, o exemplo hipotético da separação do PTI, seria a própria decisão de separar o PTI, quer no -- em um dos caminhos ou nos dois que o Alan mencionou antes.

Então a diferença entre os dois modelos é que se a Diretoria entender que, por exemplo, uma PTI não deveria ser separada e a comunidade pensa que ela deveria, o que estamos dizendo é que, na execução direta sob o modelo do membro único, quando chegarmos ao final da “*stairmaster*”, e eu adoro o termo

do James para isso, a “*stairmaster* da ICANN”, nós teremos passado por toda uma série de comunicações, mas ainda assim, haveria uma discordância honesta entre a comunidade e a Diretoria.

Assim, no modelo de membro único, a comunidade executa diretamente, porque a diretoria não é responsável pelo exercício de um dever fiduciário sob a corporação de membros.

No modelo de designador único a diretoria segue o tempo todo com o dever fiduciário no exercício de todas essas decisões. E assim o poder supremo da comunidade e do designador único é a remoção dos diretores se, por exemplo, a diretoria se recusar a seguir uma decisão do IRP dizendo que não irá segui-la porque não podemos fazer isso no exercício de nossas responsabilidades fiduciárias.

E a pergunta prática que surgiu no bate-papo é que, supondo que utilizaremos o modelo de denominador e nós dizemos, e daí? A comunidade discorda fortemente, sente fortemente que o PTI deveria ser separado, tem um forte consenso sobre isso de acordo com os diversos limites, então iremos remover esses diretores. E aí a dúvida passa a ser, então quando você estiver indo para o processo de nomear novos diretores, como a comunidade conseguirá o resultado que está procurando? Você pré-qualifica os diretores que dirão que vão separar o PTI? Esta

é uma forma justa para se qualificar diretores? Que tipo de processo de entrevista pelo NomCom estará envolvido neste caso? Qual é o efeito prático do poder de remover a diretoria como um mecanismo de execução no que diz respeito a este problema?

MATHIEU WEILL:

Obrigado, Anne. Eu acho que você está levantando alguns pontos muito interessantes. Um deles é que os diretores devem exercer seus deveres fiduciários, e acho que todos nós concordamos que queremos membros da diretoria que realmente se preocupem, sejam leais e ofereçam o seu julgamento de negócios em sua função no âmbito da ICANN. Por isso eu penso que o dever fiduciário é realmente algo bom.

O que é -- o que não seria algo bom, e que foi expresso pelo James e outras pessoas, seria ter os deveres fiduciários sendo utilizados na verdade como uma desculpa para não se fazer algo, mas não são os deveres fiduciários, em si, que são o problema. Mas sim usá-los -- usá-los como uma desculpa.

E aí você está levantando a questão sobre a eficiência da destituição/reconvocação da Diretoria e, basicamente, quanto tempo levaria para a Diretoria interina -- para a Diretoria receber os poderes para fazer isto, para fazer essa separação.

ANNE AIKMAN-SCALESE: Não. Na verdade, a maior questão também é saber se vocês conseguiriam diretores que irão concretizar a separação ou se não têm, na verdade, o direito de fazer isso. Em outras palavras, a comunidade conseguiria o resultado que ela deseja ou ela não seria, na verdade, elegível a fazer isso? Em outros termos, a comunidade nomeia todos os novos diretores porque ela tem o direito de retirá-los. Eles votarão, então, pela separação do PTI?

MATHIEU WEILL: Acho que ao menos se a comunidade -- digo, o ponto básico no quadro é que a comunidade nomeia os membros da diretoria, a comunidade seleciona o NomCom, que por sua vez oferece os diretores apontados pelo NomCom.

Se a comunidade seleciona membros da diretoria que estão em desacordo com a este ponto, é algo muito, muito significativo, porque nós estamos -- digo, neste ponto, nós estamos ao menos com um ano ou um ano e meio de um processo dizendo: nós queremos a separação. Assim, se a comunidade nomeia membros da diretoria, ou não é capaz de trazer membros da diretoria que estejam dispostos a fazer isso, então eu acho que temos algo mais profundo que não está funcionando.

Agora, será que os membros da diretoria interina tomariam aquela decisão eles mesmos ou isso seria adiado até que a diretoria fosse reestabelecida? Eu não sei. Mas eu não acho que esse atraso de -- esse atraso extra de dois, três meses seja realmente significativo em relação ao processo como um todo.

ANNE AIKMAN-SCALESE: Sim, eu não estou falando do atraso.

MATHIEU WEILL: Muito bem.

ANNE AIKMAN-SCALESE: Estou falando da habilidade de concretizar a separação. Você poderia dizer ao novo diretor que você está para nomear: "nós só vamos nomeá-lo se você concordar em concretizar a separação"? E eu concordo, é muito pouco provável que isso venha a ser utilizado, mas estou tentando --

MATHIEU WEILL: Não, não é assim. Seria perguntar se você concorda em seguir uma recomendação da comunidade que está em conformidade com o estatuto e que a antiga diretoria não queria aplicar. Porque você está em um ponto em que a diretoria não seguiu

uma disposição que está no estatuto e no processo, e coisa do tipo. E então isso é --

ANNE AIKMAN-SCALESE: Então você pode selecionar um diretor baseado em algo.

MATHIEU WEILL: Não vejo como poderia ser de outra forma, mas...
Que seja.

ANNE AIKMAN-SCALESE: Fico satisfeita em saber que você sabe a resposta. Eu não acho que eu sei.

MATHIEU WEILL: Tenho dificuldades para imaginar que depois de tudo o que já passamos, e já é uma hipótese remota da Diretoria não seguir o processo que tiver sido decidido, que não poderíamos substituí-los e sermos eficazes.

De qualquer forma, é algo tão remoto.

Eu não quero gastar muito tempo nisso, e vou passar para o próximo da fila.

Kavouss.

KAVOUSS ARASTEH: Desculpe-me, talvez eu tenha sentido a falta de vocês. Eu tenho certeza que vocês não sentiram a minha falta nestes 45 minutos.

MATHIEU WEILL: Para fins de registro -- para fins de registro, Kavouss, nós sentimos a sua falta.

KAVOUSS ARASTEH: Mathieu, nós estamos lidando com a questão mais crucial, que está diretamente relacionada com a transição. Como intermediador do ICG, eu teria dificuldades na quinta-feira para informar o ICG que a questão sob o número 7 será devidamente abrangida. Para mim ela não está abrangida porque, em primeiro lugar, obrigado à Holly e à Rosemary pelo excelente documento elaborado. Ele menciona a arbitragem provavelmente indisponível. Então a única coisa que nós temos, a reconvocação dos membros da diretoria.

Aí você anexa algo a uma outra coisa que também não está atualmente clara ou remove toda a Diretoria, quanto tempo isso leva, como pode ser feito, então isso é muito importante.

No meu ponto de vista, esta disposição não é suficiente para a transição.

Nós precisamos colocar o procedimento ou elemento suplementar necessário para complementar o que está faltando aqui. Se você olhar para o modelo do membro único, você tem todas as possibilidades. Você tem isso. Mas aqui você não tem.

Compare os dois adequadamente. Algo está faltando. Se você não preencher esta lacuna, teremos dificuldades com a transição.

Nós recebemos muitos comentários de que este PTI não é um bom processo. Nós dissemos a eles para não se preocuparem; que nós temos o processo de separação. Mas agora o processo de separação está sob questionamentos. Então tudo está sob um viés.

Portanto, por favor coloque a atenção necessária nisso, e eu não concordo -- desculpe-me, desculpem-me, peço desculpas ao Chris, eu não concordo que nós dissemos que vamos fazer isso. Você não estará lá quando isso for acontecer. Isso não é algo entre nós e vocês. Isso deve estar legalmente no documento.

MATHIEU WEILL:

Então é isso que nós -- não sei se você estava aqui quando o Jonathan Robinson nos deu o seu -- a sua avaliação sobre este ponto de que ambos os modelos estavam -- nenhum dos modelos estava, obviamente, em não-conformidade com as

condições da CWG sobre isso. Por isso, é visto que os dois podem funcionar neste ponto. E cumprir com a expectativa que foi -- a condição que foi definida pela CWG. E eu estou olhando para ele para ver se ele está concordando com a cabeça ou não.

Então eu acho que isso é algo que, de fato, precisa ser visto com muita, muita atenção e eu acho que é bom que estejamos passando algum tempo com isso, porque precisamos estar com tudo muito claro. Mas isso é -- não seria adequado, neste momento, dizer que um deles foi excluído daquela base, porque não é esse o feedback que estamos recebendo da CWG neste ponto.

E a próxima é a Samantha. Sam.

SAMANTHA EISNER:

Obrigada. Samantha Eisner da ICANN.

Eu havia levantado a minha mão há algum tempo, então isso pode não estar diretamente em linha com o que estamos falando, mas ainda tem a ver com este gráfico.

Acho que é importante que se perceba, porque sei que uma das coisas que estamos discutindo sobre esta situação é o timing do processo e como as coisas se seguirão. E é muito importante lembrar, até onde eu sei, que o segundo esboço de proposta do CCWG incluiu, mesmo dentro do modelo de membro, como uma

das limitações do poder do membro que você deveria ir primeiro ao IRP antes de ir a um tribunal.

E assim, sabe, conforme olhamos para isso como a fonte da arbitragem vinculante, de certa forma estamos muito parecidos aqui em termos do que você tem com relação ao timing, porque você busca a arbitragem primeiro e, em seguida, você busca um tribunal para fazer valer. E quanto mais você busca por um modelo de designador, mais você tem uma pessoa ou pessoas jurídicas, uma associação não-incorporada ou qualquer coisa que você procure que seja capaz de ir ao tribunal para executar seu direito.

Parece que uma grande parte do que estamos falando aqui é a capacidade de executar um direito. É claro que este é um ponto em que estamos tendo algumas divergências sobre a possibilidade de executar e o alcance desta execução.

Hoje, mais cedo, na sequência da discussão no grupo pequeno em que eu estava sobre o modelo de execução, nós conversamos um pouco com nosso consultor Jones Day e compartilhamos um memorando que eles haviam completado esta manhã e o enviamos para Sidley e Adler. Há uma divergência fundamental com -- entre o âmbito daquela execução, e vocês verão isso naquele memorando, e eu encorajo todos a lê-lo, e eu sei que Sidley e Adler não tiveram a

oportunidade de responder a isso, então não estou afirmando que esta é a palavra final sobre qualquer coisa, mas vocês podem levar a questão sobre se a ação da Diretoria em qualquer destes eventos foi ou não um exercício adequado do seu dever fiduciário. Isso pode ser arbitrado, e vocês podem encerrar com uma decisão vinculante da arbitragem sobre isso. E este é um ponto muito importante para se compreender.

Se você não é capaz de arbitrar se a Diretoria exerceu ou não adequadamente o seu dever fiduciário, você jamais poderia levar uma decisão de qualquer Diretoria que está obrigada a operar sob o dever fiduciário à arbitragem. Esta é realmente a lógica da declaração.

E então eu peço a vocês para manterem isso em mente, conforme vocês estão lendo estes documentos.

MATHIEU WEILL:

Obrigado Sam.

Entre os pontos que você trouxe, um também é muito importante -- alguns são importantes. Um deles é que os aspectos de tempo são muito similares em ambos, no pior dos casos. Esse foi um dos critérios mencionados anteriormente. Não há -- todos nós nos beneficiamos de cada lado em termos de tempo de execução.

Em seguida, a outra parte da arbitragem, eu penso que para nós, como um grupo de não-advogados, a minha avaliação pessoal é que posso ver que há discussão entre advogados. Eu rotulei isso como insegurança jurídica e um certo nível de risco se avançarmos nesse sentido, o que não significa que alguém está certo ou errado neste ponto, mas se vocês entram nessas discussões, então isso significa que advogados podem entrar nelas também em 10 ou 15 anos, e este pode não ser o ponto em queremos estar em 10 ou 15 anos. Por isso eu acho que esta -- que esta é a minha retirada desta troca de impressões sobre esta questão em particular, que eu estou absolutamente não qualificado para participar.

Eu vou fechar a fila após o James, e o Milton é o próximo.

MILTON MUELLER:

Eu irei. Sim, eu tenho um comentário e uma pergunta aos advogados.

O meu comentário. Mathieu, acho que você pode ter, involuntariamente, desviado um pouco a nossa discussão sobre o assunto aqui, porque, na verdade, você recorreu ao Jonathan e disse, "Jonathan, você é o presidente da CWG. O plano da CWG nos torna -- nos ajudar a decidir entre estes dois modelos?". E a resposta é que, obviamente, a CWG não tem ideia de qual modelo.

A CWG projetou um sistema que foi planejado para permitir a separabilidade da IANA. Eu estava no comitê. Você poderia ter me feito essa pergunta. O ponto que estamos debatendo agora é: como vamos executar essa separabilidade? Qual é a melhor forma de executá-la? E nós não -- sabe, a CWG não se encontra em posição de responder a essa pergunta. O Jonathan não está em qualquer posição especial para responder a essa pergunta. Temos de decidir sobre os méritos aqui, neste CCWG.

MATHIEU WEILL: Eu concordo. O que eu disse é que as condições da CWG não restringem essa discussão no nosso grupo.

MILTON MUELLER: Exatamente. Ninguém está dizendo --

MATHIEU WEILL: Isso é a nossa chamada de julgamento --

MILTON MUELLER: Mathieu, é o meu direito de falar agora, ok? Você já teve bastante tempo para falar, e eu gostaria apenas de pontuar que nós precisamos debater esta questão com base nos méritos.

É claro que é verdade que o plano da CWG não exige que a gente siga o modelo de designador ou de membro, mas o plano da

CWG certamente requer uma separação exequível. E o que estamos tentando fazer aqui é ter uma discussão sobre se podemos ter uma separação exequível com qualquer um desses dois modelos. Por isso eu estou pedindo a você, em primeiro lugar, para por favor não restringir o debate apelando para o presidente da CWG como se ele estivesse em posição de decidir sobre isso, e eu tenho certeza que Jonathan concorda que ele não está. Certo. Então este é o meu comentário. E me desculpe se você se sentiu na defensiva por isso, mas acho mesmo que estamos entrando em um --

MATHIEU WEILL: Isso deve ter sido involuntário.

MILTON MUELLER: Sim, acho que foi involuntário.

Portanto, a pergunta é para os advogados. É possível para nós criarmos uma estrutura de associação de membros que se aplique apenas, ou que venha a existir apenas para a separação da IANA e nada mais?

MATHIEU WEILL: Uau! Há uma resposta “sim ou não” para isso?

HOLLY GREGORY: Nós precisaríamos estudar isso. Tenho algumas dúvidas, mas eu não gostaria de dar uma resposta definitiva sem estudar. Nós ainda teríamos problemas em torno dos poderes estatutários, etc, como já dissemos no passado.

MATHIEU WEILL: O próximo é o Bruce.

BRUCE TONKIN: Certo. Parece que estamos realmente perdidos na selva aqui.

Eu acabei de ler o CCWG - ou o relatório do CWG, e ele basicamente diz que -- esta é a recomendação daquele relatório, que parece ter amplo apoio da comunidade. E eu estava em uma sessão hoje de manhã, não houve uma única questão levantada, então eu estou tomando isso como um grau de apoio da comunidade. Ele basicamente diz que haverá um Grupo de Trabalho Cruzado da Comunidade para decidir se a separação será feita ou não, e, em seguida, que aquele Grupo de Trabalho Cruzado pode preparar uma Solicitação de Proposta (RFP) para a escolha do novo operador. E então ele diz que a decisão final para selecionar esse novo operador é a combinação de uma decisão da Diretoria da ICANN e um mecanismo comunitário desenvolvido por este grupo.

Então, digamos que o mecanismo da comunidade é esta única entidade jurídica que estamos construindo. Portanto, é uma decisão conjunta. É uma decisão pelo Conselho e por aquela nova entidade. Isso é o que eles pediram, e eu não consigo ver nenhuma diferença entre esses dois modelos quanto ao funcionamento.

Então em ambos os casos, se o Conselho não seguiu o Estatuto com relação a esse processo que eles pediram, em ambos os casos você pode arbitrar quanto a isso. E a decisão do árbitro será no sentido se nós seguimos ou não o nosso estatuto. Essa decisão é vinculante. Tanto um membro quanto um designador pode executá-la em um tribunal. Este é o processo.

Agora, se você não gostar da decisão da Diretoria, que é o que o CWG solicitou na verdade, então livre-se da Diretoria. E em ambos os casos, o membro único e o designador único têm os poderes para destituir e reconvocar a Diretoria.

Então, nós estamos debatendo, na verdade, algo que não tem diferença entre esses dois modelos.

MATHIEU WEILL:

Obrigado, Bruce. E eu gostaria apenas de salientar que não há só a discussão da separação. Seria interessante se vocês desenvolvessem também as suas percepções sobre as outras

diferenças entre os dois modelos, para que possamos obter uma imagem mais completa e não apenas neste único ponto, que é, de fato, muito importante.

Jonathan é o próximo.

Jonathan Robinson.

Você está pronto.

DESCONHECIDO: (fora do microfone)

MATHIEU WEILL: Você quer -- Me desculpe. Você tem uma pergunta que estava na fila?

JORDAN CARTER: Eu estava com a mão levantada e você me pulou. Muito triste. Mas isso segue a partir da pergunta do Bruce, e é uma questão para os advogados, se há uma diferença entre os modelos, eu acho, e se é apenas sobre esse ponto decisivo.

Assim como disse o Bruce, o CWG pediu por um processo de co-decisão sobre a separação ou o endosso da comunidade quanto ao processo. Portanto, a questão -- eu tenho certeza de que podemos colocar isso no estatuto, e se a Diretoria -- sabe, se a

Diretoria é capaz de compartilhar essa decisão com alguma outra entidade e se a decisão que for tomada poderia ser executada. Então, novamente, eu acho que estamos na cabeça de um alfinete, mas ainda há diferença entre os modelos?

HOLLY GREGORY:

Quanto ao que estamos falando sobre um processo, podemos executar o processo nos dois modelos. Quanto ao que falamos de alguma habilidade para tentar se sobrepor a uma decisão da Diretoria, aí nós não podemos. Mas eu não -- eu acho que o que você está falando é realmente um processo. Eu não acho que estamos na -- na primeira coluna quanto a isso.

JORDAN CARTER:

Então, isso define um processo que requer uma co-decisão, aquele processo pode ser executado em qualquer modelo.

HOLLY GREGORY:

É na parte da co-decisão que estamos tendo dificuldades para saber se isso é um processo ou uma substância.

Então eu sinto muito, eu sei que parece que estamos divagando, mas estes são bons pontos que anda não foram decididos e estamos cientes disso.

MATHIEU WEILL: Então, se fossemos recomendar que fosse feito um processo, a distância entre os dois modelos seria extremamente estreita. É isso que você está dizendo, se eu reformular; certo?

HOLLY GREGORY: E eu leio o anexo L, que é a disposição da CWG, para ser em grande parte um processo.

MATHIEU WEILL: Obrigado. Então, eu espero não estar perdido na fila, mas eu tenho o Greg. Aguardando.

GREG SHATAN: Obrigado. Greg Shatan, para fins de registro. Eu me mudei para a mesa dos adultos.

DESCONHECIDO: Eu estou no lugar errado.

[Risos]

MATHIEU WEILL: Você pode nos mostrar sua identidade?

GREG SHATAN:

Ainda não me pediram o documento. Aconteceu um monte de coisa desde que eu levantei a minha mão, assim como as coisas pelas quais eu levantei a minha mão para falar, mas sendo muito breve -- ah -- em resposta ao que o Chris estava dizendo sobre a questão da incerteza -- e eu vou falar sobre isso como advogado -- advogados tendem a qualificar as coisas, especialmente quando eles não fizeram uma pesquisa realmente maciça sobre o assunto. Quando eu escrevo um memorando legal, eu normalmente o faço de forma muito assertiva no primeiro esboço, e aí eu começo a inserir as qualificadoras na segunda versão, porque você nem sempre pode ter tanta certeza. Então você usa tendências ao invés de termos absolutos quando redige algo assim. Isso não significa que você não tenha ideia do que está acontecendo. Significa apenas que você está se protegendo um pouco. Eu sei que isso é enlouquecedor, especialmente quando você acaba -- quando você paga centenas de dólares por aquele memorando, mas, sinceramente, trata-se de manter um pouco de incerteza no processo porque a própria lei tem um pouco de incerteza inerente a ela. Esta é a finalidade. Portanto, se alguém estiver dizendo que algo é muito provável, isso significa que é -- sabe, que você pode praticamente apostar naquilo, e algo muito improvável é a mesma coisa ao contrário. Então você simplesmente não vai conseguir tudo assim, “preto no branco”.

O outro ponto -- falando novamente como advogado -- e eu estive pensando muito sobre isso nos últimos dias, que é mais ou menos para o que nós fomos apontados, não dormir muito, nos termos deste grupo como um cliente de governança corporativa, eu acho que somos um cliente difícil. Muito gratificante em todos os níveis, como acabamos de ver, mas difícil.

DESCONHECIDO: (fora do microfone)

GREG SHATAN: Vocês podem nos imaginar como um cliente de litígios?

[Risos]

Isso será interessante. Eu acho -- e vamos -- eu sou um litigante aposentado -- ou um litigante em recuperação. Eu odeio litígio. E eu odiava isso quando eu fazia, e odeio quando não faço. Então nós vamos odiar o litígio. Isso não significa que não devemos litigar, nós não devemos ter medo do litígio. Mas litigantes de verdade, sabe, protocolam um monte de queixas antes mesmo do café da manhã, sem nem pensar nisso. Então a área contenciosa é desagradável, brutal e não é curta. Então isso é -- havendo uma alternativa para despejar a diretoria, isso precisa ser considerado. Francamente, eu acho que esta

comunidade optaria provavelmente, entre despejar a diretoria e entrar em um longo litígio, despejar a diretoria. E eu acho que, sinceramente, se chegarmos ao ponto em que a diretoria estiver tão intransigente e tão fora de sintonia com a comunidade, a ideia de passar três anos litigando com aquela diretoria enquanto eles permanecem no poder, ou levar três meses para mandá-los para fora dali e colocar uma diretoria que esteja em sintonia com a comunidade, a segunda opção é algo muito mais provável. Obrigado.

[Aplausos]

MATHIEU WEILL: Obrigado, Greg. Eu vejo seu ponto como ser improvável irmos a um litígio, este seria o meu resumo.

GREG SHATAN: Bastante improvável.

[Risos]

MATHIEU WEILL: Obrigado. Eu gosto de concisão. Robin.

ROBIN GROSS:

Obrigada. Eu sou Robin Gross, para fins de registro. Eu tenho apenas um ponto e algumas perguntas que eu gostaria de fazer. A primeira coisa que eu queria pontuar no slide que vimos anteriormente, no -- sob os requisitos que estavam faltando, os próprios requisitos da CCWG, e estávamos dando falta dos testes de resistência, e eles são coisas bastante importantes que deveríamos ter nesse slide. E aí eu também tenho algumas perguntas sobre esta questão do dever fiduciário, porque como vocês sabem, isso é algo que tem me preocupado um pouco, na tentativa de descobrir uma maneira de restringi-lo. Há uma preocupação de que o dever fiduciário e a definição -- ou o interesse público global equivalha basicamente a uma carta branca para a diretoria derrubar a comunidade no modelo do designador.

Por isso, tivemos algumas discussões no sábado sobre tentar -- sobre como restringir isso, e é possível colocar algo no estatuto no sentido de que o dever fiduciário exija o seguimento do modelo de múltiplas partes interessadas de baixo para cima? Existe uma forma para que possamos restringir isso, de maneira que este buraco que preocupa muitos de nós -- preocupados que um caminhão passe por ele -- possa realmente ser limitado de alguma forma.

Então este é o meu ponto. E a minha segunda pergunta sobre isso era, parece que nós poderíamos estar em uma situação em

que temos um conflito entre dois deveres fiduciários. O dever fiduciário de exercer o seu próprio julgamento independente sobre um problema específico versus o seu dever fiduciário de seguir o estatuto. E então, se estes dois deveres fiduciários estão, provavelmente, em conflito, como isso poderia ser resolvido? Obrigada.

MATHIEU WEILL:

Obrigado, Robin. No seu primeiro ponto sobre os requisitos, acho que fizemos uma tentativa nos slides que você estava se referindo, para capturar -- eu não diria capturar. Para levar em conta os requisitos principais do teste de resistência, os requisitos do teste de resistência induzido, e isso inclui a captura. Digo, nós temos um monte de testes de resistência sobre a captura. Isso inclui a complexidade, porque sabemos que quanto mais complexas as mudanças, mais provável é que tenhamos algumas consequências não intencionais. Então nós tentamos isso. Podemos não ter conseguido totalmente, mas se você conseguir desenvolver sobre exatamente quais tipos de requisitos do teste de resistência você acha que não estão -- não estão sendo levados em conta, eu acho que isso -- que isso seria perfeitamente elegível. E os requisitos que estamos vendo agora também. Então isso é -- nós não vamos colocar os requisitos como um todo, porque isso é algo muito amplo. Nós tentamos ser mais adequados, mas talvez estejamos perdendo

algo concreto. E se esse for o caso, por favor -- por favor se manifestem e digam -- e falem sobre isso.

Com relação ao dever fiduciário, a opção de restringir o dever fiduciário, o meu entendimento ao ler o memorando e olhar para os advogados, é que não se deve restringir o dever fiduciário, porque isso é algo legal. No entanto, o que eu entendo é que o dever fiduciário inclui servir ao propósito da organização em uma organização como a ICANN, e então você pode ser -- talvez você poderia ser mais explícito sobre a relação entre a comunidade e a diretoria no contrato social. E eu estou vendo alguns concordando que esta poderia ser uma forma de esclarecer -- de mitigar o risco percebido de que a diretoria não iria -- entraria em desacordo com a comunidade. E isso é -- e poderia ser investigado. Holly?

HOLLY GREGORY:

Concordo com o que você acabou de dizer. É um ponto de esclarecimento. O estatuto é o estatuto. Ele forma as regras da corporação. E não há qualquer julgamento fiduciário sobre se deve ou não seguir o estatuto. Pode haver algum julgamento envolvido às vezes sobre como interpretá-lo, mas certamente não há um dever fiduciário para a diretoria sobre seguir o estatuto. E eu quero sublinhar que há muita confusão sobre este ponto. Nós certamente concordamos com o que a Sam

Eisner disse anteriormente, que a diretoria não pode simplesmente invocar o dever fiduciário a qualquer momento que quiser evitar a arbitragem. E eu espero que ninguém nunca pense que foi isso que nós dissemos. Mas nós realmente achamos que há áreas em que é difícil restringir o julgamento fiduciário quando se trata da essência do que é esperado de uma diretoria.

MATHIEU WEILL:

Obrigado, Holly. Então, isso é algo para termos em mente. Nós temos, potencialmente, uma opção para esclarecer melhor isso no contrato social, que poderia ajudar a quebrar a lacuna notada entre as duas colunas dessa tabela. Isso é muito útil. Muito obrigado, Robin.

O próximo, se não estou enganado, deve ser a Avri, porque a mão do Milton aqui é antiga. Mas Avri, você tem a palavra.

AVRI DORIA:

Obrigada. Avri falando. Na verdade, pela primeira vez hoje. E eu quero pedir desculpas. Eu não sou advogada. Minha formação é em filosofia e ela tende a ser ainda mais confusa do que os advogados, eu acho.

Então, quando eu olho pra isso, em primeiro lugar, eu realmente fico muito confusa com a discussão sobre a palavra "provável".

Porque em uma coluna eu vi que algo era improvável. E na outra, vi que algo era provável. No meu mundo de interpretações há um mundo de diferença. E um infinito número de anjos entre essas duas palavras. Assim, na primeira coluna vejo que basicamente -- a arbitragem é improvável. Na segunda coluna vejo que a arbitragem é provável. Certamente eu não acredito que isso exista, por isso realmente não importa se os advogados me disserem se há certeza ou não, porque isso não existe. Você está arbitrando, neste caso, a decisão do PTI. E havia uma decisão do PTI para mudar --

DESCONHECIDO: (fora do microfone)

AVRI DORIA: Havia -- ok. A pergunta era, mas o que você está arbitrando? Isso é uma espécie de questão secundária sobre o que eu ia falar, mas deixem-me tentar. Certo. Você é -- não. Basicamente, o PTI -- Digo, o grupo de separação surgiu com uma recomendação para separar e como parte disso -- e eu também confesso ter sido uma das autoras do Anexo L, o que provavelmente faz com que seja improvável que eu o entenda. No entanto, porque, obviamente, assim que você deixa de escrever, os outros interpretam aquilo. Então, de qualquer forma, você tomou uma decisão naquele ponto. Você fez uma

recomendação para mudar. O grupo de separação da comunidade tomou uma decisão para mudar a nomeação --- e eles não estão sequer separando a IANA. Eles estão separando a função de nomeação da IANA da ICANN. Então eles tomaram uma decisão para fazer isso. Eles até tomaram a decisão de para onde levá-la. E nesse ponto foi escrito que naquele momento a finalização dessa decisão é feita em conjunto, entre a diretoria e o mecanismo comunitário. Então o que você tem ali é nosso mecanismo comunitário e a diretoria. Ambos concordam com isso. Ótimo. Vocês foram adiante. Eles não concordam, ambos, com isso, então presume-se que você arbitre --

DESCONHECIDO: (fora do microfone)

BRUCE TONKIN: Quer dizer, eu acho que você está chegando ao cerne da questão. Porque nós -- penso eu -- então quando você arbitra, você tem que arbitrar contra alguma coisa. Então arbitragem não é uma arbitragem entre a diretoria e esta comunidade.

AVRI DORIA: A arbitragem se dá entre duas decisões. Uma era a de mudar e a outra de não mudar.

BRUCE TONKIN: Não, não, não. Então a arbitragem -- a maneira como nós definimos --

AVRI DORIA: Foi pensada para ser uma decisão conjunta.

BRUCE TONKIN: Não. Espere um pouco. A forma como o Painel de Revisão Independente (IRP) é configurado para a arbitragem, só para ficar claro, é sobre se seguimos o estatuto ou não. A arbitragem não é usada para decidir se o conselho tomou uma decisão boa ou ruim. Não é disso que trata a arbitragem. A arbitragem trata se nós seguimos o estatuto ou não. E isso é tudo. E então o que -- o que está nesse anexo -- e eu acabei de lê-lo e o anexo que você escreveu que é ótimo, então estamos falando da mesma coisa -- que isso basicamente diz que o grupo surge com uma recomendação, assim como o GNSO surge com recomendações da política, e que isso vai para a diretoria, que é o que isso diz, e, em seguida, a diretoria pode rejeitar aquilo, presumivelmente com uma decisão de maioria absoluta de algum tipo. Vocês não podem, na verdade, arbitrar isso.

AVRI DORIA: Mas aí o mecanismo da comunidade tem o direito -- e como imagina-se que seria uma decisão conjunta. Não se espera que seja como uma decisão da GNSO.

BRUCE TONKIN: Não é isso que ele diz. Leia as palavras.

AVRI DORIA: Não, ele basicamente diz isso, se você olhar para o último parágrafo, e eu acho que nós podemos ir até o início e ele realmente começa a se parecer com filosofia.

MATHIEU WEILL: Eu posso sugerir que --

AVRI DORIA: Mas eu não terminei o meu comentário aqui.

MATHIEU WEILL: E eu gostaria de ouvir o final do seu comentário, Avri, e talvez mais tarde iremos olhar para o parágrafo da separação. Mas eu acho que nós já passamos por isso, nós já remoemos isso um pouco, então a menos que haja algo realmente esclarecedor que volte para nós, eu acho que já temos o que é necessário neste momento sobre este ponto em particular, em termos de análise

de como ele funcionaria em ambos os modelos e como ele poderia informar a nossa decisão sobre um modelo. Avri, por favor, conclua o seu comentário se tiver --

AVRI DORIA:

Sim, obrigada. Certo. Então quando nós também estamos falando sobre probabilidade e como -- a improbabilidade, acho que ambos indo para um processo judicial demorado, levando a diretoria a um tribunal, ou desativando a diretoria é igualmente improvável. Então eu não acho que a gente vá fazer alguma destas coisas. E eu acho que a probabilidade de fazemos isso em algum momento -- fazer qualquer uma delas, é igual, e que iremos entrar em discussões intermináveis, como estamos fazemos aqui para tentar surgir com alguma coisa. Mas eu acho que, basicamente, nós temos um fórum onde, em um modelo, o de membro, há realmente muito mais um modelo de cooperação entre a comunidade e a diretoria. Porque basicamente ambos têm responsabilidades. No modelo de designador único, o único poder é ser ofensivo. O único poder é se livrar da Diretoria. E nós estamos constantemente falando sobre “você tem um problema, livre-se da diretoria”. Considerando que, no modelo de membros você tem basicamente dois locais em alguns dos poderes severamente designados, limitados. Você tem a capacidade de duas unidades, cada uma das quais com algum direito à tomada de

decisão, para se reunirem e chegarem a uma decisão comum. E, de fato, o Anexo L tem a intenção de encontrar uma maneira de chegar -- de chegar a uma decisão comum.

Então para mim há realmente um mundo significativo de diferenças entre o designador único, como eu digo que o seu meio é a batalha. Seus meios são “se você não gosta do que eu tenho a dizer, livre-se de mim”. Ao contrário do que o outro diz, que se você não gosta do que eu tenho a dizer, nós precisamos encontrar uma maneira de resolver isso, porque cada um de nós ter algo a dizer sobre este assunto.

Agora, e a última coisa que eu queria dizer, havia um comentário que surgiu, se você olhar para as nossas regras, nós na verdade não temos um modelo de múltiplas partes interessadas de baixo para cima (“*bottom-up*”). E isso é algo para o qual nós realmente precisamos de uma sigla, e BUMP, seria uma boa sigla para o processo de múltiplas partes interessadas de baixo para cima. Mas de qualquer forma, nós não temos isso no estatuto. Nós não temos isso no contrato social. Nós temos presunções da ideia de múltiplas partes interessadas e temos alguns pressupostos da natureza do conceito de baixo para cima (“*bottom-up*”). Mas nós realmente não o temos consagrado em lugar algum. Agora, eu ainda apoio muito o modelo de membros, porque eu o vejo muito mais como um modelo cooperativo, ao passo em que vejo o modelo de designador

como um modelo de oposição. Mas em qualquer caso, em qualquer um destes modelos, nós realmente devemos pensar sobre consagrar nosso conceito BUMP, consagrar nosso processo de múltiplas partes interessadas de baixo para cima, seja no estatuto ou no contrato social. E isso não é uma ideia minha. Eu escutei muita gente muito mais inteligente que eu sugerindo isso, mas, sabe -- é nisso que eu queria chegar.

MATHIEU WEILL: Então, você está apoiando esta ideia, e está muito claro e --

AVRI DORIA: E eu estou apoiando o modelo porque eu acho que é um modelo de não-oposição.

MATHIEU WEILL: E você está apoiando o modelo porque você acha que ele é mais cooperativo. Então, eu poderia supor -- isso não é intuitivo. Eu gostaria de ouvir os outros, se há também a crença de que o modelo de membro tem uma abordagem mais cooperativa. Não era a minha impressão pessoal de que houvesse uma diferença significativa nesse sentido, então se é -- eu sugeriria que a gente receba alguns comentários sobre isso em algum momento, porque isso é -- isso, certamente, para mim,

pessoalmente, pareceu contraitunitivo quando você disse no começo, mas eu não tinha pensado nisso seriamente.

AVRI DORIA: Os filósofos são conhecidos por serem contraintuitivos.

MATHIEU WEILL: Estou fechando a fila depois do Bruce, porque nós realmente precisamos finalizar isso. Matthew.

MATTHEW SHEARS: Obrigado, Presidente. Matthew Shears, para fins de registro. O que ficou óbvio para mim é que precisamos claramente trabalhar sobre como vamos encaixar os processos que estão na proposta do CWG e do CCWG quando se trata da função da IANA. Mas o ponto que eu queria levantar era este, tomar a decisão de mudar o operador de funções da IANA não é uma decisão pequena. E quando você pensa sobre o processo de tomada de decisões e o envolvimento da comunidade que é demandado nos termos da proposta da CWG, isso é bastante extenso. E aí, para levar isso por qualquer conjunto de execução e resoluções e processos de escalonamento que estamos descrevendo aqui é um outro grande passo. Então, no momento em que isso chega ao ponto onde estamos, encarando a diretoria, nós temos que -- estarmos bastante certos naquele momento que a comunidade

precisa disso, que o DNS precisa disso, que nós precisamos disso pela estabilidade e resiliência e tudo mais, para ter a incerteza de que a diretoria, por qualquer motivo que for, poderia naquele momento dizer não, nós não concordamos, o que seria ainda mais perturbador, eu acho que seria muito problemático. E eu não concordo com aqueles que lançam por aí “ah, podemos destituir a diretoria.” Isso também é muito perturbador, e eu acho que nós estamos subestimando o quão problemático esse elemento pode ser. Então eu não vejo isso como uma alternativa muito viável.

Então eu acho que, por essa razão, eu acho que o modelo do membro único e aquela capacidade de se sobrepor à diretoria como anotada ali, é essencial para a estabilidade e a resiliência.

Obrigado.

MATHIEU WEILL: Obrigado, Matthew.

Thomas.

THOMAS RICKERT: Sim, eu me coloquei na fila para bancar o advogado do diabo, tentar girar alguns dos argumentos que foram feitos em uma outra direção.

Nós conversamos sobre o risco da captura. Nós conversamos sobre o risco da desestabilização.

Vamos lembrar que quando começamos, nós realmente falamos sobre substituir o big stick que o governo dos EUA forneceu.

Nós trouxemos o modelo de membros como resultado do nosso pedido por poderes menos invasivos. Nós não queríamos mais poderes. Queríamos ter um repertório mais sutil, capaz de se intrometer menos do que com a remoção da Diretoria.

Agora nós nos encontramos em uma situação em que temos dois caminhos e vamos pensar neles. Temos um modelo de membros. Nós podemos derrubar a Diretoria, mas também podemos forçá-la na justiça a fazer o que a comunidade deseja. O que levaria pelo menos um ano de ação judicial sob os olhos globais. Isso seria assistido por todos. Isso custaria uma fortuna, e eu acho que poderia, por si só, ser desestabilizador para uma organização. Isso levaria muito da confiança da ICANN se acontecesse, diferente de uma remoção rápida, substituindo a Diretoria e seguindo em frente. Este é um ponto.

Além disso, se nós -- se temos o modelo do designador, há o risco da Diretoria não honrar uma decisão do IRP para o modelo de membro. Vocês realmente acham, e este foi o ponto do Roelof, que nós vamos manter uma Diretoria que precisamos levar ao tribunal para conseguir realizar a nossa vontade? Eu

acho que isso é bastante improvável. Eu acho que ter uma Diretoria que tenha sido desconfiada a este ponto também iria desestabilizar a organização.

Agora vamos falar sobre o designador. Temos um modelo de designador em que a Diretoria -- um modelo designador em que a Diretoria pretende não aplicar uma decisão do IRP. Eles alegam que exercem o seu dever fiduciário no melhor interesse da comunidade global e se recusam, neste caso, a autorizar que a transição -- que a separação ocorra.

Agora, há dois aspectos sobre isso. Estamos sempre falando de uma Diretoria desonesta, simplesmente recusando a vontade da comunidade. E se isso realmente for o caso, nós a retiramos, nós colocamos uma nova Diretoria, mas também é possível que eles tenham boas razões para exercer o seu dever fiduciário de uma certa maneira.

Vamos supor que a comunidade tem um momento de fraqueza e é capturada. Nós falamos tanto sobre a captura em casos improváveis, mas vamos assumir por um momento que a comunidade é capturada, faz esta resolução, aprova isso -- toma esta decisão e direciona a Diretoria a fazer isso. Então nós temos -- aí esta decisão foi efetivamente implementada. Podemos executá-la. E nesse caso, pode vir a ser importante ter

uma rede de segurança adicional, caso os membros da diretoria possam exercer o seu dever fiduciário.

E se nós acharmos que isso virou um padrão, se pensarmos que eles estão constantemente fazendo isso em detrimento da comunidade global, nós os retiramos.

E se formos retirá-los, nós podemos fazer isso de forma realmente muito rápida. Há um custo muito menor, muito menos tempo necessário, e se eles se recusarem a sair depois que peçamos isso, podemos obter uma liminar, retirá-los e seguir em frente.

E eu só quero acrescentar isso para a discussão, porque eu acho que isso poderia nos ajudar a colocar os -- casos improváveis talvez sob uma perspectiva um pouco diferente. E eu acho que em última análise, nós precisamos nos perguntar qual é a probabilidade de alcançarmos sucesso -- chegarmos a um consenso na comunidade com um ou outro modelo.

Acho que estamos tão próximos em termos de cumprimento dos requisitos. Ambos estão cumprindo com eles. E eu não concordo totalmente com o poder ou a autoridade que o Jonathan tem.

Nós perguntamos “você acha que isso vai satisfazer os seus requisitos da CWG?” E os requisitos da CWG tinham um

componente de exequibilidade neles, e ele confirmou que o requisito de exequibilidade da CWG será entregue por ambos os modelos. E eu acho que esta é uma declaração bastante forte.

Eu deveria pausar aqui.

Obrigado.

MATHIEU WEILL: Obrigado, Thomas.

Malcolm, você é o próximo.

MALCOLM HUTTY: Obrigado, Presidente. Oh céus, eu não gosto de discordar com os presidentes e não com você dois de uma vez. Não é a maneira certa de se fazer amigos e influenciar as pessoas. Mas eu receio que vou ter que fazer isso.

Nessa última intervenção do Thomas, digo, há uma porção de coisas ali que eu não -- que eu não acho que eu posso concordar. Digo, a conversa sobre a comunidade ser capturada. Bem, a comunidade da ICANN estrutura as SOs e ACs. É necessário que seja verificado que elas não possam ser capturadas. Mas a comunidade como um todo? Desculpe, mas o conceito de comunidade sendo capturada é um flagrante oxímoro e nós precisamos descartar isso.

THOMAS RICKERT: Eu estava falando de casos improváveis.

MALCOLM HUTTY: Não, não é que seja improvável. É um oxímoro. Isso não existe. Uma captura pela comunidade -- a comunidade é a captura. A comunidade é o que nós queremos. A noção da comunidade sendo capturada -- as estruturas talvez, mas o mero conceito de comunidade, esta não é uma questão -- não é um conceito. Não é um conceito válido.

E de forma similar, você falou sobre essa comunidade capturada forçando a Diretoria a fazer algo. Mas olhando para esses poderes, sabe, que poder faz com que qualquer um deles forcem a Diretoria a fazer qualquer coisa? Bom, o único deles é o PTI, e houve -- toda a estrutura separada, a CWG, para assegurar que isso só poderia acontecer no caso certo.

Então eu não acho que isso seja útil para chamar a atenção.

Mas eu receio que eu tenha que discordar também com o outro co-presidente, porque, Mathieu, você colocou um slide do que você chamou de critérios de avaliação, e, em seguida, nós fomos adiante e não tivemos uma discussão sobre isso, e eu pensei, ok, tudo bem. Não é a hora para isso.

DESCONHECIDO: Nós podemos trazê-los e ter a discussão. Não há problemas.

MALCOLM HUTTY: Mas quando a Robin o desafiou sobre isso, você realmente escolheu aceitar aquele comentário e não afastá-lo, e você deu a sua resposta a isso. Então eu não quero deixar aquela resposta sobre a mesa. Eu quero desafiá-la.

Você disse -- a Robin disse, e eu concordo com ela, que a avaliação -- os critérios-chave de avaliação são os requisitos da NTIA e os testes de resistência, e eu acho que nós adicionaríamos os requisitos do CWG àquilo e o consenso da comunidade, que na verdade está incluído dentro dos requisitos da NTIA. Estes são os critérios de avaliação. Juntando tudo, incluindo 36, 37 testes de resistência, com todas as nuances que foram trazidas por toda a comunidade em um único slide, você se afasta tanto da análise e tanto da avaliação que chegamos a perder a ideia da razão da existência, na verdade, dos critérios reais. Então, eu não acho que você possa resumir tudo em um único slide.

Eu não me importaria com o seu slide sendo usado, mas você não pode apresentá-lo como sendo os critérios. Os critérios são muito mais elaborados e desenvolvidos do que isso, e as

peças irão continuar usando esses outros critérios que não estão no seu slide se eles acharem a proposta como sendo aceitável.

Então, me desculpe, eu preciso dizer isso, porque o status deste slide, eu não acho que ele possa ser isso, ser o princípio e o fim de tudo na avaliação do modelo, e que estes são os critérios que vamos usar.

MATHIEU WEILL: Isso parece justo.

MALCOLM HUTTY: É uma ferramenta e eu estou feliz com ele como uma ferramenta, mas nós não devemos --

MATHIEU WEILL: Então estamos de acordo.

MALCOLM HUTTY: -- não devemos dar a ele qualquer status maior que esse.

MATHIEU WEILL: E eu estou feliz que estamos de acordo, porque eu odeio quando eu não estou de acordo com as pessoas na sala.

Roelof é o próximo.

ROELOF MEIJER:

Obrigado Mathieu. Roelof Meijer para fins de registro.

Primeiro, Malcolm, desculpas pela minha ignorância, mas eu não sou um falante nativo de inglês, e eu não tive uma educação clássica. O que é exatamente um oxímoro?

[Risos]

[Aplausos]

O meu segundo ponto é sobre a apresentação da Avri. Eu não concordo de forma alguma que um modelo que tenha mais possibilidades para executar legalmente seus poderes é um modelo que estimule maior colaboração. Na minha opinião, ele faz o oposto, porque ele torna menor o limiar para se ir a um tribunal e resolver os problemas por lá. Se você tem um modelo que só permite a execução/imposição legal de uma decisão que tem um impacto máximo, eu acho que isso irá forçar tanto a comunidade como a Diretoria da ICANN a ir muito, muito longe para resolver isso de forma colaborativa antes de ir a um tribunal e ter seus traseiros demitidos, por assim dizer.

MATHIEU WEILL: Obrigado, Roelof, eu acho que nós só podemos anotar que existem opiniões diferentes sobre isso. Então, isso é, pelo menos, algo que se pode levar deste intercâmbio de opiniões.

O seu comentário acabou ou se você tem algo a mais? Eu não tinha certeza...

ROELOF MEIJER: Você quer mais? Não não. Era isso.

MATHIEU WEILL: Eu não estou pedindo por mais.

ROELOF MEIJER: Eu terminei de forma abrupta ou algo assim?

MATHIEU WEILL: Passando agora para o Bruce Tonkin.

BRUCE TONKIN: Obrigado Mathieu.

Eu só quero separar os processos de decisão do cumprimento com as nossas leis. Portanto, temos um conjunto de leis que a comunidade concorda, que são os estatutos. A Diretoria deve cumprir com o estatuto, como o Chris havia mencionado

anteriormente, e nós temos um processo de arbitragem para garantir que se cumpram essas leis, e nós temos um mecanismo de execução judicial externo para o caso de não seguirmos o resultado daquela arbitragem. Então isso é a mesma coisa para os dois modelos. É o processo do "nós devemos obedecer à lei".

Então nós temos os processos de decisão na comunidade. As organizações de apoio e os comitês consultivos, basicamente, nomeiam a Diretoria para tomar decisões. Os membros da Diretoria são nomeados por três anos, e, de fato, um terço da Diretoria é apontada a cada ano. Então há muita flexibilidade na nomeação do seu órgão tomador de decisões.

E nos termos da Avri, falando que as decisões são tomadas de forma cooperativa, é assim que elas são formadas em nossas leis. Nossas leis exigem que decisões políticas importantes percorram os processos das SOs e ACs, e então a Diretoria só pode rejeitar essas decisões com uma maioria de dois terços das pessoas que vocês elegeram para tomar aquelas decisões. Então, vocês realmente elegeram aquelas pessoas para fazerem exatamente aquilo que elas estão fazendo, que é tomar uma decisão.

Agora, se elas não conseguem tomar boas decisões, basta retirá-las. É simples assim.

Assim, eu acho que nós confundimos o processo de tomada de decisão. Vocês estão elegendo pessoas para tomar boas decisões. Se elas não estiverem tomando boas decisões, troque-as.

Separadamente a isso, nós devemos obedecer a lei, e a lei é o estatuto. E nós temos um processo de arbitragem para lidar com isso, e então temos um mecanismo judicial final, caso eles não sigam essa arbitragem. Isto é, se nós não estivermos obedecendo as nossas leis.

Assim, os processos de decisão estão separados do cumprimento da lei.

MATHIEU WEILL: Obrigado, Bruce.

Anne.

ANNE AIKMAN-SCALESE: Muito rapidamente. Eu acho que quando falamos de mecanismos de execução finais, não estamos realmente falando sobre se a comunidade irá realmente buscá-los, mas se temos ou não poder de barganha ou incentivo suficiente, ou o “big stick”, e no lado do designador único, nós temos a famosa opção nuclear, a remoção de todos os diretores, e aí, do lado do

membro único temos o que eu chamo de opção específica de execução. Parece estar claro onde nós realmente -- se os diretores não forem seguir a decisão do IRP, que vocês poderiam usar essa execução específica e efetivar a decisão.

Eu acho que realmente não é uma questão se nós realmente iremos a um tribunal, mas sim sobre a realidade de ter o poder para fazer isso. Eu não estou dizendo que isso é necessariamente melhor. Fica apenas mais claro.

E eu acho que toda esta questão que -- talvez tenha sido a Robin quem levantou primeiro, é para saber se vocês podem, dentro do estatuto, definir o que constitui o exercício do dever fiduciário e colocar parâmetros em torno das decisões da Diretoria que se relacionam com a definição daquele dever levando em conta a ação da comunidade, isso seria realmente interessante de se investigar. Se você pode definir o dever fiduciário no estatuto ou não. E eu não -- certamente eu não sei a resposta para isso.

MATHIEU WEILL:

Obrigado, Anne.

Isso seria -- Ok. Então eu acho que não há necessidade de um esclarecimento jurídico ou qualquer outra coisa sobre isso.

Nós alcançamos algo de certa maneira, mas ainda temos muito pela frente.

Basicamente, neste slide de linhas gerais, imperfeito, que certamente não está capturando tudo, nós discutimos sobre a execução dos poderes, nós discutimos sobre o aspecto mais importante da execução, que é o PTI, que eu acho que é -- uma vez que tenhamos resolvido o PTI, nós teremos resolvido tudo. Eu acho que nós cobrimos tudo isso muito bem.

Nós abordamos a captura com algum desacordo sobre exatamente que tipo de risco de captura é que estamos falando. Há a captura da Diretoria, a captura da comunidade, que foi questionada pelo Malcolm como um conceito, que eu acredito que em termos dos nossos testes de resistência, há um teste de resistência, eu não tenho os números aqui comigo sobre o risco de captura da comunidade, o que nós chamamos em francês de “entrism”, e acho que isso está longe de um conceito exagerado em qualquer grupo ou comunidade. Isso tem sido demonstrado como sendo algo que acontece em algumas organizações, em algum momento de sua história. Então nós tocamos um pouco nisso, mas não fomos muito longe.

Nós não discutimos muito a transparência, e eu sei que o Ed está aqui e ele tem falado muito sobre o fato do modelo de membro

fornecer acesso aos registros corporativos aos membros, enquanto que o modelo designador não prevê isso.

E nós não falamos muito sobre a complexidade, embora esteja claro em muitos dos comentários que recebemos que este é um requisito muito importante para muitos por aí, incluindo os critérios da NTIA, que são -- um deles sendo a segurança e a estabilidade da organização; do serviço, e em seguida da organização. Outra consequência, a complexidade deve ser levada muito, muito a sério, porque as lacunas sempre levam a alguma forma de potencial para a insegurança ou instabilidade. Nós não tocamos neste assunto, então teremos que fazer isso.

Tivemos uma rápida discussão no bate-papo se iríamos estender até as 22:00 ou meia-noite, e estou -- infelizmente, tenho de informar que nós não chegamos a um consenso, o que é -- que é -- bem, nós não conseguiríamos chegar a um modelo com esta extensão. E é -- é uma pena que nós -- sim. Nós esperávamos algumas objeções. Mas eu acho que nós provavelmente teremos que fazer uma pausa aqui, fazer um balanço disso, pensar em uma maneira de talvez mapear as diferenças de uma forma mais eficiente. Assegurar que capturamos tudo, porque se nos concentrarmos apenas na executoriedade, nós não abordaremos todos os aspectos. E talvez estejamos perdendo alguns outros. E eu estou honestamente, totalmente -- acho que seria extremamente útil

se vocês virem algo faltando aqui e tomassem a noite para pensar sobre isso, para que nós possamos informar a nossa decisão com base nos verdadeiros requisitos. Assim, podemos analisar todos os testes de resistência e pensar será que isso significa que temos uma preocupação que não está coberta aqui? Que não está sendo levada em conta? Vamos fazer isso por todos os meios.

E então nós iremos preparar isso para a sessão de amanhã, porque a sessão de amanhã terá que ser um seguimento desta. Digo, não há outra maneira. Não há outra forma de -- nós não faremos mais nada até que tenhamos resolvido isso e preparando alguma forma de tabela comparando os dois modelos e olhar para saber se existem diferenças na forma como eles abordam os requisitos que estão descritos aqui.

Vamos tentar fazer algum trabalho de preparação sobre este assunto, mas, obviamente, ele será totalmente revisto com vocês. E eu acho que isso é -- que isso deve nos levar ao ponto em que teremos que olhar para esses prós e contras com um olhar de, mais uma vez, pelo que vale realmente a pena discutir até o final, e o que pode ser tratado?

E antes de fazermos isso, há um ponto que eu ouvi na conversa que eu acho que devemos levar em conta de imediato. É essa ideia de olhar se podemos reduzir a lacuna ou, na verdade, a

discussão sobre o potencial de conflito entre tomar os comentários da comunidade da diretoria e os deveres fiduciários. E nós -- Houve uma sugestão muito útil feita por -- acho que foi a Robin e depois repetido pela Avri para ver como isso poderia ser -- o Contrato Social poderia destacar que a finalidade da própria organização é promover também o modelo de múltiplas partes interessadas de baixo para cima - o “bumps”. Isso está acerto? Nós evitaríamos as siglas no Contrato Social, eu diria.

Eu estou ouvindo isso como algo bastante coerente com um dos critérios da NTIA, para ter aquele tipo de toque como, ah, eu já ouvi isso antes.

Assim, eu iria tentar e levar isso -- há um par de coisas que nós realmente conseguimos nesta reunião, naquela seção. Isso poderia surpreender vocês. A Cheryl está muito surpresa.

Conseguimos estreitar a nossa escolha para duas opções até agora, e nossas investigações para dois modelos. Este é um ponto. Nós consideramos aquela sugestão que seria interessante para realizarmos. E nós também já capturamos uma série de itens que podemos levar em consideração como nosso ponto de vista compartilhado sobre a diferença nos modelos.

Nós vimos que a abordagem do membro tem uma maneira muito lógica de fazer a separação e a execução dos poderes, porque isso está realmente incorporado, mas a própria diferença com o designador não é tão grande e pode ser reduzida através desta abordagem.

Nós ouvimos -- Sabemos que isso não é -- ambos os modelos podem satisfazer a condição do CWG. Isso não significa que não temos de exercer nosso julgamento e estudar os méritos de cada um para ver qual deles tem a melhor exequibilidade ou as melhores características, mas pelo menos nós não estamos em algum destes que aparentemente estão violando as condições do CWG. Isso é realmente importante.

Nós reconhecemos um certo nível de incerteza com alguns aspectos da arbitragem. Eu acho que nós poderíamos deixar por isso mesmo. É o caso dos dois modelos, por isso não é um aspecto realmente tão importante do nosso trabalho precisamente nesta parte. Então, vamos deixá-lo de lado.

E fomos lembrados de que executar alguns dos poderes, e especialmente para os membros, existem mais poderes, se quisermos pensar nisso como uma ação legal e não uma reconvocação da diretoria, que é um litígio de um ano de duração. Os litígios são aparentemente horríveis -- algo ruim, aparentemente. Eu não sei. Mas sabemos que isso leva tempo,

dinheiro, pode não ser a forma mais eficiente para seguirmos adiante. Então nós também precisamos levar isso em conta.

E que o IRP em ambos os modelos, as arbitragens em ambos os modelos, digo, basicamente, a execução, litígio à parte, levaria o mesmo tempo em ambos os modelos. Então este não é um fator de diferenciação.

Então esse é o resultado-chave que eu estou tirando desta sessão, que eu vou tentar recapitular em um e-mail ou nos registros ou nas notas. Vamos verificar isso para que faça parte da nossa -- que levemos em consideração para nossas deliberações amanhã e possamos avaliar adiante ambos os modelos com isso. Na quarta-feira. Quarta-feira; Desculpe. Eu imaginava que estaríamos todos prontos na terça-feira, mas aparentemente não é o caso.

Então, amanhã é terça-feira, e terça-feira é um dia muito interessante nas reuniões da ICANN, porque é quando nós podemos discutir com nossas respectivas comunidades. Assim, eu gostaria de incentivar fortemente cada um de vocês a levarem isso em consideração, para discutir com as respectivas comunidades não qual é a sua opção preferida, mas que tipo de exigência a minha comunidade quer discutir defender até o final. Todo o restante nós não podemos patrocinar.

Se houver uma ligeira preferência, mas eu puder viver com isso, vamos reconhecê-la e seguir adiante. Se for uma questão realmente crítica, então temos que discutir como podemos resolvê-la. Mas vamos nos concentrar, por todos os meios, em servir as nossas respectivas comunidades. Nós não seremos ouvidos como tampa de latinha. Seremos dignos do que a -- a maneira que nós estamos vendo o empoderamento da comunidade quando, nestas salas, tudo o que dizemos é inspirado por aquilo que pensamos ser o interesse das comunidades que representamos.

Isso é -- mesmo como indivíduo, você pode pensar no interesse dos indivíduos globais aos quais você está aqui para servir.

Então eu acho que esta seria a minha recomendação para amanhã para que, quando nos reunirmos na quarta-feira, estejamos obviamente com uma mente aberta, mas também focados em -- prontos para dizer: "Eu não gosto disso, mas eu posso viver com isso", e "Isto é algo que eu quero discutir até o final."

Você gostaria de dizer uma palavra final, Thomas?

THOMAS RICKERT:

Não, apenas para dizer que vamos rotular a sessão de quarta-feira de forma diferente; certo? A sessão de quarta-feira será

renomeada para que possamos ter testemunhas do lado de fora, mas vamos rotulá-la como uma sessão de trabalho, e não uma sessão de envolvimento; certo?

MATHIEU WEILL: Me desculpe, eu não deixei isso claro, mas era este, de fato, o plano.

DESCONHECIDO: (fora do microfone)

MATHIEU WEILL: Então, com isso, eu acho que é hora da cerveja. Muita cerveja.

[Aplausos]

Espero que ela traga a vocês momentos de iluminação para que, quando nos reunirmos de volta, possamos chegar a essa conclusão.

Muito obrigado.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]